

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
CAMPUS MARÍLIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**JOÃO GUILHERME DE SOUZA CORRÊA**

**SINDICALISMO CIDADÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA POLÍTICA DA  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT)**

MARÍLIA, SP  
2014

**JOÃO GUILHERME DE SOUZA CORRÊA**

**SINDICALISMO CIDADÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA POLÍTICA DA  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Giovanni Antonio Pinto Alves

MARÍLIA, SP  
2014

Corrêa, João Guilherme de Souza

C824s    Sindicalismo cidadão e economia solidária: uma análise da experiência política da Central Única dos Trabalhadores (CUT) / João Guilherme de Souza Corrêa. – Marília, 2014

186 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2014.

Bibliografia: f. 175-186

Orientador: Giovanni Antonio Pinto Alves.

1. Sindicalismo. 2. Central Única dos Trabalhadores (Brasil). 3. Economia solidária. I. Título.

*CDD 372.65*

# JOÃO GUILHERME DE SOUZA CORRÊA

## SINDICALISMO CIDADÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA POLÍTICA DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais

### Banca Examinadora

---

Orientador: Prof. Dr. Giovanni Antônio Pinto Alves  
(UNESP/Marília) - *Presidente*

---

Prof. Dr. Edilson José Graciolli (UFU) - *Titular*

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Vieira Trópia (UFU) - *Titular*

---

Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes (UNESP/Marília) - *Titular*

---

Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi (UNESP/Marília) - *Titular*

---

Prof. Dr. Roberto Leme Batista (UNESPAR/Paranavaí) – *Suplente*

---

Prof. Dr. José Marangoni Camargo (UNESP/Marília) – *Suplente*

---

Prof. Dr. Jair Antunes (UNICENTRO) – *Suplente*

Marília, 24 de novembro de 2014.

Dedico este trabalho à  
Paulo Roberto Vieira Corrêa e à Geni Martins de Souza Corrêa,  
meu pai e minha mãe.

## AGRADECIMENTOS

Ao orientador Giovanni Alves;

Aos professores das bancas de qualificação e defesa;

Aos companheiros de pós-graduação em Marília: Vanda Souto, Roberto della Santa, Esdras Selegrin, Alessandro de Moura;

Aos amigos de Uberlândia que contribuíram de diversas maneiras para a confecção deste trabalho: Agnaldo Damasceno, Andreia de Jesus, João Cláudio, João Evaristo, Marcílio Rodrigues, Osvaldo Neto, Renata Gonçalves, Thiago Santos;

Ao meu primo-irmão Maurílio Pacheco e sua esposa Larissa;

Aos colegas de trabalho do Paraná, especialmente aos professores do Colegiado do Curso de Pedagogia da UNESPAR/Paranaguá;

À Leociléa Vieira, que muito ajudou com a normalização do trabalho.

Aos honrosos amigos do Paraná: Alcindo “Parente”, Anderson Prado, Antônio Falcão, Henrique Klenk, Mary Falcão;

Ao amigo de toda a vida, mas “reconhecido” (em termos *vinicianos*) na idade adulta, Federico Alvez Cavanna;

Aos prestos apoiadores em Marília: João Pedro, Tomás e Luana.

Aos meus pais: Paulo e Geni;

Às minhas irmãs: Paula e Michele;

Às minhas sobrinhas: Julia e Maria Eduarda;

Aos colegas de futebol de todas as equipes e peladas com os quais partilhei imprescindíveis momentos de salubridade nos entremeios deste trabalho;

Aos companheiros da Sindunespar: Cleverson e José Francisco;

Aos alunos do curso de Pedagogia da Unespar/Paranaguá;

Aos funcionários da CUT que bem me receberam no CEDOC e na ADS;

E, especialmente, à Lara Babilônia, pelas duas eternidades ao seu lado: a desde sempre e a *em diante*. Sem ela, nada nesse mundo seria possível.

*“Eu não sei bem o que seja  
Mas sei que seja o que será  
O que será que será que se veja  
Vai passar por lá”*

Linha de Montagem (Chico Buarque)

*“Dom Quixote pagou pelo erro de presumir que a cavalaria andante era compatível  
com qualquer estrutura econômica da sociedade.”*

Karl Marx

CORRÊA, João Guilherme de Souza. **Sindicalismo Cidadão e Economia Solidária**: uma análise crítica da experiência política da Central Única dos Trabalhadores (CUT). 2014. 185 fls. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

## RESUMO

O trabalho que o leitor tem em mãos é uma análise crítica sobre as transformações na estratégia política da Central Única dos trabalhadores (CUT) que a levaram a promover práticas em economia solidária através de entidades criadas exclusivamente para isso. A modalidade de ação sindical chamada sindicalismo cidadão praticada pela entidade e influenciada sobremaneira por sua tendência política mais preeminente foi responsável por consolidar nos anos 2000 a primazia pela participação política em espaços institucionais na sociedade e na estrutura do Estado e por avançar na prática de prestação de serviços sociais paralelamente ao Estado e dentro da concepção dos serviços e entidades “públicos não estatais” e do “terceiro setor”, comuns no momento neoliberal. No que tange a prestação de serviços, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) foi criada para atuar na política de emprego, auxiliando no fomento de alternativas de trabalho e renda para trabalhadores fora do mercado formal, sob a forma predominante de cooperativas. A justificativa política para tais ações escora-se no movimento de economia solidária da América Latina que, em geral, diz buscar ativar um tipo de envolvimento da sociedade civil marcado por outra racionalidade econômica, distinta da capitalista. No nível da elaboração teórica se soma a proposta da CUT um residual discurso socialista reconfigurado segundo a versão de Paul Singer, que advoga a necessidade de construção dos “implantes socialistas” para a realização da transição pacífica à nova sociedade transformada. A partir dessa compreensão, o socialismo seria alcançado sem a necessidade de se contrariar interesses de classe e sem eliminar o próprio capital, bastando que os empreendimentos econômicos cooperativos praticassem internamente a gestão democrática e estabelecessem relações econômicas tendo a justiça e a solidariedade por base, que, a partir da sua generalização na sociedade, contaminariam os empreendimentos capitalistas, transformando seus valores. Descobrimos que, apesar da preocupação da CUT estar relacionada ao ressurgimento e renovação do movimento cooperativista no Brasil, as destinações que foram dadas a ele não apontam para nenhum processo substantivo de transformação social, como arrogado pelo discurso socialista e autogestionário presente. Na prática, a autogestão na ação sindical da CUT passou a significar acordos dos trabalhadores com empresas para obtenção de certos benefícios corporativos para os primeiros e vantagens econômicas para os segundos. Na ação da ADS, autogestão ganhou o significado de organização interna pelos princípios democráticos na intenção de promover o sucesso econômico capitalista dos empreendimentos solidários. Por fim, as estratégias do sindicalismo cidadão e da economia solidária na CUT se complementam para a defesa do capitalismo, já que no campo da atuação política ela privilegia o participacionismo de dirigentes em instâncias oficiais e no campo da organização econômica ela estimula empreendimentos de maneira assistencial, visando o sustento deles a partir da inserção em mercados convencionais, não os incitando à participação política ampliada na vida social.

**Palavras-chave:** Central Única dos Trabalhadores (CUT); Economia Solidária; Sindicalismo Cidadão.

## ABSTRACT

The work that the reader has at hand is a critical analysis about the transformations in the political strategy of the Central Union of Workers (CUT), which led it to promote solidarity economy practices by entities created solely for this. The mode of union action called "citizen unionism" practiced by the entity and influenced greatly by its most prominent political trend was responsible for consolidating in the 2000s the primacy of political participation in institutional spaces in society and the structure of government and for advancing the practice of provision of social services in parallel to the state and within the design of services and entities "nonstate public" and the "third sector", common in the neoliberal moment. Regarding the provision of services, the Solidarity Development Agency (ADS) was created for acting on employment policy, assisting in the promotion of alternative employment and income for workers outside the formal market, under the predominant form of cooperatives. The policy justification for such actions anchor in the solidarity economy movement in Latin America in general, says seeking activate a type of involvement of civil society marked by another, distinct economic rationality of capitalist. At the level of theoretical elaboration of the proposal adds a residual CUT socialist discourse reconfigured according to the version of Paul Singer, who advocates the necessity for the construction of "socialist implants" for the realization of a peaceful transition to the new society transformed. Starting this understanding, socialism would be achieved without the need to counteract class interests and without eliminating the capital itself, just that cooperative economic ventures internally to practice democratic management and establish economic relations with justice and solidarity on the basis that from its generalization in society, contaminate capitalist ventures, changing their values. We found that, despite the concern of the CUT to be related to the revival and renewal of the cooperative movement in Brazil, allocations that were given to him did not indicate any substantive process of social transformation, as arrogated by this socialist self-management discourse. In practice, self-management in the CUT trade union action has come to mean agreements of employees with companies to achieve certain corporate for the first and economic advantages for the latter benefits. The action of ADS, self-management has gained the meaning of internal organization of democratic principles in an attempt to promote the success of the capitalist economic solidarity enterprises. Finally, the strategies of citizen unionism and solidarity economy on CUT complement to the defense of capitalism, as the field of political activity it favors participacionism of official bodies and leaders in the field of economic organization encourages her way assistance ventures, aiming to keep them from inclusion in conventional markets, urging them not to expanded political participation in social life.

**Keywords:** Central Única dos Trabalhadores (CUT); Solidarity Economy; Citizen Unionism.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário.
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
Banespa	Banco do Estado de São Paulo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CBCA	Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá
CCQ	Círculos de Controle de Qualidade
CECA	Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNM	Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COLACOT	<i>Confederación Latinoamericana de Cooperativas y Mutuales de Trabajadores</i>
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONCUT	Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
CRIDA	<i>Centre de Recherches et d'Informatio sur la Démocratie et l'Autonomie</i>
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DSS	Desenvolvimento Sustentável e Solidário
ECOSOL	Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário
ENAFOR	Encontro Nacional de Formação
ESOP	<i>Employee Stock Ownership Plan</i>
EUA	Estados Unidos da América
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FS	Força Sindical
FSM	Fórum Social Mundial
GM	General Motors

GO	Goiás
GT	Grupo de Trabalho
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ICCO	Organização Intereclesiástica para o Desenvolvimento
IDES	<i>Instituto de Desarrollo Económico y Social</i>
IRES	<i>Inter-Réseaux de l'Economie Solidaire</i>
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado.
MBA	<i>Master of Business Administration</i>
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
MST	Movimento dos Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCESP	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
OLT	Organização no Local de Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
O.S's	Organizações Sociais
PA	Pará
PACS	Políticas Alternativas para o Cone Sul
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PET	<i>Programa de Economía del Trabajo</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PNF	Política Nacional de Formação
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RJ	Rio de Janeiro
RO	Rondônia
SP	São Paulo
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFOR	Secretaria de Formação e de Desenvolvimento Profissional
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SIES	Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária
SNF	Sistema Nacional de Formação

SPE	Sistema Público de Emprego
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICOPAS	União Nacional das Cooperativas Solidárias
UNIFORJA	Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1 FUNDAMENTOS DO NEOLIBERALISMO .....	20
1.1.1. A configuração neoliberal no Brasil .....	25
1.2. A CUT E O SOCIALISMO.....	32
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	38
<b>2 A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) NA DÉCADA DE 1990 E O SINDICALISMO CIDADÃO</b> .....	42
2.1 O SINDICALISMO PROPOSITIVO NA ORIGEM DO SINDICALISMO CIDADÃO .....	46
2.2 O SINDICALISMO CIDADÃO DA CUT .....	53
2.3 CIDADANIA, ESPAÇOS PÚBLICOS NÃO ESTATAIS E SOCIEDADE CIVIL .....	64
<b>3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AGENDA DA CUT</b> .....	83
3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA: A ORIGEM DO TERMO .....	85
3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL .....	97
3.2.1 Dos Metalúrgicos do ABC a CUT Nacional, da proposta de autogestão ao cooperativismo econômico solidário .....	106
<b>4 AUTOGESTÃO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	127
4.1 A BASE TEÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ADS/CUT.....	127
4.2 AUTOGESTÃO NA PROPOSTA DA ADS/CUT: ALGUNS COTEJAMEN- TOS.....	146
4.3 COOPERATIVISMO NO BRASIL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS LIMI- TES .....	160
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	168
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	175

## 1 INTRODUÇÃO

Em 28 de agosto de 2013 a Central Única dos Trabalhadores (CUT) completou trinta anos de existência. Há três décadas, o ato da sua fundação, realizado no histórico Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, que contou com a presença de mais de cinco mil trabalhadores, representou uma vitória política dos elementos mais combativos do renovado movimento sindical brasileiro na direção de fazerem-se representar nacionalmente por uma entidade sindical de perfil classista que levaria adiante lutas radicais em defesa da classe trabalhadora.

No exato dia em que se comemorava esse trigésimo aniversário, estive na sua sede nacional, localizada no bairro do Brás, em São Paulo. A intenção primeira da minha atitude era pesquisar/recolher alguns materiais que haviam me escapado quando da minha primeira visita ao Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC) localizado no mesmo prédio. A visita também foi motivada por um interesse secundário de – aproveitando da presença neste local em ocasião tão especial – conseguir uma entrevista ou conversa informal com algum dirigente de destaque da Central, já que em pelo menos duas vezes em que tinha tentado agendar uma entrevista, não obtive sucesso.

Embora fosse um dia de quarta-feira e estivéssemos no meio da tarde, o “clima” de trabalho em todo o prédio era de ponto facultativo, o que contrastava com a impressão que fiquei depois da minha primeira visita à entidade, na época do mestrado, quando sai com a sensação de que ali funcionava uma grande “empresa sindical”, dada a cuidada racionalidade burocrática e o corpo dedicado de funcionários que a mantinham em movimento.

Logo fiquei sabendo que parte dos funcionários e dirigentes sindicais estava mobilizada na organização das atividades comemorativas do natalício que se realizariam em outros lugares que não a sede: em um hotel em São Bernardo do Campo e no Pavilhão Vera Cruz. No hotel estava acontecendo um seminário sobre sindicalismo e os desafios globais e no Pavilhão Vera Cruz estavam previstas a realização de um ato político solene no período da noite e de uma jornada cultural para o dia seguinte, sendo que desta última eu já tinha conhecimento. Infelizmente eu não estava preparado para me deslocar de São Paulo a São Bernardo do Campo para presenciar o ato político solene naquele momento e, portanto, não pude lá estar

presente. No entanto, no dia seguinte, logo de manhã tomei as conduções que me levaram a São Bernardo do Campo, especificamente ao Pavilhão Vera Cruz, para poder tomar parte dos eventos que ainda aconteceriam naquele lugar e que completavam a programação. Cheguei muito cedo ao local e me deparei com as portas do pavilhão ainda fechadas. Fiquei conversando com seguranças e funcionários da limpeza das empresas contratadas para organizar o evento e, através deles, tomei conhecimento que, mesmo se tivesse ido ao ato político acontecido na noite anterior, eu não poderia ter participado, já que o evento estava destinado apenas a pessoas convidadas. Figuras ilustres do PT e da CUT deram às caras nesse ato: além do ex-presidente da república Lula da Silva, estiveram lá também ex-presidentes da CUT, dirigentes atuais, políticos do PT e ministros de Estado. Percebi que, em função das características do evento, não se tratava de um ato político solene, mas sim de um ato com políticos solenes vinculados à CUT.

Não obstante, quando as portas se abriram para o início das atividades programadas para o dia, finalmente entrei no emblemático pavilhão para tentar tomar parte das comemorações que ali se desenrolavam. As duas atividades previstas para acontecerem de manhã (palestra com o coordenador da Agência de Desenvolvimento Solidário e presidente da Conexão Solidária e ex-dirigente da CUT Nacional, Ari Aloraldo do Nascimento, e uma apresentação da “história de superação” de dois empreendimentos solidários de São Paulo) não se realizaram (pelo menos até o início da tarde, que foi até a hora em que fiquei no local). Mas graças a isto, pude interpelar o dirigente máximo da ADS, conseguindo uma entrevista formal e gravada com ele. Além disso, tive a chance de conhecer os empreendimentos solidários apoiados pela CUT que lá expunham seus produtos e pude ainda conversar com seus militantes e trabalhadores.

De outro modo, o que é notável nas comemorações dos trinta anos da entidade é o seu caráter contrastante se comparado aos atos políticos que foram realizados no mesmo local durante sua fundação. Se, naquele tempo, palavras de ordem imperativas a favor da estabilidade no emprego, da redução da jornada de trabalho, em defesa da “reforma agrária radical sob controle dos trabalhadores” ou a exigência de que a Central fosse “democrática e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos” marcaram a reunião de fundação (RODRIGUES, 1997), os festejos atuais – mesmo apesar de ainda estarmos longe de ter conquistado boa parte dos temas proclamados em 83 – deram especial destaque às

atividades em economia solidária apoiadas pela Central como caminho para transformar o Brasil.

Esse fato me chamou bastante a atenção porque, como cheguei a conjecturar, durante os anos em que me dedicava a pesquisar o envolvimento da entidade com o tema da economia solidária, cheguei a duvidar (não nego) da importância que esse tema teria ainda dentro da estratégia política da Central, já que, de tema principal dentro das resoluções dos congressos nacionais da CUT no início dos anos 2000, ele havia sido (aparentemente) relegado a um posto secundário a partir de meados da década. Contudo, a simples fixação das práticas econômico-solidárias em papel de destaque nas comemorações das três décadas de existência da entidade me deu claras mostras que a motivação inicial da pesquisa ainda se sustentava e que as minhas suposições iniciais sobre os significados da maior central do país se meter com a economia solidária eram válidas também. Convicto desse propósito, dei seguimento à pesquisa na direção apontada desde o início.

Ninguém mais duvida que a CUT seja ainda um eloquente objeto de pesquisa. Embora tenha perdido filiados com o aparecimento de novas centrais (boa parte delas saídas do seu próprio seio), ela ainda é a maior central sindical do Brasil, contando com mais de três mil entidades filiadas, representando 35,6% dos sindicatos existentes no país (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, 2013). Se já não bastasse o seu portentoso tamanho para ser tratada como um importante objeto de investigações acadêmicas, a Central ainda aguça a curiosidade científica pela histórica participação que teve na construção das feições políticas do Brasil contemporâneo e pelo papel que ainda desempenha na organização da classe trabalhadora brasileira (quer se concorde ou não com a direção política que lhe dá). Ademais, a CUT de hoje continua a ser uma importante instituição que pensa o futuro nacional e que intervém na realidade brasileira, sobretudo durante a última década, marcada pela gestão do executivo federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), organização que tem sido a sua melhor expressão no campo da política partidária.

Por outro lado também, o tema da economia solidária não pode ser desprezado. Tanto a expressão quanto as práticas que se definem por este termo ganharam relevo dentro de diversos movimentos sociais e entidades na última década do século, principalmente na América Latina. Parte destes movimentos

chegou a atribuir a ela função de resistência aos efeitos das políticas neoliberais no continente e até mesmo o poder de construir uma nova sociedade radicalmente diferente da capitalista.

Os números da economia solidária são também bastante persuasivos sobre a sua importância. Quando se fundou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em 2008, dezesseis entidades de renome nacional (boa parte delas com consolidada importância histórica, como a Cáritas e a própria CUT) deram sustentação as suas atividades. Além disso, com a chegada do PT ao governo federal em 2003, a economia solidária ganhou *status* de política de Estado, sendo recebida dentro do Ministério do Trabalho em uma secretaria nacional exclusiva para o tema, a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária). Para ser ainda mais objetivo a respeito da sua importância no cenário atual, levantamento feito por essa secretaria informa que atualmente no Brasil existem quase vinte mil empreendimentos econômicos, envolvendo mais de um milhão de pessoas, que podem ser colocados sob a designação de solidários (SENAES/MTE, 2013).

É certo, portanto, que a relevância social e política dos dois fenômenos já justificaria uma investida científica a seu respeito. E não por outra razão que tanto a CUT quanto, mais genericamente, a economia solidária, foram e continuam sendo o escopo de diversas pesquisas acadêmicas no Brasil. No entanto, as pesquisas interessadas em compreender a relação da maior central sindical do país com o movimento da economia solidária ainda são relativamente poucas se comparadas à quantidade de pesquisas que investigam cada qual separadamente. Dito de outro modo, se por um lado a CUT é objeto de muitas análises e a economia solidária *idem*, por outro, são poucas as pesquisas acadêmicas que buscam relacionar a imbricação destes dois fenômenos sociais.

Os números da economia solidária organizada pela CUT são expressivos e ajudam a tornar o tema interessante. Atualmente existem três grandes entidades promotoras da economia solidária vinculadas à CUT: a Agência de Desenvolvimento Solidário, a central de cooperativas UNISOL/Brasil e outra central de cooperativas de crédito chamada ECOSOL. Somente por meio da ADS, a única entidade destas entidades subordinada diretamente à direção nacional da CUT, ela envolve-se com 166 empreendimentos econômico-solidários em 15 estados do país e que são formados por cerca de dez mil trabalhadores (CONEXÃO SOLIDÁRIA, 2011).

Ainda que a constatação da importância dos dois temas e da necessidade de se investigar o envolvimento entre eles sejam um chamariz importantíssimo para a análise acadêmica, os motivos que me induziram a recortar esse assunto como objeto de reflexão sociológica não nasceram no momento em que decidi me candidatar a uma vaga entre os discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP de Marília, em 2009/2010. A determinação para isso veio de um período mais longe e remonta a uma vivência pessoal, embora não tenha parado aí e depois tenha ganhado elementos de maiores complexidades.

Sou proveniente, pelo lado paterno, de uma família de trabalhadores metalúrgicos com fortes vínculos políticos e ideológicos com o Partido dos Trabalhadores. Com exceção do meu pai, todos os filhos e filha do meu avô e da minha avó foram metalúrgicos de uma importante siderúrgica em Ipatinga, Minas Gerais, tendo ele mesmo trabalhado para a usina. Minhas lembranças de infância, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1980, estão marcadas pela participação deles em defesa do sindicalismo cutista para os metalúrgicos do Vale do Aço e pela construção das candidaturas do PT. Embora em função do contexto de patrulha política que permeava a cidade na época, essa militância tenha se dado mais no ambiente privado que publicamente, já que ela servia de pretexto para demissões na empresa (como ocorreu com um dos meus tios), pode se dizer que elas serviram para excitar uma curiosidade sociológica que se manifestou em mim na época dos estudos de graduação em Ciências Sociais em Uberlândia. Não foi à toa que, com ajuda do professor Edilson Graciolli, esse tema serviu de mote para a iniciação científica nesse momento, quando realizamos uma investigação acerca da colaboração do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga no processo de privatização da siderúrgica da cidade.

A abordagem sociológica desta matéria permitiu que eu a levasse adiante no mestrado em Educação na UFSC, onde continuei com o interesse de compreender o movimento sindical, me concentrando no estudo da Política Nacional de Formação da CUT no período do fim dos anos 1990 e a primeira década dos anos 2000. Foi ao longo da pesquisa desenvolvida neste nível que vislumbrei o filão de uma pesquisa sobre a vinculação da CUT com a economia solidária e a importância disso para se pintar com mais exatidão o quadro teórico da relevância que a entidade representaria para o momento atual da luta de classes no país. As limitações objetivas do mestrado me impediram de avançar nesse tema, por isso ele só foi

tocado muito marginalmente por mim nessa pesquisa. No entanto, a curiosidade de aprendiz de cientista social fez com que eu me sentisse estimulado a desenvolver com mais calma e mais amplitude as reflexões sobre o que me propunha. Foi com essa intenção que submeti um projeto intitulado “Economia solidária no sindicalismo brasileiro e a estratégia de ação política da Central Única dos Trabalhadores (CUT)” ao doutorado em Ciências Sociais da UNESP/Marília e em Sociologia da UNICAMP, tendo sido aprovado nos dois. A fase seguinte das duas seleções foi exitosa em uma instituição e noutra não. Em Marília fui acolhido com boas sugestões pela banca, mas, na Unicamp, recebi indagações que questionavam a necessidade de se estudar uma entidade que ainda falava em socialismo no século XXI.

Depois de aprovado, minha intenção era transferir residência de Uberlândia (onde tinha voltado a morar depois do mestrado) para Marília, dedicando-me exclusivamente ao doutorado. Entretanto, como não é só a vontade que constrói a vida, fazendo parte dela também o acaso, fui levado por uma série de condicionantes a me envolver numa espiral excessiva de trabalho que acabou me prendendo em Minas, impedindo minha mudança para Marília. Assim, durante o tempo que cursava as disciplinas do doutorado em Marília, também trabalhava dando aulas insanamente entre Uberlândia e Uberaba, tanto na rede privada em cursos pré-vestibulares quanto na rede federal no ensino médio e superior.

Cansado dessa vida, me inscrevi no concurso para professor de uma universidade pública estadual do Paraná visando prosseguir na carreira acadêmica e, ao mesmo tempo, voltar a morar no sul por motivos pessoais e adquirir estabilidade e menos confusão na vida profissional para dedicar-me ao doutorado como mais tranquilidade. Mas, como diz Guimarães Rosa pela boca de Riobaldo Tatarana, “a vida é ingrata no macio de si”. De início, a vida pessoal virou uma turbulência, mas mesmo dentro dessa ingratidão, ela “transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero” e, logo, com a ajuda de uma pessoa muito especial, eu restabeleci a segurança que necessitava para avançar nos estudos.

Afora esses eventos de natureza subjetiva que me acometeram aqui no Paraná (e que não são desimportantes para o sucesso de qualquer empreendimento acadêmico) eu compartilhei as atenções entre escrever sobre sindicalismo e ajudar a construir uma entidade sindical. Não havia na instituição uma entidade que representasse sindical e politicamente os professores e que encaminhasse ao Governo do Estado nossas demandas trabalhistas. Com ajuda de companheiros,

organizei greves, passeatas e demos início à construção de um sindicato para os docentes da universidade, onde ainda assumo, mesmo que temporariamente, a condição da presidência. Se politicamente isso foi bom para a conquista de algumas reivindicações, academicamente também não foi uma experiência desprezível. Ao contrário disso, a vivência orgânica no movimento sindical, o contato com outros sindicalistas, a participação em congressos, a mobilização em oposição ao pensamento hegemônico no interior do sindicalismo brasileiro tornou possível um melhor conhecimento de sua dinâmica e, conseqüentemente, uma mais completa apropriação do objeto de estudo do doutorado.

Dito isto, cumpre saber agora de que forma foi possível acercar-se do tema levantado pela pesquisa.

## 1.1 FUNDAMENTOS DO NEOLIBERALISMO

Como o próprio nome sugere, o neoliberalismo se proclama como uma atualização do liberalismo. Ainda que, segundo Vincent (1995, p. 33), ele seja a mais “complexa das ideologias” e comporte uma profusão de acepções, aquele que é imitado contemporaneamente refere-se ao liberalismo enquanto economia política, que é, em grande medida, a melhor expressão ideológica e filosófica do capitalismo. Este liberalismo foi a principal doutrina econômica nos países capitalistas centrais desde o século XVIII e durante todo o XIX. Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) e John Stuart Mill (1806-1873) são os melhores formuladores da teoria que convencionou-se chamar de liberalismo clássico, e que é a base inspiradora do atual neoliberalismo. Inspiradoras do novo liberalismo também são as reflexões de John Locke (1632-1704) e Edmund Burke (1729-1797).

De acordo com Vincent (1995), o tema principal do liberalismo é o individualismo:

Os liberais estiveram, e estão, *formalmente* comprometidos com o individualismo. Esse é o cerne metafísico e ontológico do pensamento liberal e o fundamento da existência moral, política, econômica e cultural. O indivíduo é mais real do que a sociedade, e a precede (VINCENT, 1995, p. 42, grifos no original).

Essa concepção, centrada no indivíduo, faz com que, para o liberalismo, a explicação para os processos históricos e sociais descansam sempre na motivação do interesse próprio individual e não nas instituições e coletividades, que por sua vez não seriam nada mais que abstrações. E, nesse sentido, a economia é considerada uma das áreas em que a liberdade mais pode se realizar (VINCENT, 1995, p. 40). A teoria liberal parte do princípio que os sujeitos são agentes econômicos racionais e, portanto, que a livre iniciativa de cada indivíduo – assumindo a forma de atividade empreendedora – visando a satisfação dos seus próprios interesses, concorreria, no limite, para o progresso geral de toda a sociedade, sendo o (livre) mercado o melhor garantidor e árbitro da ação individual. Dessa forma, qualquer intervenção na lógica mercantil (que seria, por si só, auto-regulável) significaria uma ameaça às liberdades individuais e ao desenvolvimento da sociedade.

Assim:

Os liberais concebem a sociedade como um conjunto de indivíduos, naturalmente livres e desiguais que, apenas sob determinadas condições, com garantias de plena liberdade econômica e sem interferências externas ao mercado, podem satisfazer suas vontades e serem, por isso, felizes (TRÓPIA, 2004, p. 6-7).

De outra forma, o liberalismo é uma concepção de mundo que afirma que a justiça, a racionalidade, a produtividade estariam garantidas se não houvesse nenhum constrangimento para a iniciativa econômica individual. Adam Smith diz em sua obra *A riqueza das Nações* (1776), considerada, indiscutivelmente, a principal referência do liberalismo, o seguinte:

Assim é que os interesses e os sentimentos privados dos indivíduos os induzem a converter seu capital para as aplicações que, em casos ordinários, são as mais vantajosas para a sociedade (...). Sem qualquer intervenção da lei, os interesses e os sentimentos privados das pessoas naturalmente as levam a dividir e distribuir o capital de cada sociedade entre todas as diversas aplicações nela efetuadas, na medida do possível, na proporção mais condizente com o interesse de toda a sociedade (SMITH, 1983, p. 104).

O liberalismo de hoje (o neoliberalismo) nasce fiando-se na importância histórica de seu antecessor para conquistar a sua legitimidade (e daí, inclusive, a justificativa para ter lhe emprestado o nome) e, ao mesmo tempo, acrescenta-lhe um prefixo que o outorga como sendo algo novo, moderno. De outro modo, podemos

dizer que para que o neoliberalismo se estabeleça como uma prática econômica e uma ideologia política hegemônica ele necessita estar lastreado em valores e instituições que, de certa maneira, estejam já difundidos historicamente e socialmente. Se assim é, fica mais fácil para o neoliberalismo se arvorar como algo dado *desde muito tempo* e, pois, legítimo. Assim, ao buscarem inspiração no liberalismo, os formuladores da doutrina neoliberal estão a buscar no valor da “liberdade individual” um dos sustentáculos da sua teoria e de seu projeto de civilização e, logo, fazendo dele um dos elementos fundamentais para realizar a persuasão no restante da sociedade.

A obra *O caminho da servidão* (1944) do filósofo austríaco Friedrich Hayek é considerada a primeira sistematização e o primeiro manifesto desse atualizado liberalismo. Nela, o autor diz que a noção de liberdade que o neoliberalismo defende pode ser encontrada desde a antiguidade clássica e que se desenvolve melhor após o Renascimento. Assim, a tradição liberal que se pretende, não deita raízes apenas no “liberalismo dos séculos XVIII e XIX, mas o individualismo herdado de Erasmo e Montaigne, de Cícero e Tácito, de Péricles e Tucídides” (HAYEK, 1977, p. 14). Para essa concepção, o individualismo liberal pretendido parte dos “elementos fornecidos pelo cristianismo e pela filosofia da antiguidade clássica” (HAYEK, 1977, p. 15) e que “desenvolveu-se pela primeira vez, plenamente, durante a Renascença e desde então evoluiu e penetrou o que chamamos de civilização ocidental” (HAYEK, 1977, p. 15) e que tem como características:

o respeito pelo homem individual na sua qualidade de homem, isto é, a aceitação dos seus gostos e opiniões como sendo supremos dentro de sua esfera, por mais estreitamente que isto se possa circunscrever, e a convicção de que é desejável o desenvolvimento dos dotes e inclinações individuais por parte de cada um (HAYEK, 1977, p.15).

Sobre a obra do filósofo austríaco, Anderson (1995, p. 9) nos diz que:

Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra [...] A mensagem de Hayek é drástica: ‘Apesar de suas boas intenções, a socialdemocracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna’.

O neoliberalismo, assim como a teoria clássica liberal que o inspira, se apresenta de maneira geral como uma forma de política econômica que se volta contra a intervenção estatal no setor produtivo e contra qualquer regulação e limitação do mercado de trabalho por monopólios e representações.

Todavia, apesar da homonímia, as doutrinas também apresentam aspectos discordantes, muito embora essa discordância não seja fundamentalmente conflituosa. Notadamente as divergências dizem respeito o contexto sócio-histórico em que cada uma aparece e aos inimigos contra os quais elas se insurgem.

Enquanto o liberalismo clássico representava um repúdio aos limites colocados pelo Estado mercantilista à atividade econômica e às regulações impostas à livre oferta da força de trabalho pelas corporações de ofício, o neoliberalismo, emergindo de uma realidade material completamente diferente daquela vivenciado por Smith no século XVIII, pregava contra as intervenções do Estado keynesiano e dos sindicatos, estes últimos chamados pelos neoliberais de *modernas corporações*. Isso quer dizer que, ao passo que a doutrina liberal se apresentava como uma racionalização filosófica da atividade material praticada por uma classe social que se consolidava (a burguesia mercantil e industrial) contra as restrições comerciais impostas pelo regime feudal – estas expressas nas políticas mercantilistas e na organização do trabalho nas corporações – o neoliberalismo aparece como uma reação teórica e política contra o intervencionismo estatal na economia e a política de bem-estar social.

Muito semelhantes no nível doutrinário, os dois ideários se diferenciam no que diz respeito aos impactos provocados na vida social e econômica. O liberalismo clássico nasce combatendo as restrições impostas pelo Estado mercantilista, já o neoliberalismo luta contra um tipo de capitalismo influenciado pelos sindicatos fortes, o Estado de Bem Estar Social, típico da metade do século XX.

Aparecendo como um movimento intelectual e político, o neoliberalismo se tornou hegemônico no campo dos valores apresentando duas frentes de combate: a primeira em relação à defesa do mercado livre e a segunda dizendo respeito à eliminação das intervenções estatais no campo econômico. Foi por meio da implementação desses elementos que a plataforma neoliberal se concretizou mundialmente, assumindo a forma de privatizações de ativos e serviços públicos estatais, de transferência de parcela da prestação de serviços sociais básicos (como saúde, educação e previdência social) e de empresas estatais para as mãos da

iniciativa privada, da desregulamentação do mercado de trabalho e da economia, retirando direitos sociais e trabalhistas e abrindo os mercados (especialmente dos países periféricos) aos interesses dos países capitalistas centrais.

Sistematizada ainda nos anos 1940, a teoria e a prática econômica neoliberal ganharam força entre os setores dirigentes do capitalismo central após a crise financeira que se abateu sobre elas no início dos anos 1970. Essa crise, sentida sob a forma de desemprego, inflação e estagnação econômica generalizada, impôs mudanças técnicas e gerenciais no trabalho, além de novas formas de intervenção estatal na economia.

Impulsionado pela crise dos anos 1970, o neoliberalismo é tomado como alternativa de política econômica capaz de reequilibrar em novos patamares a tendencial queda das taxas de lucro do capitalismo. Para tanto, fez-se necessário satanizar o *Welfare State* na Europa, a economia planificada da União Soviética e dos países do leste Europeu e o populismo e o nacional-desenvolvimentismo da América do Sul, exigindo, como medida imediata e estratégica para sanar a crise econômica, social e política, o aumento das taxas de juros, a diminuição dos impostos sobre os altos rendimentos, a liberdade ao capital especulativo, o aumento dos níveis de desemprego, o corte nos “gastos” sociais e a neutralização do sindicalismo combativo e da legislação trabalhista.

Como o neoliberalismo trabalha com a ideia de que o indivíduo age, na sua cotidianidade, orientado pelos valores do mercado, a liberdade de que necessita é uma liberdade de empreender e criar, daí resultando que qualquer intervenção na atividade econômica que culmine em monopolização (seja ela feita pelo Estado, pelos sindicatos ou por grupos) é extremamente perniciosa para o mercado (para a concorrência) e para o indivíduo. Nas palavras de um de seus mais proeminentes intelectuais: “O liberal teme fundamentalmente a concentração do poder. Seu objetivo é o de preservar o grau máximo de liberdade para cada indivíduo em separado – compatível com a não interferência na liberdade de outro indivíduo” (FRIEDMAN, 1985, p. 44).

Em função disso o neoliberalismo entende que uma presença ilimitada das massas no cenário político seja determinadamente daninha para toda a sociedade, pois coloca sob restrições a liberdade econômica, punindo àqueles indivíduos “bem-sucedidos” que conseguiram empreender dentro da lógica da livre concorrência. Assim, por essa perspectiva, a democracia tem um caráter restritivo, e a liberdade

do indivíduo deve ser entendida como uma liberdade de produzir e consumir, uma liberdade de acesso ao mercado e que o Estado tenha como função apenas garantir as leis do mercado e o livre jogo da oferta e da procura (MORAES, 2001).

Vê-se, portanto, que o neoliberalismo tem uma tendência muito grande de se posicionar com intolerância contra qualquer interferência e regulação nas leis do mercado e, nesse ponto em especial, no mercado de trabalho. Assim, a ofensiva neoliberal em direção à novas fontes de acumulação e contra o Estado intervencionista inclina-se a passar, necessariamente, pelo dismantelamento de entidades sindicais, fazendo com que o trabalhador responsabilize-se, isoladamente, por sua felicidade ou o seu fracasso no mercado pela negociação da venda da sua força de trabalho.

### 1.1.1 A configuração neoliberal no Brasil

Muito embora exista um conjunto teórico elaborado e coerente de princípios que fundamentam o neoliberalismo, dando-lhe características próprias e diferentes de outras ideologias e políticas econômicas, a sua existência concreta, no plano da execução política, não expressa, em absoluto, àquela conceituação existente no nível doutrinário. Antes de tudo, isso se dá porque, como toda ideia, ele não tem uma existência anterior à *práxis* social e, portanto, não é dela independente. Como concepção de mundo, ela nasce porque representa, no campo das ideias, os interesses políticos concretos de algum grupo social, alguma classe social ou fração de classe, e a sua realização como prática depende, fundamentalmente, dos resultados do embate com outros segmentos sociais e com suas respectivas concepções de mundo. A maior ou menor efetivação da ideia e do interesse material do grupo vai depender da sua capacidade de eliminar, incluir e/ou fazer-se aceitar pelos outros contendores<sup>1</sup>.

Aqui, como alhures, também serve a máxima segundo a qual os homens, ao produzirem (socialmente) a própria vida entram em relações determinadas e independentes de sua vontade (MARX, 2005), isto é, os homens fazem sua própria

---

<sup>1</sup> Gramsci nos diz que a hegemonia é também a capacidade de dar a direção sobre as classes aliadas, associada ao domínio sobre as classes dominadas (GALVÃO, 2003, p. 86).

história, mas não fazem como querem, a todo o momento têm que se defrontar com circunstâncias já existentes (MARX, 2008). É por isso que a doutrina neoliberal, a despeito de ser “uma corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (ANDERSON, 1995) apresenta, na prática, matizes quando das suas tentativas de implementação. Em outras palavras, isso significa dizer que o neoliberalismo não é uma abstração ou um tipo ideal weberiano, mas é aquilo que efetivamente se materializa dentro do que se é possível implantar da doutrina<sup>2</sup>. É, portanto, a síntese de múltiplas determinações (MARX, 2005).

A citação a seguir é um pouco alongada, mas ajuda a exprimir também a ideia acima:

Tais políticas [neoliberais] não podem concretizar *incondicionalmente* os princípios econômicos liberais, já que elas não são implementadas num espaço social vazio, destituído de qualquer historicidade, e sim em sociedades capitalistas históricas, onde a política estatal repercute, há décadas, a influência de outros princípios econômicos. [...]  
Uma análise política que leve em consideração tais ponderações não reservará o qualificativo ‘neoliberal’ tão somente às políticas estatais que se conformarem integralmente com os princípios econômicos defendidos por autores como Friedrich Hayek ou Milton Friedman”. (SAES, 1996, grifos no original)

Como não poderia deixar de ser, o caso do neoliberalismo no Brasil também esteve subordinado às circunstâncias políticas, históricas e econômicas particulares daqui. Um importante determinante para se entender o caso nacional foi a existência de uma longa ditadura empresarial e militar no poder de Estado desde meados da década de 60 e de um modelo econômico associado a ela. Enquanto as economias dos países capitalistas fundamentais enfrentavam a depressão em começo dos 70, a ditadura brasileira dava uma sobrevida ao modelo desenvolvimentista que vicejou aqui desde o governo de Juscelino Kubitschek nos 50. Sem ser estritamente liberal no campo econômico, a ditadura brasileira incentivava fortemente uma acumulação privada, nacional e estrangeira sob a forma de um capitalismo de Estado (SADER; GENTILLI, 1995).

---

<sup>2</sup> Essa discussão serve para desmontar o argumento (inclusive presente em autores do campo da esquerda) que negam a existência do neoliberalismo no país, mesmo nos anos 90.

Entretanto, em meio a um cenário internacional tão adverso, o modelo de desenvolvimento da ditadura não teve condições de se sustentar por mais tempo. Segundo Galvão (2003, p. 79):

A crise da dívida externa e o desequilíbrio do balanço de pagamentos – agravado pela suspensão dos fluxos financeiros internacionais – levaram à deterioração das finanças públicas, inibindo o investimento estatal e debilitando o modelo de desenvolvimento econômico capitaneado pelo Estado.

Mesmo assim, o governo José Sarney (1985-1990), na direção oposta ao que ocorria no mundo industrializado (e também em alguns países latino-americanos) e ao que era recomendado pelos organismos financeiros internacionais, ainda fez a opção por proteger o declinante modelo desenvolvimentista com uma política de choque heterodoxo<sup>3</sup>. O ministro da Fazenda do governo nesse período, Dílson Domingos Funaro, assina em fevereiro de 1986 e depois em novembro do mesmo ano, os Planos Cruzado I e II, respectivamente, com o objetivo de conter o processo inflacionário. Após o fracasso desses planos, os defensores do intervencionismo estatal perdem espaço no governo. Funaro cai da pasta e em seu lugar assume Luiz Carlos Bresser Pereira, que lança, ainda no primeiro semestre de 1987, o plano Bresser. Este plano, apesar de seu caráter profundamente heterodoxo, já começava a incorporar alguns elementos ortodoxos (SANDRONI, 1999), de traços neoliberais.

Após a segunda metade da década de 1980, portanto, a disputa entre desenvolvimentistas e neoliberais se faz presente na política econômica governista. O novo plano para tentar eliminar a hiperinflação – o Plano Verão – que se seguiu ao anterior, que foi lançado no início de 1989, sob a coordenação do, também novo ministro, Maílson da Nóbrega, expressa bem essa luta entre intervencionistas e liberais. Escrevendo no momento destes acontecimentos, Guido Mantega, atualmente o ministro da Fazenda do Governo Dilma (2010-2014), criticava o novo pacote do governo Sarney dizendo que este seria um híbrido entre ortodoxia e

---

<sup>3</sup> O choque heterodoxo consistiu em uma política econômica aplicada em diversos países do mundo, além do Brasil, baseada no combate à inflação aplicando o congelamento de preços e liberando as políticas monetárias e fiscais. Foi largamente utilizada a partir do fim dos anos 70 como tentativa de conter a inflação. Tal atitude, baseada na intervenção estatal, estava mais próxima de uma saída keynesiana do que neoliberal, portanto (SANDRONI, 1999).

heterodoxia, e, portanto, já significando o empenho da corrente neoliberal que aspirava consolidar-se no poder (MANTEGA, 1989). É dentro desse novo plano que vai aparecer, pela primeira vez, a intenção de privatizar empresas estatais, isto que é umas das principais insígnias do projeto neoliberal. Embora o projeto privatizante não tenha sido levado a efeito por não ter conseguido aprovação no congresso nacional (talvez pelo peso da reação de uma sociedade civil, no sentido gramsciano, mobilizada e pela pouca inserção das ideias e valores neoliberais na sociedade brasileira), a sua aparição como intenção de Estado já era significativo de um tipo de discurso que ganhava corpo no país e que começou, de fato, a se realizar após a vitória eleitoral e a posse de Fernando Collor de Melo (1990) na presidência da república<sup>4</sup>.

Analisando hoje podemos dizer que a economia brasileira passava por uma explosão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) identificado pelo nome de “Milagre brasileiro” (que vigeu entre 1968-1973). Logo no fim desta década e no início da seguinte, os efeitos da recessão mundial chegam ao país. As tentativas governistas para sanar a crise não surtiram o efeito esperado e, aos poucos, a opção neoliberal ganhou terreno no país entre a grande burguesia como a única alternativa para retirar a economia do Brasil do fundo do poço. E, foi nesse contexto de crise internacional e de descrédito no intervencionismo estatal de tipo autocrático, que a opção neoliberal começa a se tornar hegemônica aqui, difundindo-se pelo restante da sociedade, ganhando, de maneira difusa, a adesão e o consentimento da população.

Embora as explicações político-econômicas sejam necessárias para compreender a particularidade da implantação do neoliberalismo no país, quando tomadas isoladamente do restante do movimento da sociedade elas se tornam insuficientes para indicarmos os motivos do atraso de sua instalação e o caráter fulminante com que ela ocorreu a partir dos anos 1990. Entender a conformação dos organismos dos trabalhadores na sociedade civil (sempre no sentido gramsciano) no contexto de implantação do neoliberalismo no país faz com que fique mais claro para percebermos o protagonismo que os movimentos sociais das classes

---

<sup>4</sup> Sobre o privatismo do Plano Verão, ver: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u490114.shtml>>

subalternas tiveram, tanto no enfretamento às políticas neoliberalizantes e seus efeitos, quanto no auxílio que prestaram, ainda que por meios obtusos, ao seu funcionamento. Os movimentos sociais e, sobretudo o movimento sindical de extração esquerdista (principalmente a CUT, que é o foco essencial desse trabalho) desempenhou um papel notável para o retardamento da penetração das políticas neoliberais no Brasil, e também realizou, especialmente a partir do fim da década, ações (por meio de permissões e/ou omissões políticas) responsáveis por fazer a incorporação ativa de trabalhadores assalariados aos valores neoliberais no Brasil.

Assim, nunca é demais destacar que a resistência dos movimentos sociais também fez parte do solo histórico brasileiro responsável por moldar em determinado sentido o matiz de neoliberalismo que aqui se desenvolveu. Nessa perspectiva, o autocrático modelo nacional-desenvolvimentista, há muito atarraxado na cultura política-econômica brasileira, não foi e nem poderia ter sido a única variável explicativa para a modalidade de desenvolvimento do neoliberalismo na *Terra Brasilis*. Os movimentos sociais que aqui se ergueram a partir do fim dos anos 1970 contra a ditadura e contra os efeitos sociais das políticas econômicas dos sucessivos governos militares foram importantíssimos para atrasar a penetração dos valores e práticas neoliberais no país. Igualmente importantes são o seu desmonte, a sua derrota e a sua conversão ideológica para se explicar o desenvolvimento subsequente do novo velho credo econômico.

Enquanto a década de 1980 ganhou a alcunha de “década perdida” em função dos péssimos indicadores sociais e de crescimento econômico, do ponto de vista das lutas populares, esse mesmo período pode ser caracterizado como uma década de verdadeiros ganhos políticos para os trabalhadores e para o movimento social brasileiro. Se a ditadura brasileira teve êxito em esmagar com brutalidade os movimentos que a contestavam, especialmente entre o período compreendido entre o fim da década de 1960 e a década de 1970, a partir de 1978 inicia-se no país uma onda de contestações políticas ao regime e aos efeitos sociais e econômicos deste entre as classes trabalhadoras que culminará na realização de frondosas greves e protestos de trabalhadores de importantes setores econômicos das principais cidades brasileiras, desembocando na reorganização do movimento sindical nacional, na criação de renovados partidos políticos e de muitos outros movimentos sociais.

Montaño e Duriguetto (2011) assinalam que na segunda metade da década de 1970 ocorreram inúmeras ações de contestação e de protestos nas grandes cidades brasileiras e que foram levadas à cabo por organizações estudantis, populares e operárias. Para os autores, ainda foram relevantes a “participação das camadas médias urbanas, intelectuais, artistas, setores progressistas do MDB, da igreja e das entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI)” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 273). Segundo eles, a luta pelas liberdades democráticas e pelo fim dos governos militares, do AI-5, da censura, das cassações e das torturas e pelos direitos humanos, pela anistia e por eleições livres eram pautas comuns que unificaram esses vários movimentos.

Já não é mais objeto de debate entre pesquisadores do assunto a questão da importância das mobilizações desse período para a reorganização do movimento sindical brasileiro. Entre os analistas do fenômeno (ANTUNES 2003; ALVES 2000; RODRIGUES, 1990; BOITO JR., 1999) há um consenso a respeito dos acontecimentos a ponto de permitir considerarmos, fazendo eco às suas conclusões, os anos 80 como sendo “a década dos trabalhadores” (RODRIGUES, 1992) responsável pela “explosão do sindicalismo” (ALVES, 2000).

Nesse “caldo de cultura” de onde, ao mesmo tempo, emergem as novas lutas sindicais e as lutas pelo fim da ditadura militar, vai acontecer, em agosto de 1981 a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, construída por várias forças do sindicalismo brasileiro. Dessa reunião que aglutinou diversas tendências políticas do movimento sindical encaminharam-se as primeiras articulações para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1983, o bloco mais à esquerda que participara da citada conferência decide realizar o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, deliberando pela fundação da CUT. A ala sindical mais moderada que não participou desse congresso convoca o seu próprio congresso no final de 83 e funda a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1986 (ANTUNES, 2003; RODRIGUES, 1991).

Tanto a CUT, quanto a CGT, especialmente a sua tendência do “sindicalismo de resultado” (que deu à luz a Força Sindical em 1991) e suas respectivas representações político-partidárias nasceram nos anos 1980 e foram importantes atores do debate público nacional na década seguinte, contribuindo,

cada uma a partir de sua ideologia, para dar as feições políticas e econômicas do Brasil contemporâneo.

Como ponto marcante da agitação social que mobilizou o país nesse período, não podemos deixar de destacar a elaboração da Constituição Federal em 1988. Produto da luta de classes do período, seu conteúdo pode ser considerado umas das expressões cristalizadas da luta de classes que se desenrolava no país naquele momento. Apesar de suas limitações no que diz respeito ao atendimento das demandas dos movimentos sociais, a Carta Magna conseguiu garantir uma série de direitos sociais e uma sustentação jurídica para a existência formal da democracia e que, ainda hoje, são uma barreira que dificulta o aprofundamento do projeto neoliberal no país. O perfil mais democrático e socializante da Constituição Federal se deveu, em larga medida, a pressão exercida pelos movimentos sociais, em especial o movimento sindical. Além de participar ativamente das mobilizações junto ao Congresso Nacional e também animando a população, o movimento sindical conseguiu eleger seus representantes a fim de disputar o texto constitucional, e boa parte desses deputados foi eleita sob a sigla do PT. Para se ter uma medida, a bancada desse partido era formada majoritariamente por quadros oriundos do sindicalismo (SECCO, 2011).

Como se vê, a particularidade histórica onde se instalou o neoliberalismo matizado brasileiro estava marcada pelas disputas entre novos projetos políticos para o Brasil após o esgotamento – resiliente – do modelo da ditadura militar. Pelo lado do capital, ocorreu a tentativa de alterar o bloco no poder, desalojando o capital estatal e privado nacional do local em que se encontrava desde a industrialização substitutiva de importações e, em seu lugar, colocar o capital financeiro internacional e as frações de classe dela beneficiárias. Pelo lado do trabalho, ocorreu, após um interregno colocado brutalmente pelas forças repressoras do Estado, o reflorescimento da atividade organizativa e reivindicatória dos trabalhadores (tendo na formação do PT, da CUT e do MST o seu ponto mais alto), abrindo a possibilidade de que o projeto popular pudesse disputar com as frações dominantes do capital a direção intelectual e moral da sociedade brasileira.

## 1.2 A CUT E O SOCIALISMO

Sabe-se que o sindicalismo brasileiro viveu um período de significativa importância política e social nos vinte anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964. Não é absurdo conjecturar que a mobilização dos trabalhadores brasileiros nesse período carregou consigo um potencial tão grande em produzir mudanças profundas na estrutura social brasileira que o golpe de Estado sucedido aí pode ser considerado, segundo as interpretações de Florestan Fernandes (1987), uma verdadeira contrarrevolução preventiva.

Com a ditadura que se implantou no país de então, os sindicatos brasileiros ficaram sob forte intervenção do governo federal, principalmente entre os anos 1968 e 1978. Se anteriormente (no período compreendido entre 1945 e 1964) a viva atuação dos trabalhadores fez da legislação sindical oficial letra morta (ANTUNES, 2003, p. 58), o regime militar “aperfeiçoou-a”, fazendo dela um mecanismo ainda maior de controle sobre o movimento sindical. A estrutura sindical permitia a manutenção de diretorias governistas sustentadas pelo imposto sindical, que tinham nenhuma ou pouca representação junto às suas bases e que tocavam uma agenda de reivindicações quando não nula, muito específica e comedida. Além disso, era frequente a posição e deposição de diretores pelo governo federal, a obrigatoriedade de seguir um estatuto padrão para todos os sindicatos e que salários e condições de trabalho fossem definidos por decretos governamentais ou pela atuação da Justiça do Trabalho (BOITO JR., 1991).

O funcionamento dos sindicatos no Brasil praticamente se restringia a duas funções básicas, a saber, a prestação de serviços assistenciais e de previdência social paralelamente ao Estado e a intermediação da força de trabalho (MATTOS, 2006).

No entanto, elementos renovados do movimento sindical brasileiro despontaram na arena política no limiar dos anos 1970, mesmo a despeito da repressão oficial aberta e do terrorismo de Estado. Contando com forças e características diferenciadas do que havia sido construído comumente até então pelos sindicatos oficiais, eles precipitaram, em conjunto com demais movimentos sociais, o próprio fim da ditadura civil-militar, dando início a um novo ciclo na história da classe trabalhadora nacional.

Nesse contexto, trabalhadores dos setores mais dinâmicos da economia brasileira (localizados principalmente na região do ABC paulista<sup>5</sup>) foram os primeiros a acusarem os efeitos de anos de arrocho salarial, de superexploração do trabalho e de repressão política aprofundadas nos “anos de chumbo”. Logo depois as reivindicações assumiram contornos nacionais, repercutindo em outras bases operárias e categorias profissionais do país, provocando a realização de greves, de protestos, de congressos e encontros políticos de trabalhadores e de eleições de diretorias sindicais não alinhadas imediatamente às políticas do Ministério do Trabalho.

Esse conjunto de fatos serviu para reorganizar o movimento sindical brasileiro, recolocando-o politicamente em uma nova posição diante do Estado e do empresariado. Podemos dizer ainda que significativa parcela desse movimento se articulou em torno de traços socialistas e nos termos conscientes de uma luta de classes. Autoproclamando-se como o “novo” sindicalismo para se diferenciar do sindicalismo pelego que marcou o período da ditadura militar, esse movimento teve na oficialização da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto de 1983, a sua expressão mais bem delimitada.

É verdade, porém, que aos olhos de hoje, a novidade da prática sindical iniciada aí precisa ser relativizada. O sindicalismo nascido nesse cenário foi realmente inovador se se compara com a maior parte das práticas que as entidades sindicais levaram a efeito durante o período autoritário e se levarmos em consideração o papel de denúncia que ele exerceu ao corporativismo, à falta de democracia, ao burocratismo e ao peleguismo típicos do momento imediatamente anterior. No entanto, passados mais de 30 anos desde a sua configuração, o “novo” sindicalismo não foi capaz de romper completamente com a estrutura sindical criticada, pois até hoje mantém uma relação de dependência junto ao Estado pela arrecadação compulsória de recursos por meio da contribuição sindical destinada

---

<sup>5</sup> A região do ABC paulista (às vezes conhecida também pela sigla ABCD), é uma micro-região do Estado de São Paulo, localizada na região metropolitana da capital e composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Desde os anos 1950 a região comporta um importante complexo industrial formado por empresas do setor metal-mecânico, sobretudo pelo setor automotivo como Ford, GM, Mercedes-Benz, Toyota e Volkswagen. Destaca-se nessa região ainda a presença de grandes fábricas fornecedoras de peças para a indústria automobilística e de indústrias de bens de capital e de eletro-eletrônicos.

aos sindicatos e agora, desde 2008, com a Lei 11.648, também às centrais sindicais, e pela sujeição aos fundos públicos para a execução de seus projetos de natureza assistencial. Uma conclusão bastante defendida por militantes sindicais e pesquisadores indica que a opção pela manutenção no enquadramento à oficialidade comprometeu a potencialidade transformadora e crítica do tipo de agitação sindical nascida com a CUT.

Contudo, a CUT não nasceu sendo unicamente uma central monolítica do ponto de vista político, formada apenas por grupos que compartilhavam das mesmas visões de mundo e dos mesmos projetos de sociedade. Do contrário, a sua fundação ocorreu unindo as mais diversas tendências e grupos políticos que lutavam contra o regime e que almejavam a construção de um desenvolvimento econômico e social do país diferente do modelo adotado pelos militares. Nesse sentido, é possível falar que não havia um consenso interno na Central no que dizia respeito às concepções de sindicalismo, de socialismo e de democracia porque as diversas tendências e agrupamentos que a formavam esforçavam-se também para, mesmo que através de uma política de alianças internas, vencerem o debate interno e disputarem os rumos políticos da entidade.

Se é verdade que a origem da CUT se deu com base em um coletivo de diversas tendências de esquerda que almejavam diretamente reorganizar o movimento sindical brasileiro para lutar politicamente contra os efeitos econômicos e sociais trazidos pelos governos militares, não se pode ignorar que ecoava com predominância, nesse mesmo período, o discurso de que o socialismo seria um dos objetivos a serem perseguidos pela nova entidade. Lemos nas resoluções do seu primeiro congresso (o I CONCUR) que a entidade já deveria propor intervenções em nível nacional na “perspectiva de construção de uma sociedade socialista” (CUT, 1984).

Mesmo que a explicitação oficial do termo “socialismo” só tenha acontecido no seu segundo congresso nacional, em 1986, as formas de resistências organizadas nos locais de trabalho visando arrancar melhorias econômicas imediatas, a articulação com outros movimentos sociais e a sua associação a um partido político para ampliar sua pauta de atuação deram mostras que a origem da Central estava muito próxima das práticas que historicamente se evoca como sendo características das esquerdas socialistas e revolucionárias.

Apesar do socialismo ainda ter permanecido no estatuto da Central como projeto de sociedade a ser alcançado, a partir da preeminência da Articulação Sindical na direção nacional da entidade, teve-se início um itinerário político que esmaeceu aqueles atributos que fizeram da CUT uma referência para a luta combativa e classista dos trabalhadores brasileiros.

Entendemos que a manutenção do socialismo como seu objetivo desde os anos 80 significou no seu começo uma clara demarcação ideológica genérica em relação ao sindicalismo pelego, mas que o seu conteúdo concreto estava em disputa pelas tendências que formavam a Central. Após a primazia da corrente mais reformista na sua direção, ficou a cargo dela a definição do que seria uma atuação nestes termos.

O cenário que se descortinou nos anos 1990 não era favorável às investidas arrojadas do seu sindicalismo, mas tampouco ele impôs um recuo como o realizado pela CUT no momento como única alternativa. Nesse contexto, a retórica e a prática socialista diminuíram de densidade no seu interior, e mesmo que a entidade fizesse um uso do discurso socialista para criticar o neoliberalismo, ela muito contribuiu (às vezes até por vias esgueiras) com sua implementação.

Curioso é notar, como faz Galvão (2012a), que justo nos anos 2000, quando a Central já tinha perdido suas principais correntes de esquerda (que, ou foram para a Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas, ou estavam em processo de construção da Intersindical), o socialismo voltou a se adensar no léxico político da entidade.

Nesse sentido, se a atuação política da CUT estava relacionada à construção da cidadania nos 1990, na virada do milênio e além, a sua prática em direção ao socialismo se associou (não abandonando o horizonte cidadão) ao apoio a um “novo modelo de desenvolvimento” (CUT, 2009), posteriormente levado adiante pelo governo federal do PT, que se escorava na ampliação do investimento estatal, na aliança com uma fração da burguesia interna (no sentido dado por BOITO JR., 2005; BOITO JR., 2012) e no fortalecimento do mercado de consumo interno, sobretudo dos mais pobres, através de créditos subsidiados.

Para ela, apoiada fundamentalmente na opinião da sua tendência majoritária, seria preciso colocar em prática uma noção diferente de relação entre sociedade civil e Estado a fim de contribuir no desenvolvimento econômico e social, enxergando na construção da economia solidária, uma contraposição às políticas

neoliberais e uma forma de combate às transformações na economia e no mercado de trabalho experimentadas durante a era FHC (CUT, 2000).

Assim, se num primeiro instante, ainda nos anos 1990, algo próximo ao que hoje se enquadra nas definições de economia solidária começou a ocorrer nas bases do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC sob a forma de fábricas recuperadas por seus trabalhadores, exigindo a sua intervenção, na virada da década, a construção de alternativas mais variadas de trabalho e renda para desempregados passou a ser relacionada mais firmemente ao movimento nacional da economia solidária e essa, por sua vez, com a grande ajuda teórica de Singer, à construção do socialismo.

A partir de então a CUT passou a afirmar com íntima persuasão que a economia solidária teria que ser organizada também dentro e pela própria entidade, tendo vistas a sua associação a um tipo de desenvolvimento econômico para o Brasil com uma lógica distinta da capitalista (CUT, 2003).

Julgando-se antineoliberal e socialista, a Central tomou para si a noção de *espaço público não estatal* desenvolvida por Bresser Pereira a fim de promover uma nova forma de atuação do Estado com maior participação de entes de uma sociedade civil (abstrata) no oferecimento de serviços sociais, especialmente na área de emprego, à maneira de Organizações Sociais (O.S's) e Organizações Não Governamentais (ONG's).

Dando início a atuação nesses termos, a Central criou em 1999 uma *agência* para prestar serviços de assessoria às cooperativas, oferecer cursos de qualificação para membros dos empreendimentos solidários e organizar atividades de representação e fomento em economia solidária. E, sendo fiel a lógica que orienta as O.S's, ela passou a receber recursos públicos do FAT, do BNDES e da Petrobras para executar estes serviços.

Esta prática aproximou o seu comportamento ao das entidades que dizem atuar no espaço do “terceiro setor”. Uma diferença da atuação da CUT em relação aos demais movimentos que se arvoram na noção de “terceiro setor”, diz respeito à utilização que ela faz de elementos da teoria marxista gramsciana para justificar tais práticas, como os conceitos de *sociedade civil* e *disputa de hegemonia*.

Nessa apropriação cutista de Gramsci para a economia solidária, fica subentendida a ideia que existiria uma separação entre sociedade civil e Estado (no sentido estrito) e destes em relação à estrutura econômica, coisa que as teses do

marxista sardo não endossam. Essa disjunção interpretativa das ações da entidade é que nos permitem afirmar que para a Central, assim como para os esquemas do “terceiro setor”, o Estado seria o primeiro setor, a estrutura econômica o segundo e, claro, a sociedade civil (onde a CUT se localizaria) o último destes segmentos. Mas, assim como as atividades que se julgam atuar no “terceiro setor” não conseguem esta citada autonomia, nem do Estado nem do mercado (MONTAÑO, 2002), a CUT também não, já que não despreza o Estado em absoluto na prestação de seus serviços assistenciais e se associa à iniciativa privada para manter a sua proposta em economia solidária, inclusive estimulando os empreendimentos solidários para que imite certas práticas dela.

Diante dos fatos, chegamos a concluir que, mesmo que a entidade afirme discursivamente o socialismo como horizonte histórico e razão de suas lutas, a sua prática política continua a caminhar na direção da (impossível) concertação social. Soma-se a isso a adesão que se faz às teses de Paul Singer para a economia solidária.

Nesse sentido, uma das ideias centrais de Singer (1999) na iluminação do movimento da economia solidária na CUT concentra-se na interpretação de que a passagem histórica do capitalismo ao socialismo se daria pela via de uma chamada “revolução social”, não pela revolução política, como preza a interpretação marxista mais comum. Nesse sentido, para ele, a economia solidária seria uma forma específica de produção (baseada na autogestão, democracia interna, etc.) existente nos poros do modo de produção capitalista que tem a possibilidade de se tornar majoritária e construir a nova sociedade socialista, sem luta política.

Essa sua proposta é declaradamente inspirada no socialismo utópico oweniano e, acrescentamos, tocada por doses de concepções neoliberais, como é exemplo a autoconsideração de ser um ente que atua nos espaços públicos não estatais à semelhança das entidades do terceiro setor.

Para completar o quadro das influências ideológicas, o tema da autogestão socialista dos meios de produção também aparece nas propostas cutistas para a economia solidária. Só que, diferentemente da forma como historicamente o movimento socialista tratou deste tema, vinculando-o a um processo ampliado de revolução política e organização da vida social (tendo na Comuna de Paris um grande emblema), para a proposta da CUT, executada pela ADS, ela significaria

apenas a democracia interna às paredes dos empreendimentos solidários, ou, quando muito, um princípio ético na comercialização dos produtos.

Diante do exposto, nos propomos a resolver os seguintes problemas deste objeto: quais as motivações políticas e ideológicas inspiraram a assunção da economia solidária na pauta da CUT desde o fim da década de 1990? Como esse tema se relaciona com a proposta do sindicalismo cidadão? Qual o sentido de assumir um discurso baseado no socialismo utópico oweniano no contexto do neoliberalismo? Quais as implicações dele para a organização política da classe trabalhadora brasileira?

### 1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem do objeto e a solução dos problemas levantados envolveram incursões em base de dados eletrônicas (*Scielo*, *Google Acadêmico*, bibliotecas universitárias digitais de teses e dissertações, revistas eletrônicas) e prospecção em bibliotecas físicas (IFTM, IFPR, UFPR, UFSC, UFU, UNESP/Marília, UNESPAR/Paranaguá) a fim de procurarmos bibliografias que tratassem proximamente do assunto. Lançamos mão também de buscas em arquivos digitais, como o mantido pelos trabalhadores metalúrgicos da ABC ([www.abcdeluta.org.br](http://www.abcdeluta.org.br)), o Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT ([www.cedoc.cut.org.br](http://www.cedoc.cut.org.br)) e o acervo histórico dos jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*.

No primeiro semestre de 2012 matriculei-me na disciplina *Trabalho, sindicato e globalização* ministrada pelo professor Iram Jácome Rodrigues na pós-graduação em sociologia da USP. Para além das óbvias contribuições imediatas que a participação nas atividades em sala de aula que a matéria permitiu, como leituras e reflexões (sobretudo porque instigadas por um importante pesquisador do tema), as atividades da disciplina também favoreceu o nosso contato com militantes e dirigentes cutistas, que, ou eram também discentes matriculados, ou nos foram apresentados pelo professor. Ademais, como parte das atividades da disciplina, fomos à fábrica da Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo a fim de conhecermos, na prática, boa parte das discussões teóricas que eram levantadas na

universidade. Essa visita permitiu o conhecimento *in loco* de práticas organizativas produtivas e políticas executadas pelos operários da empresa.

Em 28 de janeiro de 2013 estivemos em Buenos Aires e realizamos uma visita à uma importante cooperativa argentina, a IMPA (*Indústria Metalúrgica y Plástica Argentina*). Nascida como empresa privada no início do século, estatizada por Perón em 1945, ela se transformou em cooperativa por força da luta de seus operários na década de 60. Com a crise argentina dos anos 90, a cooperativa também entra em crise e, a partir do fim da década, ela entrou em novo processo de recuperação feita pelos seus próprios operários. Ela foi uma referência para as lutas das fábricas recuperadas em todo o país. Desde 2008 ela é uma cooperativa “real”, isto é, com democracia na sua gestão e os seus trabalhadores recusam a sua estatização. Nesta visita, além da oportunidade de conhecermos a produção, realizamos uma entrevista (que não pode ser gravada) com o atual presidente da IMPA, Marcelo Castillo. A partir de uma abordagem centrada, onde, “dentro de certas hipóteses e de certos temas, o entrevistador deixa o entrevistado descrever livremente sua experiência pessoal a respeito do assunto investigado” (THIOLLENT, 1981, p. 35), Castillo nos contou sobre a história da fábrica, o seu processo de gestão e sobre as concepções políticas dos seus trabalhadores. Na época da visita, cogitávamos a possibilidade de fazer um comparativo entre o movimento de fábricas recuperadas do Brasil e da Argentina. Entretanto, por diversos motivos, não se levou adiante tal proposta. Aproveitamos apenas, indiretamente, os conhecimentos obtidos nessa visita.

Em 28 de agosto de 2013 estivemos na sede da CUT a fim de recolhermos materiais produzidos pela própria entidade e que estão arquivados CEDOC. Foi possível obter um significativo número de documentos físicos que nos auxiliaram no entendimento do sindicalismo cidadão e da economia solidária dentro da entidade. No dia 29 de agosto tomamos parte dos eventos comemorativos do trigésimo aniversário da Central, indo a São Bernardo do Campo participar da Jornada Cultural CUT 30 anos que continha uma programação especial dedicada à economia solidária. Além de recolhermos mais materiais, pudemos conhecer mais de perto os experimentos em economia solidária mantidos pela Central. Estandes de associações e cooperativas estavam lá expostos e tivemos a chance de conversar com trabalhadores destes empreendimentos. Aproveitamos a oportunidade ainda para realizarmos uma entrevista gravada com o coordenador da ADS, presidente do

Projeto Conexão Solidária e ex-tesoureiro da CUT, Ari Aloraldo do Nascimento. Utilizamos a técnica da entrevista semi-estruturada, àquela “aplicada a partir de um pequeno número de perguntas abertas” (THIOLLENT, 1981, p. 35) com o objetivo de verificar fatos, verificar a crença do entrevistado quanto aos fatos e as razões conscientes de sua crença e seu comportamento sobre a economia solidária na CUT (THIOLLENT, 1981).

Ainda no que diz respeito ao acesso às fontes primárias produzidas sobre nosso tema, temos um arquivo próprio, resultante da investigação que realizamos em nossa pesquisa de mestrado na sede da CUT e em algumas de suas escolas de formação (Escola Sete de Outubro, em Belo Horizonte, Escola Sul, em Florianópolis e a Escola Sindical São Paulo). Neste arquivo encontramos importantes referências para se contar a história da economia solidária na entidade.

No dia 20 de outubro de 2014, finalmente conseguimos conhecer a sede da ADS, no bairro Belém, em São Paulo. Depois de duas tentativas fracassadas ocorridas em 2013, quando agendamos por *e-mail* e por telefone a visita e esperamos a confirmação, sem nunca recebê-la, fomos até o local sem qualquer aviso prévio, e, após uma breve conversa e apresentação, conseguimos adentrar no prédio. Lá pudemos conhecer o *showroom* permanente dos produtos da economia solidária usado para apresentar aos empresários que querem fazer negócios com a ADS. Desta vez entrevistamos uma militante da CUT e funcionária da ADS. Como não pedidos sua autorização para divulgar a conversa não revelaremos seu nome. Entrevistamo-la partir da técnica não-diretiva, que se dá quando a “conversação é iniciada a partir de um tema geral sem estruturação do problema por parte do investigador” (THIOLLENT, 1981, p. 35). A entrevistada ainda nos conduziu por todo o prédio onde pudemos recolher alguns materiais e conhecer a estrutura burocrática de seu funcionamento.

Entretanto, é preciso dizer que apenas o contato com as fontes não bastou para entender o que é o objeto. O tratamento crítico por parte do pesquisador e a mediação interpretativa dos documentos a partir do contexto histórico e político em que este foi produzido auxiliou na revelação da sua verdadeira significância, pois, como manifestação de uma dada concretude, eles são sempre portadores de pareceres implícitos.

Não desprezando a importância do instrumental técnico para a efetivação do trabalho, é preciso considerar também que, tanto a pesquisa e a sua exposição escrita se realizaram buscando um justo equilíbrio entre a objetividade possibilitada pela técnica acadêmica e o conteúdo de uma investigação militante politicamente.

## **2 A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) NA DÉCADA DE 1990 E O SINDICALISMO CIDADÃO**

Para melhor entendermos criticamente as motivações, os significados e as implicações da relação da maior central sindical do país com a economia solidária é preciso considerar também o programa político ampliado de intervenção da entidade, já que é nele que se esculpe tal prática. Por outro lado, focar isoladamente a adesão da Central Única dos Trabalhadores aos ideais que sustentam a economia solidária por meio da sua participação ativa na construção desse movimento não é o melhor caminho para compreender a estratégia política contemporânea da Central. Nada obstante, o envolvimento direto da CUT com a temática da economia solidária – que se deu a partir da segunda metade dos anos 1990 e se estendeu ao longo dos anos 2000 – é o prolongamento de uma modalidade de ação sindical que se manifestou na entidade há quase duas décadas e que ainda hoje orienta os rumos da sua atuação política. Dito isto, só com esse entendimento é possível localizarmos, com a devida consideração, o lugar da economia solidária nesse cenário.

Nesse sentido, se as significações políticas da adoção de tais medidas pela Central só podem ser melhor compreendidas se se considerar a orientação político-ideológica mais geral da entidade, por outro lado, qualquer outra explicação a respeito do que tem sido a atuação da entidade no cenário nacional (como, por exemplo, a participação na gestão dos fundos públicos, as proposições às reformas neoliberais, e, em suma, no foco na participação institucional dentro das instâncias do Estado) precisa atentar também para o seu enredamento com a temática da economia solidária, posto que este último é uma imbricação daquelas. Se essa apreciação não for feita, corre-se o risco da explicação não atingir a completa elucidação do panorama da atuação contemporânea da Central. Desta forma, entender como a Central se envereda na seara da economia solidária é condição fundamental para pintar com mais exatidão o quadro do que é a CUT hoje.

Isto posto, tentaremos apresentar aqui que o tema da economia solidária não surge na agenda da CUT no fim do milênio como um “raio caído de céu azul”. O seu surgimento vincula-se intensamente ao programa propositivo e “cidadão” que a

entidade já vinha executando desde o início dos anos 1990. Assim, o seu aparecimento na pauta política da Central relaciona-se, externamente, ao contexto político e econômico que afetou as bases do movimento sindical, colocando-o na defensiva, e, internamente, à disputa pelo poder, especialmente com a ascensão da sua corrente majoritária na direção executiva, que imprimiu nas opções da CUT Nacional o seu viés ideológico.

É importante frisar que durante boa parte das três décadas de existência da Central, as lutas internas foram, em grande medida, as responsáveis pela sua dinâmica política. Formada originalmente por uma variedade muito grande de coletivos políticos de esquerda, eles esforçavam-se para fornecerem a direção política da entidade. Os discursos e as práticas da Central assumiam determinados tons e intensidades de acordo com os resultados das contendas e das relações de poder que caracterizavam as suas disputas intestinas.

Ainda que correntes diversas do campo da esquerda fizessem parte da composição da entidade, as pelejas políticas dos primeiros anos acabaram cristalizando-se numa polarização de forças que dividiu a disputa pela direção da Central em dois grandes blocos, um capitaneado pela tendência Articulação Sindical (apoiada pelas diretorias do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, do Sindicato dos Bancários de São Paulo e do Sindicato dos Petroleiros de Campinas) e o outro pela CUT pela Base (Democracia Socialista, Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo, Partido Revolucionário Comunista, Fórum do Interior, Movimento por uma Tendência Marxista, dentre outros), que mais tarde passou a denominar-se Alternativa Sindical Socialista. Vários pesquisadores que se debruçaram sobre a CUT têm concluído, sem muita variação, que o primeiro bloco tinha como característica a atuação mais pragmática, com visão reformista para as mudanças no capitalismo, rejeitando tanto a interpretação teórica marxista quanto as práticas das esquerdas marxistas, enquanto o segundo era portador de um viés mais radical, comunista e trotskista. Adveio disso a classificação que a Articulação Sindical representava a “direita” da entidade e a “esquerda” seria representada pela tendência CUT pela Base. Antunes (2003) diz, por exemplo, que a Articulação é um agrupamento “mais sindicalista e com menor ênfase político-ideológica”, enquanto que a CUT pela Base, embora menor, “assume um perfil político e ideológico de esquerda mais acentuado, de inspiração marcadamente socialista” (ANTUNES, 2003, p. 70).

Essas tendências divergiam ideologicamente sobre concepções e práticas sindicais, conceito de socialismo e de democracia e também tinham estratégias políticas diferenciadas. Apesar das dessemelhanças, elas se abrigaram inicialmente sobre a mesma instituição, em grande medida por terem um inimigo comum, a saber, o modelo de desenvolvimento e o regime político ditatorial brasileiro. Não obstante, a dinâmica interna começou a perder o vigor já nos idos de 1986, quando, no seu segundo Congresso Nacional (o II CONCUR), a Articulação passou a obter a maioria nos congressos. Mas a disputa interna praticamente se estabilizou a partir do IV CONCUR (1991) quando começou a ser colocada em prática a estratégia propositiva desta corrente. Gilmar Carneiro dos Santos, Secretário Nacional da CUT na época (e futuro Coordenador de Crédito da Agência de Desenvolvimento Solidário entre 2007 e 2013), fez uma fala muito reveladora dos resultados dessa disputa interna. Ele afirmou: “em 1983, no Congresso de fundação da CUT tiramos fora a direita. Neste IV CONCUR nos livramos da esquerda” (*apud* GIANOTTI; LOPES NETO, 1991, p. 81).

De toda forma, é consenso entre analistas e militantes das mais diversas estampas ideológicas que foi o seu terceiro congresso (III CONCUR), realizado em 1988, que marcou essa inflexão ideológica na estratégia política da entidade. Para eles, esse congresso significou uma guinada da Central para a aceitação da luta sindical no âmbito da democracia liberal e para a negociação dentro dos limites da legalidade, em detrimento da postura de confrontação que tinha sido a tônica do movimento até então. Falando a respeito deste congresso, Leôncio Martins Rodrigues (1990) nos diz que:

Ocorre que situação e oposição (ou oposições) expressam concepções políticas e ideológicas que implicam diferentes visões do papel do sindicalismo: uma, majoritária, que pretende fazer da CUT uma central de organizações sindicais, o que significa, inexoravelmente e qualquer que seja a retórica, aceitar os parâmetros da economia de mercado e da ordem legal; outra, minoritária, que pretende fazer da CUT uma central de luta contra o sistema capitalista (RODRIGUES, 1990, p. 23).

Em suma, o III CONCUR teve como marca distintiva a disputa de dois claros projetos políticos para o futuro da entidade que resultou na vitória de apenas um deles. De um lado o projeto da “CUT-movimento”, de caráter mais acentuadamente radical, que queria fazer da CUT um movimento social em luta contra o capitalismo e de outro, o da “CUT-organização”, que queria fazer da entidade uma estrutura

verticalizada, administrativa e burocrática, enfim, uma “empresa sindical dotada de racionalidade” (RODRIGUES, I. J. 1997, p. 117). Embora de maneira não tranquila e definitiva, este último projeto saiu vencedor, capitaneado pela Articulação Sindical que pôde, por fim, dar a linha política preponderante na direção da Central nos anos subsequentes, consolidando, a partir do IV CONCUT (realizado em 1991), uma nova modalidade de ação sindical.

Analisando a trajetória da CUT desde a sua fundação, Tumolo (2002) conseguiu delinear a seguinte caracterização a respeito do itinerário político-ideológico percorrido por ela: em um primeiro momento (1978/83-1988) ela teve uma ação sindical marcado pela combatividade e pelo confronto; posteriormente (1988-1991) a entidade vivenciou o que ele denomina de “transição”; por último, com vigência contemporaneamente, o sindicalismo propositivo e negociador dentro do horizonte que a Central chamou de “construção da cidadania”. De nossa parte, incorporamos nesta última seção da sua trajetória a consolidação do seu caráter de *organização pública não estatal*<sup>6</sup> na prestação de serviços sociais, já que esse cariz decorre desta perspectiva “cidadã”. Sobre os serviços sociais prestados pela CUT Cidadã, temos como melhor exemplo o oferecimento da formação profissional nas suas instâncias e as políticas de geração de alternativas de renda e emprego.

Entretanto, a modalidade de ação sindical que conforma a CUT de hoje não foi construída facilmente no interior da central. Por baixo da superfície do fenômeno escumava a peleja entre as suas facções componentes, o que acabou influenciando para que a conversão da entidade não fosse nem imediata nem tranquila.

Diante disso, a proposta do presente capítulo é demonstrar como se compôs historicamente a concepção e a prática do *sindicalismo cidadão* na CUT e como a assunção da economia solidária por sua agenda política foi a marca atualizada e distintiva deste tipo de estratégia político-sindical.

Em consonância com outras pesquisas na área, vamos tentar demonstrar que houve um processo contínuo de conversão do *sindicalismo propositivo* (aquele que rebaixou as bandeiras de luta e focalizou a prática negocial) para o *sindicalismo cidadão* (aquele que assumiu a prestação de certos serviços sociais de atribuição do Estado, executando-os com caráter assistencialista). Não obstante, isso não significa que a passagem da fase *propositiva* para a fase *cidadã* tenha significado

---

<sup>6</sup> Adiante explicaremos esta expressão.

uma ruptura. Ao contrário, a passagem de um “nível” à outro foi um “aperfeiçoamento” da modalidade de sindicalismo que a central optou em levar adiante desde o início dos anos 90. Exemplificando: a prática de participação, negociação e proposição em fóruns oficiais continuou a existir, entretanto, o envolvimento, com as atividades da economia solidária (que compõe a postura sindical destinada a realização dos serviços sociais) é o que se tem de mais bem acabado hoje sobre o seu *sindicalismo cidadão*.

## 2.1 O SINDICALISMO PROPOSITIVO NA ORIGEM DO SINDICALISMO CIDADÃO

O caminho que conduziu a CUT para a prática do *sindicalismo cidadão* iniciou-se com aquilo que ficou conhecido pelo termo *sindicalismo propositivo* no início dos anos 90. A prática sindical propositiva ocorreu no momento posterior à militância classista e combativa que caracterizou boa parte das ações da Central durante o período fundacional e a primeira década de existência. Para explicar o cenário que ensejou a transição da prática combativa para a propositiva, a literatura especializada concentra suas explicações na conjuntura política e econômica mundial que aportou no Brasil no período. Entre os fatores que atuaram para essa transformação na postura do sindicalismo cutista, os principais são:

- a) o conjunto de modificações na produção provocadas pela chegada ao Brasil de novos métodos de gestão;
- b) os efeitos sociais e políticos da implementação de políticas neoliberais no país via eleição de Collor de Melo;
- c) o impacto ideológico da queda do muro de Berlim e da desagregação da URSS;
- d) a derrota da candidatura popular de Lula da Silva à presidência da república;
- e) o clima de abertura política e de redemocratização trazido pela promulgação da Constituição de 1988;
- f) a crise geral que se abateu sobre o sindicalismo nos países industrializados;
- g) o aparecimento da Força Sindical e seu rápido crescimento.

Muito embora essa coleção de elementos tivesse de fato um peso considerável para provocar uma alteração na postura política do sindicalismo da CUT, fator considerável, de igual importância, tem que ser atribuído às escolhas que a corrente Articulação Sindical realizou a fim de conduzir a entidade nesse difícil cenário para os trabalhadores. Como lembra Boito Jr. (1999, p. 142): “se a mudança na conjuntura impunha um recuo do sindicalismo, com a adoção de uma linha de ação defensiva, ela não impunha a adoção do ‘sindicalismo propositivo’, que a Articulação Sindical acabou por implantar”. Alternativas outras estavam colocadas para a central. Por mais que a situação forçasse uma mudança de ação sindical, ela não levava, necessariamente, à prática negociadora sem enfrentamento.

Para citar um caso concreto de alternativas à prática que foi levada adiante pela corrente majoritária da CUT, podemos citar a atuação dos sindicatos dos metalúrgicos de Campinas, de Limeira e de São José dos Campos. Essas entidades formaram uma das alas mais representativas da esquerda da CUT durante a década de 90 e início dos anos 2000. Com exceção do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região que se filiou a CSP-Conlutas em 2010, os outros dois ainda se mantêm filiados à CUT e representam boa parte da esquerda da Central. Por conta da coesão na ação política e pela divergência em relação à Articulação Sindical, o conjunto formado por esses três sindicatos acabou ficando conhecido pelo nome de “Bloco do Interior”. A postura política desse bloco não se pautou pelo propositivismo sindical apesar do cenário amplamente desfavorável à conquista de direitos para os trabalhadores. Dentro dos limites da sua atuação, ele resistiu fortemente aos ataques do neoliberalismo, conquistando resultados positivos no que diz respeito à garantia de alguns direitos, à politização das questões trabalhistas e sindicais, à manutenção dos índices de sindicalização e à defesa de postos de trabalho<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Para mais informações sobre a atuação do “Bloco do Interior”, vide: FIGUEIREDO, Mariana Leite; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. A construção do “Bloco do Interior” ao longo dos anos 90: a trajetória da unidade entre sindicatos dos metalúrgicos de Campinas, São José dos Campos e Limeira. In: *Sindicatos Metalúrgicos no Brasil contemporâneo*. CANGUSSU, Davisson; TRÓPIA, Patrícia. (org.) Belo Horizonte, Fino Traço, 2012, p. 47-75, 2012 e FIGUEIREDO, Mariana Leite. Uma alternativa sindical? *A negação do “propositivismo” no sindicalismo metalúrgico paulista*. 326 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

Por seu turno, a corrente Articulação Sindical diante desse cenário crítico começou a proclamar que era preciso mudar a forma de se fazer sindicalismo. Segundo essa nova interpretação, era necessário mudar para uma postura sindical que apresentasse propostas concretas para a política nacional, ao invés de fazer somente o tipo de sindicalismo reivindicativo e combativo como o que marcou os primeiros anos da central.

Nesse sentido, a 4ª Plenária Nacional da CUT, realizada entre os dias 17 e 19 de agosto de 1990 na Escola Sindical Sete de Outubro em Belo Horizonte, foi um marco importante dessa guinada. Para Giannotti e Lopes Neto (1991) e para Boito Jr. (1999), nessa plenária a direção da CUT (majoritariamente composta por membros da Articulação) apresentou, pela primeira vez, a sua nova estratégia. Entre as atividades expostas no Plano de Ação das resoluções que teriam que ser empreendidas pela central pode-se ler que seria necessário:

*criar um novo patamar de ação sindical que permita à CUT enfrentar um novo período da luta de classes no país, combinando a resistência à política neoliberal com a construção de alternativas a esse projeto que sejam hegemônicas no campo popular e que criem condições para uma disputa global com os setores conservadores, no plano da ação direta e da ação institucional (CUT, 1990, grifos nossos).*

Embora apenas esboçada nessa plenária, a postura propositiva da CUT começou a ganhar contornos mais nítidos no IV Concut, em 1991, quando foi apresentada a nova estratégia de intervenção cutista para a década que se iniciava<sup>8</sup>. Elaborada sobre a forma de sete eixos centrais, a nova modalidade de ação política da CUT pautava-se na leitura de que a entidade precisava atualizar o seu discurso e mudar de prática para enfrentar o novo contexto a fim de intervir nesse debate (CUT, 1991). Dentre os pontos que foram arrolados nas resoluções deste congresso, destacamos, a seguir, os elementos principais de cada uma a respeito do que a CUT propunha:

- a) combinação das lutas por categorias com as mobilizações gerais, não se fechando no corporativismo, nem no economicismo;

---

<sup>8</sup> Para uma avaliação detalhada sobre a realização do IV Concut e das lutas políticas que o caracterizam vide RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997. Destaque para o capítulo intitulado *As ambiguidades do discurso e da prática: a CUT hoje*.

- b) estabelecimento de parâmetros básicos para políticas de abrangência nacional (política econômica, industrial, agrícola, energética, educacional, habitacional, de saúde e previdência, etc.);
- c) avançar na articulação com setores democráticos populares para aprofundar a democracia a fim de construir uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda;
- d) luta pela democratização do Estado;
- e) consolidação da própria estrutura da CUT por meio do fortalecimento das instituições de base;
- f) inserir-se no sindicalismo internacional, priorizando as discussões sobre meio ambiente, dívida externa e desenvolvimento;
- g) luta pela democratização dos meios de comunicação de massa (CUT, 1991).

Como se nota, os eixos centrais eleitos para orientar a estratégia de ação da central extrapolavam as demandas estritamente trabalhistas e sindicais e anunciavam a sua intenção de tornar-se uma interlocutora para as grandes propostas nacionais. A partir de então a CUT aprofundou o processo de elaboração de políticas específicas para setores específicos e deu início à luta para a sua consolidação dos espaços tripartites (fóruns consultivos ou deliberativos formados por representantes do Estado, do empresariado e dos trabalhadores) tendo na participação nas câmaras setoriais o melhor exemplo do começo desse momento na história da entidade.

Ao fazer esse destaque não queremos afirmar que a questão problemática da nova estratégia de atuação da CUT estivesse na atualização do discurso a fim de enfrentar um contexto diferente. A criação e reelaboração de categorias com o objetivo de se fazer uma interpretação concreta de uma situação nova é condição fundamental para orientar as lutas políticas dos movimentos sociais na direção de uma transformação que atenda seus interesses. O problema se instala quando a mudança no âmbito discursivo passa a ser reflexo da mudança de lado na trincheira política, e daí, portanto, que a questão é a mudança da prática, não do discurso em si. Como nos ajuda a reflexão de Gramsci, a verdadeira filosofia de cada um é aquela que se acha inteiramente contida na sua política, implicitamente colocada na sua ação prática, e não aquela que se anuncia e que é colocada como fato

intelectual (GRAMSCI, 1999). Assim é que aqui o critério escolhido por nós para enfrentar o objeto é o da análise da retórica em conjunto com o entendimento da ação política. É nesse sentido que para a compreensão das mudanças no discurso e na estratégia da CUT, considerar a sua atuação nas câmaras setoriais no início dos anos 1990 é importante.

As câmaras setoriais renasceram na década de 1980 durante o governo Sarney para serem fóruns bipartites de debates onde empresários de um mesmo setor produtivo e governo ajustariam preços num contexto de grande inflação (FRANÇA, 2013). A existência dessas câmaras foi prorrogada no governo Collor de Melo e Itamar Franco até serem desativadas no governo Fernando Henrique Cardoso no fim de 1995.

O tripartismo, portanto, não existia nas câmaras setoriais antes de 1991. A obrigação de se transformarem em organismos com representantes dos três segmentos (Estado, Empresários e Trabalhadores) ocorreu após intervenção do então Deputado Federal do PT, Aloísio Mercadante, em sintonia com os sindicalistas cutistas da Articulação Sindical, que fez constar na legislação sobre elas (lei n. 8.178/91) um artigo definindo que a sua composição se daria por “representantes do Ministério da Economia, dos empregadores e dos trabalhadores dos respectivos setores produtivos ou das entidades sindicais nacionais” (ARBIX *apud* FRANÇA 2013, p. 44).

Com isso, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema<sup>9</sup>, conduzido majoritariamente pela corrente Articulação Sindical, partiu para fazer os primeiros acordos com a indústria automobilística nacional. Praun (2012) denominou esses acordos de “reestruturação negociada”, posto que as câmaras setoriais do setor automotivo foram responsáveis por várias medidas de “modernização” e estímulos à indústria no contexto do aumento da concorrência internacional dado pela abertura das importações de veículos. Entre 1992 e 1995 a

---

<sup>9</sup> Em 1993 houve a unificação do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema com o sindicato dos metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, formando o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Em 1996 essa união é desfeita, porém a entidade sediada em São Bernardo do Campo mantém a utilização da sigla ABC na sua denominação. Esse sindicato tem sido, historicamente, o “laboratório” das experiências políticas da Central. Ele desempenhou essa função no tema das câmaras setoriais, bem como nas questões da economia solidária (GALVÃO, 2012b).

CUT, por meio de seus sindicatos, federações e confederações, participou ativamente da maior parte das câmaras setoriais instaladas (GALVÃO, 2012b). Para vários pesquisadores do tema (BOITO JR., 1999, FRANÇA, 2013; GALVÃO, 2012b; PRAUN, 2012) o balanço final da participação da CUT neste espaço negocial foi praticamente insignificante para os trabalhadores no que diz respeito a conquistas de direitos e garantias, e foi prejudicial, sobretudo sob o ponto de vista da organização política dos trabalhadores, porque pulverizou as demandas dos trabalhadores, fragmentando a luta sindical e reduzindo-a à interesses econômicos imediatos, negociados em gabinetes e distante das bases.

Os defensores da prática propositiva argumentam, entretanto, que o alargamento da pauta sindical na direção de atingir as discussões dos grandes temas nacionais era uma demanda antiga dos trabalhadores de base. Ferraz (2004), argumentando com base nos levantamentos feitos por Rodrigues (1997) junto aos delegados participantes do IV CONCUR, diz que mais da metade dos filiados à CUT (59,6% dos representantes de origem urbana e 73,8% dos representantes de origem rural) responderam em questionário serem favoráveis que a Central se envolvesse em temas políticos, econômicos e sociais (o que ele associa como sendo revelador da antiguidade da aceitação da proposta cidadã da CUT). Entretanto, o próprio Ferraz também lembra, com base nos mesmos questionários de Rodrigues (1997), que a significativa parte dos entrevistados (48,4% dos delegados de origem urbana e 54% dos de origem rural) era contrária à participação no entendimento nacional que o presidente Collor de Melo havia conclamado naquela época, que tinha no tripartismo das câmaras setoriais uma de suas expressões (FERRAZ, 2004, p. 48). Apesar disso, a maior aceitação entre a base cutista para a participação da CUT em outros temas só se efetivaria mesmo quando ela já tinha ampliado sua atuação a outros conselhos tripartites (saúde, habitação, FAT, etc.), o que se deu também, não por coincidência, quando a Articulação passou a ter ainda mais ascendência nos congressos.

O que inferimos a partir das informações trazidas por Ferraz (2004) é que, de fato, o tema da ampliação da pauta da Central gozava de relativo apoio entre os participantes do IV CONCUR. No entanto, o busílis político dessa discussão deve ser encontrado, menos na intenção de se fazer da CUT uma entidade que pautasse a sua prática sindical articulada com lutas maiores e mais na forma como a Articulação, com base nesse discurso e na sua aceitação dentro da base, colocou

em funcionamento um projeto político conciliador, conduzindo a entidade para o caminho da prioridade ao participacionismo institucional.

Para Boito Jr. (1996, p. 92-93), a estratégia do participacionismo abandonou

o confronto com o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. A CUT passou a se pronunciar sobre temas colocados na ordem do dia pelo governo, omitindo-se sobre questões de fundo para os trabalhadores, pelo fato de essas questões não fazerem parte daquilo que os neoliberais denominam “agenda política nacional”.

Ao abandonar a perspectiva de confronto com o neoliberalismo, consolidou-se na CUT a determinação de colocar a entidade para participar ativamente das definições da política governamental. A sua presença em fóruns tripartites não foi, nem defensiva nem consultiva, mas propositiva, isto é, a central passou a apresentar propostas para os temas discutidos nesses espaços (e por isso o nome de sindicalismo propositivo para essa postura) (BOITO Jr., 1999). A citação a seguir define com precisão o sindicalismo propositivo e a sua natureza:

O participacionismo ativo passou a exigir da CUT a apresentação de propostas realistas, isto é, que fossem passíveis de serem encampadas, nos fóruns tripartites, pelos empresários e pelos governos neoliberais. O sindicalismo propositivo é, por isso, um sindicalismo que pretende elaborar propostas que interessariam tanto aos governos neoliberais e às empresas quanto aos trabalhadores. Acredita ser possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e os trabalhadores com neoliberalismo (BOITO JR., 1999, p. 144).

No nosso entendimento, a participação em conselhos tripartites não significa, em si, um prejuízo para os interesses dos trabalhadores. Pelo contrário, a existência de instâncias no Estado abertas à participação do movimento sindical foi uma conquista de reivindicações por democracia na estrutura do Estado e que não deveriam ser perdidas. No entanto, a prática de buscar influir nas políticas públicas por meio destas instituições deve ser vista com cautela. Primeiro porque esses espaços de participação no Estado representam somente um dos locais onde decisões políticas importantes são tomadas, pois outra grande parte das determinações das políticas de Estado não passa por qualquer controle democrático, e, quando muito, são avalizadas por um processo eleitoral

profundamente plutocrático; segundo, porque esses espaços de participação são limitados em suas possibilidades, dada a própria natureza de classe do Estado.

Mas o participacionismo da CUT não precisou fazer essas ponderações porque sofreu uma transformação substantiva. De uma estratégia de ação baseada no confronto e na luta de classe, a CUT, ao longo da década de 1990, passou para uma estratégia de proposição e negociação com as classes dirigentes brasileiras, nos termos da ordem da sociabilidade capitalista, fazendo a escolha de participar do “entendimento nacional” para combater os efeitos das políticas neoliberais, deslocando o foco da sua atuação para o pragmatismo político.

Nas suas análises internas, notadamente nas resoluções dos seus Congressos Nacionais de 1994 e de 1997 (V e VI CONCUR's, respectivamente), a CUT admitiu que o seu sindicalismo assumiu essa postura estratégica de resistência propositiva ao neoliberalismo e em defesa do emprego formal, em oposição à retórica socialista e à prática de contestação e radicalização na luta que pautavam a animação da entidade no seu surgimento.

Todavia, as modificações político-ideológicas na Central continuaram ocorrendo ao longo da década até dar corpo a outras formas de atuação. Pode-se afirmar que no contexto desse transformismo político, ela completou o caminho da sua migração política, partindo de um tipo de sindicalismo que propunha e negociava em fóruns tripartites oficiais até atingir uma mais nova modalidade de ação sindical que, sem abdicar da noção de participacionismo, passou a priorizar a execução de políticas públicas, estabelecendo parcerias com ONG's, com empresários e suas entidades representativas e com instituições estatais. É nesse ínterim que podemos observar como melhor exemplo das recentes ações da CUT o seu envolvimento em projetos de educação e qualificação de trabalhadores e de planos vinculados ao cooperativismo e à economia solidária. Essa continuação da prática participacionista pelos caminhos da prestação de serviços sociais após a segunda metade da década de 1990 ganhará o nome de *sindicalismo cidadão* e é sobre ela que falaremos a seguir.

## 2.2 O SINDICALISMO CIDADÃO DA CUT

A utilização do termo “sindicalismo cidadão” como caracterizador da prática sindical que a CUT vinha desenvolvendo desde a segunda metade da década de 90

só foi oficialmente aceito no sétimo congresso nacional da entidade em 2000 (o VII CONCURT). Neste congresso a expressão foi utilizada para se referir à intervenção que o movimento sindical cutista já vinha fazendo nos conselhos setoriais (saúde, previdência, educação, etc.) desde algum tempo.

Apesar da expressão só ter se tornado comum a partir desse congresso, as experiências distinguidoras desta modalidade de sindicalismo já funcionavam desde meados da década de 1990. Além do mais, como a postura propositiva do início dos anos 90 já encerrava uma estreita relação com esta forma de intervenção que a CUT desenvolveu na sequência, o propositivismo inicial passou também a ser enquadrado posteriormente pela própria Central como parte das atividades que compõe a ideia do sindicalismo cidadão. Assim, aquelas práticas da CUT que hoje se atribui ao seu caráter “cidadão” são a continuidade do sindicalismo propositivo do início da década. Logo depois que a expressão foi assumida pela CUT, a entidade também passou a considerar a postura propositivista inicial como a raiz da estratégia cidadã.

Faz-se necessário lembrar que a prática do sindicalismo cidadão não é uma exclusividade da CUT. As três maiores centrais sindicais do país (CUT, Força Sindical e a extinta Confederação Geral do Trabalho - CGT) passaram a investir na construção dessa estratégia quase que concomitantemente. Para tanto, a Força Sindical justificava que era preciso agir ao mesmo tempo a favor dos interesses diretos dos trabalhadores no que dizia respeito aos salários e condições de trabalho e na resolução mais ampla dos problemas sociais. Para a CGT, que reivindicava a criação do termo, era preciso agir em prol dos desempregados, dos inativos, dos menores, dos informalizados e dos excluídos do modelo econômico (GALVÃO, 2003).

Galvão (2003, 2012b), pesquisadora situada no campo crítico à CUT, diz que a modalidade de sindicalismo cidadão expressa um tipo de sindicalismo de prestação de serviços sociais, similarmente ao das Organizações Não-Governamentais (ONG). Essa modalidade de sindicalismo baseia-se em uma interpretação peculiar de cidadania, e por isso busca se credenciar junto aos governos para executar serviços públicos deixados pelo Estado. Ainda no campo crítico, Trópia (2004) e Zarpelon (2003) caracterizam a prática sindical cidadã como um novo tipo de sindicalismo assistencialista que abandona as lutas gerais por

emprego e direitos, fazendo conciliações com os governos e recebendo verbas públicas que tendem a funcionar como meio de cooptação política.

Por outro lado, no campo dos defensores da CUT e dessa prática, Vêras de Oliveira (2002a, 2002b) vai afirmar que ela é uma modalidade de sindicalismo que busca realizar atividades em parceria com outros atores sociais, como ONG's, empresários e suas entidades representativas e com instituições estatais dos diversos níveis para atuar sobre "indicadores sociais" e promover o desenvolvimento. Ainda segundo o autor, a prática cidadã da CUT pode ser identificada segundo três campos, quais sejam: a luta em defesa dos direitos, a participação institucional com respectivas formas de pressão sobre os governos para a execução de políticas públicas e o desenvolvimento de projetos cooperativos e de oferta de serviços.

Por sua vez, Ferraz (2004), mais especificamente, diz que o conjunto de ações do sindicalismo cidadão pode ser enquadrado pela prática da Agência de Desenvolvimento Solidária (ADS), pela Central de Emprego e Renda e pela atuação nos diversos conselhos tripartites; e toda essa participação com a intenção de garantir a cidadania salarial para os trabalhadores.

Por essas definições nota-se, portanto, que as divergências a respeito do que é o sindicalismo cidadão na CUT devem-se mais a interpretação do conteúdo político das atividades do que das atividades em si.

Embora a presente seção almeje continuar essa discussão, por nosso turno podemos adiantar que consideramos o sindicalismo cidadão cutista um tipo de ação sindical que, prioriza o participacionismo em diversos espaços institucionais da sociedade, e não só da estrutura do Estado (conselhos, câmaras, fóruns tripartites, grupos de trabalho), além de executar políticas públicas com um viés assistencialista em diversos setores, utilizando, contudo, um discurso socialista matizado, uma crítica ao neoliberalismo e ao sindicalismo pelego. Nessa segunda parte, os melhores exemplos dessas ações por parte da CUT podem ser condensados pelos seus projetos de formação profissional de trabalhadores, de alfabetização de Jovens e Adultos (Projeto "Todas as Letras") e de fomento ao cooperativismo e a economia solidária.

O marco institucional da assunção do sindicalismo cidadão na CUT foi o seu quinto congresso nacional, realizado em maio de 1994, em São Paulo. A partir dele, a entidade começou a aperfeiçoar as diretrizes da intervenção executiva em políticas

públicas que se tornaria comum nos anos seguintes. É verdade, porém, que as resoluções da sua quinta plenária (de 1992) já faziam uma reinterpretação das lutas da CUT nos anos 80 à luz das concepções que orientariam o sindicalismo cidadão, ao afirmar, por exemplo, que elas foram lutas pelo direito de pleno exercício da cidadania (CUT, 1992, p. 16), ao invés de dizer, como de fato aconteceu, que naquele momento, onde estavam em jogo diversas concepções de sindicalismo, as lutas também eram de confrontação com o modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

Aliás, essa visão da CUT é também ecoada por alguns pesquisadores do movimento sindical brasileiro. Rodrigues (1997) e Ferraz (2004), por exemplo, fizeram a associação de que as lutas empreendidas pela CUT nos anos 80 eram, sobretudo, contra o Estado autoritário e, nesse sentido, por cidadania para os trabalhadores. Para eles, não houve um momento divisor de águas na história da central, uma vez que a CUT lutava por “cidadania salarial” para os trabalhadores já nos anos 80. O pano de fundo interpretativo dessa tese considera que após a nova Constituição outra relação entre Estado, Capital e sociedade civil passou a vigorar, com maior participação e poder de influência desta última no campo estatal<sup>10</sup>.

No nosso entendimento, essa visão erra porque busca reconstruir o passado da entidade a partir das concepções ideológicas e programáticas que marcam o momento presente e/ou que venceram a disputa política. Essa perspectiva olha as etapas transcorridas da história da CUT como se fossem estágios obrigatórios pelos quais a entidade deveria ter passado até atingir a configuração que manifesta no momento atual. Essa visão, que descarta a noção de que no percurso existiam possibilidades de construção de rotas alternativas, também nega as tensões e contradições que marcaram o caminho. Essa *teleologia apriorística* opera com a noção que no pretérito haveria já uma pré-configuração do que ainda viria a acontecer.

Diante disso, compartilhamos a interpretação de que foi precisamente o V CONCUT (1994) que posicionou mais firmemente a central no rumo do sindicalismo cidadão, mas não porque essa estratégia não estivesse germinando nos solos da CUT, mas porque a polarização e a disputa de projetos no seu seio eram ainda

---

<sup>10</sup> Na nossa visão, ao fazer essa leitura de mundo, o sindicalismo cidadão deixa de reconhecer, na prática, o Estado como um aparelho de dominação de classe e deixa de considerar o empresariado (e o capital) como inimigo de classe. Mais adiante trataremos dessa discussão pormenorizadamente.

significativas até o congresso anterior. É emblemática para a história do sindicalismo cidadão a eleição, neste congresso, do eixo que concentraria as lutas da CUT no período pós-congresso, denominado *Emprego/Salário/Cidadania* (CUT, 1994, p. 16). Entre as bandeiras que especificavam as lutas dentro deste eixo estavam as preocupações com moradia, saúde e educação e também a luta por geração de empregos. Para a questão do emprego, seguindo o “espírito” do eixo, ficou definido que a CUT deveria estabelecer políticas para ajudar pequenos produtores, artesãos e trabalhadores autônomos “a desenvolver atividades geradoras de renda sob formas associativas (cooperativas, mutirões, etc.)” (CUT, 1994, p. 17-18). Vemos aí, ainda na metade da década, o início das preocupações da entidade com temas que compõe a economia solidária (apesar de não ter esse nome ainda) como alternativa ao desemprego e que só ganhariam corpo no interior da central na virada do milênio, mas que são hoje umas das principais características do sindicalismo cidadão.

Segundo a leitura de mundo presente nas resoluções do seu quinto congresso nacional, o IV CONCUR teria sido marcado por dificuldades do movimento sindical cutista em definir uma estratégia de enfrentamento com o neoliberalismo. Uma observação precisa ser feita aqui: houve uma “dificuldade de enfrentamento” (na concepção da majoritária, claro) porque, na verdade, o participacionismo era questionado pela “outra metade” da CUT que relutava em fazer que a Central o colocasse plenamente em prática. Assim, na visão da Articulação, a oposição de esquerda não tinha uma estratégia correta para enfrentá-lo. Dessa forma, teria sido somente a partir do V CONCUR que se definira uma “nova etapa na discussão sobre a estratégia na Central” (CUT, 1994, p. 25), isso porque a Articulação passou a ter ampla maioria. Como tem sido praxe na Central, a fim de argumentar o que seria essa “nova etapa” da entidade, o texto da resolução recorreu ao passado da entidade, notadamente ao segundo e terceiro CONCUR, para justificar uma suposta “ancestralidade” da luta, o que conferiria maior legitimidade para a aplicação do seu projeto. Argumentando que nestes congressos anteriores os trabalhadores da base teriam optado por estender a pauta sindical da CUT para além das questões estritamente econômicas e trabalhistas, o renovado momento político da entidade estaria credenciado a intervir nos rumos do país, ocupando espaços institucionais nos conselhos de controle sobre os fundos e na influência sobre as políticas públicas (CUT, 1994, p. 27). Nessa perspectiva, as necessidades dos trabalhadores deveriam ser solucionadas por dentro da

institucionalidade política, uma vez que esses mesmos espaços seriam uma reivindicação antiga dos trabalhadores porque teriam sido conquistados pelo seu movimento sindical nos anos 80. Mais uma vez, essa é uma interpretação do passado notadamente falseada. A postura mais geral por parte da central sobre o congresso constituinte, por exemplo, era de desconfiança, uma vez que, segundo a própria CUT, a nova constituição poderia ser a legitimadora da dominação classista<sup>11</sup>.

No campo das estratégias elencadas nesse congresso, aparece a noção de que o movimento sindical deveria, não só combater o neoliberalismo, mas formular:

diretrizes alternativas visando um novo Brasil, a partir da agenda de reformas estruturais que há muitos anos vem sendo construída pelos vários movimentos que compõem o campo popular e democrático. Os pontos centrais dessa agenda remetem, no plano geral, a três campos de intervenção política: reestruturação produtiva; papel do Estado; e uma política de retomada do crescimento com distribuição de renda, riqueza e que seja ao mesmo tempo geradora de empregos (CUT, 1994, p. 27).

Não há como ignorar que, na concepção que passou a predominar na entidade, estava clara a necessidade de intervir na reestruturação produtiva no sentido de estabelecer “formas democráticas e ampliadas de formulação e gestão de todas as políticas que atuam sobre o desenvolvimento industrial” (CUT, 1994, p. 30), participando, para tanto, com proposições dos fóruns tripartites existentes para esse setor.

Contudo, um dos atos que foram decididos neste congresso mais carregados de simbolismo político – por denotar a formulação mais bem acabada da estratégia cidadã da CUT que ganhou vigor a partir de então – foi a decisão da central de assumir a realização, em sua própria estrutura, da formação profissional de trabalhadores.

Embora a discussão sobre educação profissional rondasse a CUT desde os anos 80 porque algumas de suas entidades filiadas já praticavam este tipo de atividade, tendo herdado-as da estrutura do velho assistencialismo dos sindicatos

---

<sup>11</sup> Para mais informações, sobre a relação CUT e institucionalidade, vide França (2013), especialmente o quinto capítulo.

oficiais, a generalização da execução de atividades dessa natureza não era aceita com bons olhos por praticamente nenhuma de suas tendências fundadoras.

Entretanto, a história da formação na CUT remonta ao ano de 1992, quando ela instituiu uma Comissão de Educação e Trabalho com o objetivo de estudar especificamente o tema da formação profissional de nível médio e de elaborar propostas relativas a ele. O início das discussões sobre o tema se deu no calor dos efeitos políticos, econômicos e sociais do neoliberalismo e da reestruturação produtiva. O processo de discussão da formação profissional na entidade se desdobrou até o V CONCURTO (1994), quando ganhou vulto, passando a Central a defender, como plano de ação contra os efeitos dessas questões, a aplicação de uma formação profissional que fosse adequada às exigências colocadas pelas transformações no padrão produtivo e no mercado de trabalho, muito embora esta tivesse que estar ainda submetida ao controle direto do Estado (TUMOLO, 2002). Argumentando a favor desse tipo de atividade, a CUT dizia que a formação profissional teria que ser “parte de um projeto global e emancipador”, devendo “ser entendida como exercício de uma concepção radical de cidadania” (CUT, 1994, p. 103). Assim, seguindo na linha do participacionismo tripartite, a Central passou a defender também o seu envolvimento “na gestão de fundos públicos e nas agências e programas de formação profissional de alcance municipal, estadual, nacional e internacional” (CUT, 1994, p. 104) para poder executar, por sua própria conta, o seu projeto de formação profissional.

O início, ainda que lateral, dos experimentos da CUT na prática da formação profissional data de 1996, quando a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), entidade que compõe a estrutura vertical da Central, começa a desenvolver o Programa Integrar, voltado à metalúrgicos desempregados, fornecendo-lhes a formação profissional em conjunto com o ensino de primeiro grau. Contudo, foi na esteira das deliberações da 7ª Plenária da entidade (de 1995) – que ecoou os ideais de cidadania consagrados no V CONCURTO e que depois foram reafirmados no VI CONCURTO (1997) – que a central deliberou por realizar, dentro de sua própria estrutura vertical e através de suas Escolas<sup>12</sup>, a *sua* formação profissional.

---

<sup>12</sup> Durante a década de 1990 a CUT criou Escolas Sindicais em todas as regiões do país. São elas: Escola Sindical Chico Mendes (Porto Velho – RO), Escola Sindical Norte (Belém – PA), Escola Sindical Marise Paiva de Moraes (Recife-PE), Escola Sindical Centro Oeste (Goiânia – GO), Escola Sindical São Paulo (São Paulo – SP), Escola Sindical Sul (Florianópolis – SC). A Escola Sindical 7 de

Por mais que houvesse resistência das tendências de esquerda sobre a formação profissional realizada nas instâncias cutistas, a direção apresentou um projeto no início de 1997 à Secretaria de Formação e de Desenvolvimento Profissional (SEFOR), vinculada ao Ministério do Trabalho, para ter o direito de executar as atividades de formação profissional. Com o projeto aprovado, em 1998 ela deu início a realização daquela que pode ser considerada a sua primeira experiência direta nesta área, a efetivação do Programa Integral de Capacitação de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, Emprego e Renda e de Formação de Formadores em Educação Profissional<sup>13</sup> por meio de recursos vindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT<sup>14</sup> (CORRÊA; TUMOLO, 2010).

Ademais, outro elemento importante que deve ser considerado para auxiliar na explicação sobre a adesão da central à formação profissional de trabalhadores é a crise financeira pela qual a entidade atravessou. Os elevados e crescentes índices de desemprego no Brasil da segunda metade da década de 90 provocaram abalos nas bases sindicais da CUT que viu decrescer o número de filiados<sup>15</sup> e,

---

Outubro (Belo Horizonte – MG) é uma exceção nessa história, já é que foi criada em 1987/88 como entidade conveniada à CUT e hoje funcionando como uma ONG subordinada à Central.

<sup>13</sup> O Programa Integral não era propriamente um curso de formação profissional, mas uma espécie de atividade preparatória para tanto. Sua existência estava ligada aos objetivos da CUT em estruturar uma rede nacional cutista de formação profissional (a Rede Nacional de Formação). O programa tinha a intenção de habilitar professores para que estes disputassem novos recursos para a CUT nos conselhos tripartites municipais e estaduais e assim, por consequência, auxiliar na construção da rede nacional de formação da CUT (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002). A menção desse programa como primeiro experimento da CUT na seara da formação profissional se justifica pelo fato de ter sido ele uma maneira que a central escolheu para construir e ampliar sua estrutura de formação.

<sup>14</sup> O FAT é um fundo formado por recursos do Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) vinculado ao Ministério do Trabalho e destinado a contribuir com o custeio do Programa Seguro Desemprego, com pagamento do abono salarial e com o financiamento de programas de desenvolvimento econômico e de formação profissional. Passou a existir em 1990 e é gerido por um conselho tripartite (o CODEFAT). Desde 1994 o CODEFAT transferiu para as instâncias estaduais e municipais de trabalho e emprego as decisões e o poder de fiscalização sobre a utilização dos seus recursos. Foi a partir disso que a CUT começa a se preocupar com a formação de conselheiros para atuar na disputa desses recursos.

<sup>15</sup> Segundo dados da própria CUT: “O percentual de sindicalização na CUT, desde o 6º CONCURT, caiu de 34,60% para 31,40%. Com exceção dos ramos vestuário, difusão artística e cultural, transporte, rural e técnico, em todos os demais a situação manteve-se a mesma ou houve uma redução do percentual. Até março de 1999, a queda vinha sendo acentuada. A partir dessa data, o percentual médio estabilizou-se em torno de 31%” (CUT, 2000, p. 26). Das três maiores centrais sindicais brasileiras (CUT, FS e CGT), a CUT foi a que apresentou o menor crescimento relativo entre 1991 e 2001. Segundo dados reunidos pela própria CUT, ela cresceu 70%, conquanto FS e CGT

consequentemente, das receitas obtidas. A própria entidade reconhece a crítica situação financeira quando, nas resoluções do V CONCURTO, diagnostica o excesso de despesas sobre as receitas da CUT Nacional, por conta dos “sindicatos que passam por dificuldades financeiras em função da crise e da conjuntura, diante do baixo índice de sindicalização, do porte desses sindicatos, da má administração etc.” (CUT, 1994, p. 88). Além disso, a entidade também ressalta que as receitas advindas de convênios internacionais com ONG’s, sindicatos e centrais sindicais europeias vinham caindo ano a ano (CUT, 1994, p. 88). Assim, os recursos provenientes do FAT foram assumidos pela CUT como uma salvação para seus problemas de caixa e a utilização do fundo passou a ser encarada como o novo *front* político de atuação da entidade.

A partir dessa primeira investida da CUT na seara da formação profissional, a central passou uma vertiginosa reformulação de sua estrutura de formação financiada pelos recursos do FAT, conseguidos através da participação de seus dirigentes nos fóruns tripartites de emprego locais (municipais e estaduais). A sua política de formação ampliou-se para realizar uma quantidade cada vez maior de cursos e programas profissionalizantes com a justificativa de combater o desemprego e a exclusão social e “disputar a hegemonia” com o empresariado nas concepções político-pedagógicas em educação profissional (conforme sua apropriação do conceito gramsciano usado na 9ª Plenária)<sup>16</sup>.

O perfil cidadão que teve início na CUT em meados dos anos 1990 ganhou maior definição a partir dos debates e avaliações que a entidade passou a fazer após o início de sua atuação no campo da formação profissional. É possível mesmo dizer que a modalidade de sindicalismo cidadão que a CUT vem desenvolvendo contemporaneamente só se realizou, em larga medida, porque a entidade começou a participar ativamente no sistema CODEFAT e nas comissões de emprego. Na esteira dessa configuração, a 9ª Plenária realizada em 1999 exerceu um papel decisivo. Essa instância foi praticamente toda dedicada a definir os rumos da CUT na área da construção de uma proposta do que ela chamou de *Sistema Público de Emprego*, que seria criado a fim de combater os efeitos das políticas neoliberais, sobretudo do desemprego. Para a efetivação de tal sistema, fazia-se necessário, na

---

cresceram, respectivamente, 195% e 133% (CUT, 2006). *Estratégia e Organização da CUT – construindo o futuro*.

<sup>16</sup> A respeito da utilização do conceito gramsciano pela CUT, falaremos disso detidamente adiante.

visão vencedora da plenária, fortalecer a questão da formação profissional executada pela própria CUT e construir alternativas de trabalho e renda.

A partir da leitura que o desemprego era o principal problema a ser combatido, ficou definido nessa plenária que a CUT deveria pautar sua prática para o período seguinte pela expansão da formação profissional, articulando isso com demais ações voltadas para geração de emprego e renda e, para tanto, devendo consolidar a sua intervenção nas comissões municipais e estaduais de emprego (CUT, 1999).

Na sua avaliação sobre o Sistema Público de Emprego, a plenária em questão resolveu que:

o Sistema Público de Emprego (SPE) deve corresponder ao conjunto de iniciativas e programas fornecidos de modo integrado ao trabalhador, fundado em princípios e recortes metodológicos que estimulem a plenitude do desenvolvimento da cidadania. Deve articular ações nas áreas de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, requalificação profissional, microcrédito (Proger e Bancos do Povo), entre outras políticas de emprego e renda. (CUT, 1999, p. 38)

Vemos aí que os ideais de “cidadania” são componentes dessa proposta da CUT e se articulam com a formação profissional. Além do mais, o Sistema Público de Emprego proposto considera que as políticas de microcrédito e outras políticas de emprego e renda tinham que ser acrescentadas à ele. De fato, essas outras propostas que estavam somente sendo gestadas no ano da plenária, vieram à luz nos momentos seguintes sob a forma de uma cooperativa de crédito, a ECOSOL (Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário) fundada em 2004 e da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), fundada em 1999. A criação dessas duas entidades (que trataremos adiante) significou a consolidação em nível nacional de experiências pontuais em cooperativismo e economia solidária que algumas CUT regionais ou sindicatos seus já desenvolviam.

A partir da referida plenária, a noção de participação institucional da CUT passou por uma outra atualização. Além de participar das comissões estaduais e municipais de emprego e trabalho disputando concepções e recursos públicos e de desenvolver práticas concernentes à formação profissional, o sindicalismo cutista também passou a criar, dessa vez como ente executor, outras iniciativas na área dos serviços públicos, como a gestão de programas de geração de emprego e renda

e de intermediação de mão-de-obra, articulando essas iniciativas com a organização de experiências econômico solidárias de maneira até então inédita na sua história, conferindo à elas uma importância sem par.

Para exemplificar:

Inúmeras iniciativas articulam a participação sindical no sistema Codefat/comissões de emprego com o desenvolvimento de projetos geridos pelas próprias entidades sindicais, ou em parceria com outras instituições da sociedade civil ou órgãos públicos. (...). São exemplos: a) o desenvolvimento de programas de formação profissional e de elevação de escolaridade, com financiamento do FAT (...); b) a criação, em 1999, da Central de Trabalho e Renda, com sede no ABC, para atuar, com financiamento do FAT, como uma agência pública não-estatal, gerida por um conselho tripartite e voltada para desenvolver um serviço integrado de intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional e seguro desemprego; c) a criação, em 1999, da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT (...), para, através de financiamento de agências internacionais, apoiar projetos de geração de trabalho e renda (...), inspirando-se nos princípios do “desenvolvimento sustentável” e da “economia solidária” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002b, p. 14).

Ainda segundo Vêras de Oliveria (2002b), foi nesse processo que apareceu na CUT conceitos expressões que marcaram os seus discursos e as suas práticas no período, como é o caso, por exemplo, do termo *público não estatal*.

Se considerarmos, como o faz Ferraz (2004) e Vêras de Oliveria (2002b), que o processo de construção do sindicalismo cidadão da CUT passou por três momentos, a saber, i) a luta por direitos consubstanciada no V CONCURT; ii) a disputa pela abertura e influência nos espaços tripartites institucionais já em fins da década de 90 e iii) a execução de políticas públicas e prestação de serviços sociais, podemos dizer que a consolidação da ADS a partir da década de 2000 é uns dos momentos mais representativos deste último ponto. Sobre isso, Ferraz (2004) mesmo nos fala que a ADS é um “dos maiores exemplos desta perspectiva de ação” do sindicalismo cidadão de hoje (FERRAZ, 2004, p. 64).

Além disso, um importante elemento dessa atualizada estratégia política da CUT que também merece ser problematizada relaciona-se à utilização que ela faz de determinados conceitos e expressões para manifestar a sua renovada estratégia política. Nenhuma instituição que faz luta política escolhe os termos em que vai exprimir sua concepção de mundo alentadora dessa luta ao acaso. A escolha das palavras de ordem e dos conceitos é também uma opção política, pois os vocábulos e as frases têm sentidos e são portadores de ideologias, implícita ou explicitamente.

Em certo sentido, desvendar o lastro ideológico dos conceitos, seus usos e edições, possibilita a melhor compreensão das práticas políticas contidas atrás do discurso, tanto pelo que se revela quanto pelo que se omite.

### 2.3 CIDADANIA, ESPAÇOS PÚBLICOS NÃO ESTATAIS E SOCIEDADE CIVIL

Como foi visto, no caminho da CUT para a adoção da perspectiva do sindicalismo cidadão, algumas transformações internas na sua estratégia e na sua leitura de mundo se fizeram necessárias. Não podendo ser diferente, as alterações na elaboração discursiva também se fizeram presentes de maneira aliada às transformações políticas. Termos clássicos da filosofia política como “sociedade civil” e “cidadania” e expressões da teoria gramsciana como “disputa de hegemonia” passaram a serem utilizados de maneira ressignificada pela CUT, constando recorrentemente no palavreado político das resoluções e publicações da entidade após a virada do meado dos 1990, e mantendo-os em uso ainda hoje.

Embora os discursos e as práticas ilustradas por estes conceitos ganhem singularidade porque são efetuados em uma particularidade histórica concreta (a CUT no Brasil do final do milênio), eles estavam presentes também em grande parte das organizações de esquerda da América Latina e da Europa Ocidental no mesmo contexto. Entretanto, desde os anos 1950, as “condições” para a utilização destes conceitos já estavam colocados. A revisão do leninismo-marxismo como referência teórica fundamental para o movimento operário e as esquerdas mundialmente já havia aparecido, sobretudo na Itália, na França e na Espanha, quando os partidos comunistas nacionais iniciaram um processo interno de “desestalinização”, questionando, tanto a hegemonia da União Soviética no movimento comunista internacional, quanto as táticas políticas e as estratégias de chegada ao poder de Estado

De acordo com Toledo (1994), a crítica ao marxismo e ao “socialismo real” que já haviam conquistado seu espaço no exterior, chegaram também ao Brasil, começando a fazer seus primeiros efeitos sobre a esquerda latino-americana como um todo ainda nos anos 1970. Se até a década de 1960 a esquerda dessa parte do mundo mobilizava-se em torno das reformas sociais, do nacional-

desenvolvimentismo, do socialismo e da revolução, na década que se seguiu ela passou a enfatizar uma abstrata noção de democracia, que teria valor por si mesma, e não mais como um valor estratégico.

James Petras (1996) também analisou o fenômeno da continuidade da transmutação das esquerdas, porém no contexto de predomínio ideológico neoliberal. Apresentando as características principais deste acontecimento sob a forma de dez teses sintéticas, ele concluiu que o espaço deixado pela esquerda reformista foi ocupado por ideólogos, em grande medida, trãsfugas do marxismo, que passaram a executar, a partir de “organizações sociais” (organizações não-governamentais e centros independentes de pesquisa) custeadas por instituições financeiras internacionais e/ou instituições promotoras da (neo) liberalização mercantil, uma agenda de intervenções sociais compatíveis com os interesses de seus subsidiários, contribuindo para a consolidação do neoliberalismo nos países. Esse movimento, intelectual e político, denominado por ele de “pós-marxista”, se propôs a realizar um novo tratamento da questão social de maneira diferentemente de como a esquerda (mesmo a reformista) lidava com essa mesma problemática, acabou por ser funcional a implementação dos valores e das práticas típicas do capitalismo no seu momento neoliberal. Segundo ele, esta esquerda partiu de uma crítica superficial ao socialismo para anunciar o fim das ideologias, acusando de reducionista o marxismo por, supostamente, confundir análise totalizante com totalitarismo. Nessa mesma visão, o Estado seria um oposto imediato de democracia e inimigo da liberdade em contraposição a uma sociedade civil abstrata. Ademais, essa esquerda estaria caracterizada pelo abandono da perspectiva da revolução que havia marcado a esquerda tradicional, concentrando-se nas lutas locais e privilegiando os processos eleitorais, e, como decorrência disso, negando as classes sociais enquanto categoria, colocando no seu lugar outras identidades. Assim, para esta parcela da esquerda, a luta de classes teria perdido lugar enquanto movimento transformador, passando a solidariedade e a cooperação (governamental e internacional) a exprimirem um novo gesto humanitário, promotores do bem comum. Essa esquerda reclamaria em certo sentido o projeto nacional desenvolvimentista (escamoteando assim a ocorrência do imperialismo) e a necessidade de que as organizações populares respondam por conta própria as demandas sociais, mas captando verbas externas (PETRAS, 1996).

Embora Petras esteja falando em termos genéricos a respeito desse movimento, traçando os elementos comuns entre as suas diversas manifestações, principalmente na América Latina, não há como negar a proximidade entre as feições mais destacados deste e as formulações teóricas e práticas da CUT; ainda que a Central lance mão de conceitos marxistas para justificar suas ações e mesmo que fale, retoricamente, em luta de classes. Essas características que grassaram sobre uma significativa parcela da esquerda mundial aportaram na CUT no decorrer dos anos 1990. Com as mudanças no contexto interno da entidade e com as alterações na conjuntura internacional que chegaram ao Brasil no período, delineou-se mais nitidamente o perfil político ideológico da Central que marca até hoje a sua estratégia sindical. Mas, o que está, fundamentalmente, por trás dessa sua postura e quais elementos do "pós-marxismo" mais exaltados ganham nela concretude?

A respeito do apreço por uma noção de cidadania como contraponto a um Estado autoritário e a favor de uma sociedade civil genérica, França (2007) nos ajuda na reflexão ao resgatar as origens de sua utilização recente. Segundo ele, o seu emprego socialmente corrente se popularizou no Brasil justamente no momento em que parte da sociedade reivindicava a reconquista dos direitos políticos e civis que foram desprezados pelo regime militar, tendo na Constituição de 1988 um grande marco desta demanda.

Passado o período de transição de regime e consolidação da CUT, parcela do movimento sindical e da intelectualidade do país passou a interpretar o passado do surgimento do "novo" sindicalismo de uma maneira também nova. Ganhou fama a explicação que anunciava que as lutas empreendidas pela CUT no seu nascedouro seriam lutas igualmente por conquistas no campo da cidadania, com ampliação de direitos e de espaços institucionais de negociação (FRANÇA, 2013).

No entanto, o nascimento da CUT no início dos anos 80 foi o resultado da concatenação das lutas político-sindicais que explodiram no fim dos anos 70 nas regiões brasileiras de maior concentração industrial, mais notadamente o ABC paulista. A sua formação se deu por um coletivo de tendências políticas diversas que tinham por objetivo direto reorganizar o movimento sindical brasileiro, lutando imediatamente contra o arrocho salarial e a superexploração do trabalho, mas na perspectiva de realizar o socialismo, que era anunciado inicialmente como um dos objetivos históricos da nova entidade. Pode-se ler nas resoluções do seu primeiro congresso (I CONCUR) a noção de que a entidade já deveria propor intervenções

em nível nacional na “perspectiva de construção de uma sociedade socialista” (CUT, 1984).

Mesmo que a palavra “socialismo” não tenha aparecido expressamente no seu primeiro estatuto (aprovado em 1984) como horizonte fundamental da Central, as lutas empreendidas, as formas como elas eram tocadas e as palavras do vocabulário militante não deixavam dúvidas de que a CUT estava na esteira das práticas que imediatamente identificamos como sendo recorrentes do exercício político das esquerdas, e, sobretudo, das esquerdas socialistas. É interessante observar que mesmo que a agitação da Central durante seu período fundacional tenha sido inegavelmente marcada por uma perspectiva anticapitalista e antiliberal, a definição do socialismo como um dos fundamentos do sindicalismo cutista não era “garantida documentalmente”. Foi no seu segundo congresso em 1986 – o II CONCUR – que ocorreu a proclamação da palavra “socialismo” pela primeira vez no seu estatuto. Embora os estatutos da central tenham sido recorrentemente alterados em seus congressos posteriores, a ideia de que ela é uma entidade que deveria atuar na direção de uma transformação socialista na sociedade brasileira permanece assegurada estatutariamente ainda hoje como estratégia da Central.

Entretanto, sabe-se que não é a existência do termo “socialismo” nos estatutos da entidade que nos permite caracterizá-la como uma entidade que executa práticas concretas na intenção de construir esse sistema político-econômico. Embora a opção de adotar a palavra socialismo nas suas resoluções significasse, antes de tudo, uma marca de separação das práticas políticas do sindicalismo oficial que preponderava até então e, ao mesmo tempo, simbolizasse seu distanciamento ideológico da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), fundada na mesma época e com perfil moderado, a escolha pela utilização do termo procurava também fixar a natureza classista e operária que ensejou a sua fundação. Assim, uma vez garantida uma inspiração socialista (ainda que genérica) para a luta, ficou a cargo da disputa política interna a delimitação desse sentido socialista na CUT. Assim, com a supremacia política exercida por suas correntes reformistas, a atuação da entidade “em direção ao socialismo” passou a estar associada com luta pela efetivação da cidadania e, na virada do milênio, a associação dessa interpretação com a construção de alternativas econômicas ao modelo de capitalismo vigente no Brasil através do cooperativismo e da economia solidária, dentre outras.

É preciso falar de um dos atos políticos internos mais marcantes ocorridos dentro da Central no momento em que projetos distintos a disputavam. Após a ascendência interna de um coletivo de tendências sobre outro, houve uma verdadeira operação mnemônica institucional para justificar a estratégia cidadã de maneira que se fizesse crer que essa postura estivesse colocada desde sempre na Central. É o que podemos ler, por exemplo, nas resoluções do V Concut:

Ao lado das lutas, das campanhas salariais e greves por melhores salários, condições de trabalho, mais emprego e liberdade sindical, foi surgindo um projeto de sociedade mais justa, livre e democrática, através do qual os trabalhadores buscam uma vida melhor com dignidade e cidadania plena, rumo a uma sociedade socialista (CUT, 1994, p.18).

França (2013) sustenta a tese de que a partir da década de 1990 prevaleceu entre intelectuais e movimentos sociais, inclusive no movimento sindical, a ideia de que as lutas da década imediatamente anterior giravam em torno da ampliação da cidadania, isto é, da obtenção de direitos, da abertura de meios de negociação e da ampliação da participação em espaços institucionais. Para os defensores dessa ideia, essas seriam lutas em busca de uma *nova cidadania*. Segundo o autor, para os seguidores dessa linha de raciocínio, existiria uma nova sociedade no Brasil pós-Constituição de 1988 que seria caracterizada por uma *nova* relação entre movimentos sociais, capital e Estado. Em suas palavras:

Na *nova cidadania* haveria uma visão ampliada de democracia a partir do acesso a direitos e a espaços nos canais institucionais, e suas origens [...] encontrar-se-iam nas lutas iniciadas em fins dos anos 1970 contra a ditadura militar. Daí a conclusão [...] de que se os novos movimentos sociais, que surgiram no seio de um regime extremamente autoritário e foram, inclusive, determinantes para o fim deste, caracterizavam-se, em grande medida, pela sua luta em prol da democracia [sic] (FRANÇA, 2013, p.71, grifos no original).

A eleição do tema *cidadania* para caracterizar a estratégia política contemporânea da CUT guarda uma correlação muito grande com a noção de *democracia como valor universal* adotada pelos “pós-marxistas” da categorização feita por Petras (1996) e por parte da esquerda brasileira e mundial. Da mesma forma que para os setores dessa nova esquerda que passaram a incensar uma noção de democracia sem substantivação política ou social, para a Central, a luta

por “plena cidadania” (CUT, 1994) e por “universalização de direitos” (CUT, 2003) parece querer ser empreendida transcendendo as determinações estruturais de classe.

Dessa forma, no processo de repaginação histórica do passado da atuação cutista, passa-se a ideia de que as lutas contra a ditadura foram lutas da sociedade civil como um todo contra o autoritarismo autocrático do Estado, e não luta de classe. Daí que a interpretação corrente volta as costas para a vinculação do Estado com o projeto de capitalismo brasileiro, ignorando, portanto, seu liame de classe. A base dessa versão considera que o Estado estaria em disputa e que restaria ao movimento sindical – em uma ampla aliança com outros setores democráticos liberais, social-democratas e de esquerda não marxista (em suma, com o campo *democrático-popular*, como a CUT prefere chamar) – exercer pressão em busca de melhorias por direitos e por espaços no interior da sua institucionalidade, fazendo a luta política prioritariamente por dentro dos mecanismos oficiais. De fato é isto que sugere o texto da resolução da 7ª Plenária da CUT quando enumera entre as ações que a central deveria assumir para o momento político:

Defender a criação de um fórum democrático e popular com amplos setores da sociedade civil, que se opõe às políticas neoliberais de FHC, procurando construir alternativas da sociedade civil que defendam a cidadania, os direitos sociais, a soberania nacional e a democracia (CUT, 1995, p. 02)

Para os que arvoram tal noção na CUT, uma vez que já foram garantidos, com a força das lutas pelo fim da ditadura, os canais institucionais de participação, as mobilizações em defesa dos interesses dos trabalhadores teriam que se dar, fundamentalmente, dentro desta institucionalidade política. Não é à toa que atualmente a CUT reluta em aceitar como legítimas as lutas dos trabalhadores que ela não dirige ou não pode controlar, vide o caso de fábricas ocupadas por trabalhadores que recusaram a forma cooperativa para elas e se negaram a compor a economia solidária (Flaskô/SP, Cipla e Interfibra/SC), o que fez a CUT (e também o PT) recusar-se à ampará-los e a greve dos trabalhadores das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo PT, em que a CUT manteve um estranho silêncio.

A grande fragilidade desta interpretação sobre o conceito de cidadania reside na informação que seria possível por dentro do modo de produção capitalista a efetivação total dos direitos de todos os brasileiros. O incrível é que a realização dessa cidadania passou a significar o horizonte histórico do modelo de socialismo defendido pela CUT.

Essa concepção que acredita que a ampliação generalizada de direitos eliminaria a necessidade da classe trabalhadora dedicar-se à destruição do capitalismo encontra sua principal referência na obra do sociólogo britânico T. H. Marshall (1967).

O ponto de partida de T. H. Marshall é a concepção do “economista vulgar” Alfred Marshall (1842-1924), segundo qual o progresso capitalista permitiria que todos os membros das classes operárias se tornassem *cavalheiros* (ou *civilizados*, como prefere T.H. Marshall) (MARSHALL, 1967, p. 61). A sua concepção de cidadania é, como lembra Saes (2003, p. 40), “a participação integral do indivíduo na comunidade política; tal participação se manifestando, por exemplo, como lealdade ao padrão de civilização aí vigente e à sua herança social, e como acesso ao bem-estar e à segurança materiais alcançados”.

Saes (2003) caracteriza como sintética e obscura a conceituação de cidadania de Marshall porque este não se preocupa em ir atrás de suas próprias relações teóricas. Para Marshall, o que importa é chegar à definição dos diferentes modos pelos quais se concretizou a participação de todos os indivíduos na comunidade política, pois, para ele, esses diferentes modos implicam em também diferentes tipos de direitos que o Estado reconhece à todos; direitos estes que também implicam em obrigações para com o Estado (os deveres) (SAES, 2003, p. 40).

Assim, a célebre conceituação de cidadania de Marshall é dividida em três momentos que seriam demonstrados historicamente. Os direitos civis, surgidos no século XVIII, relacionar-se-iam à liberdade individual (direitos de ir e vir, de imprensa, de pensamento, direito à propriedade e à justiça) e que foram moldados para “servir como uma espécie de proteção ao poder do Estado ou de outros indivíduos (FRANÇA, 2007, p. 87). Os direitos políticos (surgidos no século XIX) vincular-se-iam ao direito de participar do exercício do poder político, elegendo e sendo eleito. E, por sua vez, os direitos sociais, estabelecidos no século XX, se refeririam a um acesso mínimo de “bem-estar econômico e segurança ao direito de

participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (MARSHALL, 1967, p. 63-64)<sup>17</sup>.

A concepção problemática contida na conceituação de Marshall revela a ideia de que uma vez garantida a igualdade básica por meio do acesso aos direitos civis, políticos e sociais para todos os participantes da vida social, eles – convertidos em cidadãos – poderiam então competir em uma sociedade desigual formada por classes sociais. Dessa maneira, segundo França (2007), Marshall opera com a noção de que seria possível a universalização dos direitos e da cidadania na sociedade capitalista “a ponto até mesmo de se erradicar a miséria e a desigualdade social” (FRANÇA, 2007, p. 87).

Para além de uma crítica a Marshall baseada na sua crença na escalada irresistível dos direitos na direção progressiva à cidadania (que levaria a uma vinculação imediata entre desenvolvimento do capitalismo e cidadania), o que gostaríamos de destacar é a inconciliabilidade entre plena cidadania e capitalismo. O *insigth* para essa afirmação vem de Wood (2003), que sintetiza com precisão essa ideia:

Na democracia capitalista, a separação entre condição cívica e a posição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania – e é isso o democrático na democracia capitalista –, mas, como o poder do capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade civil não afeta diretamente nem modifica significativamente a desigualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo. As relações de classe entre capital e trabalho podem sobreviver até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal (WOOD *apud* FRANÇA, 2007, p. 88).

Numa livre interpretação do trecho acima, podemos dizer que no capitalismo é possível se conseguir (mas não sem pressão) certa indulgência para com algumas “igualdades”, entretanto, uma igualdade que ele nunca poderá realizar é a “igualdade” de classe. A máxima da uniformização jurídica de que todos têm direito a ter direitos (ou a plena cidadania) é a tentativa de eliminar politicamente uma contradição que nasce na economia. Dessa forma que, no nosso entendimento, ao

---

<sup>17</sup> É preciso destacar, como faz Saes (2003), que o autor analisado não confunde a mera *declaração* oficial da existência dos direitos de cidadania e com a sua concreta existência.

priorizar a atuação política dentro dos horizontes da “cidadania” a CUT contribui para a manutenção do atual estado de coisas. Mesmo que, ainda dentro desse horizonte, busque induzir “inovações” no campo econômico, como são exemplos as propostas de cooperativismo e economia solidária, como veremos adiante, elas ainda ficam aquém da possibilidade de mobilização social que ela seria capaz se as articulasse na perspectiva da luta de classes. É nesse sentido que a assunção da estratégia cidadã concorreu para rarear ainda mais a perspectiva classista no seio do seu movimento sindical nos anos 90.

Influenciada inicialmente pela concepção de cidadania marshalliana associada à conquista de direitos junto ao Estado, a noção de cidadania cutista assumirá novos contornos na virada do milênio, passando a ser vinculada ao acesso dos trabalhadores (sobretudo por meio da central e dos sindicatos) a certos serviços sociais – antes responsabilidades do Estado – tais como a formação profissional, a alfabetização de jovens e adultos e, claro, a geração de alternativas de trabalho e renda através do cooperativismo e da economia solidária (GALVÃO, 2012).

Contudo, junto com as modificações relacionadas ao ideal de cidadania, está também a defesa da sua atuação no campo dos chamados “espaços públicos não estatais”. Na esteira das suas considerações a respeito das mutações na natureza da relação entre Estado e sociedade no momento da pós-redemocratização brasileira e nos efeitos da política econômica neoliberal sobre os trabalhadores, iniciou-se na central a interpretação de que ela deveria intervir direta e propositivamente nas discussões a respeito das políticas públicas de emprego.

Sintetizando as resoluções da 9ª Plenária da CUT, realizada em 1999, o início da construção de um novo sistema público de emprego no bojo da noção dos “espaços públicos não estatais” se daria em quatro dimensões:

- a) Envolvimento direto das entidades sindicais na gestão de políticas de emprego, trabalho e renda;
- b) Criação de uma rede de instituições cooperantes, que garantam a eficiência, o desenvolvimento e a execução dessas políticas;
- c) Oferta articulada de programas de seguro desemprego e afins;
- d) Os espaços públicos não estatais devem ter papel complementar com a execução das políticas estatais, as quais dividem sua responsabilidade com os atores organizados da sociedade (CUT, 1999, p. 55).

Mesmo apesar das críticas ao padrão de intervenção pública típico do Estado neoliberal que a entidade realizava nessa plenária, a retórica e a prática que se seguiu no campo de atuação nos “espaços públicos não estatais” encontram plena guarida nas teses sustentadas por Bresser Pereira sobre a reforma do Estado<sup>18</sup>. Para este economista, a década de 1990 demonstrou o irrealismo da proposta neoliberal de reforma do Estado. Seria necessário superar, ao mesmo tempo, o Estado Neoliberal e o Estado Social-Burocrático por meio da construção de um novo modelo de Estado, o Estado social-liberal (TEIXEIRA, 2013, p. 09). Com essas convicções, Bresser Pereira foi nomeado por Fernando Henrique Cardoso para compor o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) onde pôde executar, a serviço do presidente da república, suas ideias de modificação do aparato estatal<sup>19</sup>.

Para Bresser Pereira, as organizações públicas não estatais seriam um dos sustentáculos desse novo perfil de Estado uma vez que elas ficariam responsáveis em garantir (e ampliar) os serviços sociais (educação, saúde, cultura, assistência social, emprego, etc.), emulando a eficiência da iniciativa privada na forma de sua prestação (TEIXEIRA, 2013, p. 10). Nesse sentido, Bresser Pereira divide o campo do público não estatal em duas modalidades: a) as entidades públicas não estatais e b) as organizações de serviço público não estatal. Enquanto as primeiras – no papel de ONG's – teriam a função de interlocução política e organização popular, acoplada a tarefa de dispensação de serviços sociais nas áreas de educação, saúde e cultura, as segundas realizariam suas tarefas tendo por base o recebimento do financiamento estatal (celebrado em relação formal com o Estado) de fomento e fiscalização de determinados serviços. Na prática concreta, estas últimas acabaram ganhando a alcunha de Organizações Sociais (O.S's)<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> É interessante notar que também Bresser Pereira elabora críticas ao modelo de Estado proposto pelo neoliberalismo.

<sup>19</sup> Discordamos de Bresser Pereira em relação ao fracasso da implantação do modelo de Estado Neoliberal. No nosso entendimento, as suas próprias sugestões a respeito do Estado manifestam, embora particularmente, o anseio neoliberal por privatizações de ativos e serviços públicos estatais, por transferência de parcela da prestação de serviços sociais básicos (como saúde, educação e previdência social) e de empresas estatais para as mãos da iniciativa privada, por desregulamentação do mercado de trabalho e da economia.

<sup>20</sup> O modelo de Organizações Sociais (O.S's) foi criado pela Medida Provisória nº 1.591 em setembro de 1997 e convertida na Lei nº 9.637 em 15 de maio de 1998. Segundo Barreto (1999): “as organizações sociais são definidas como pessoas jurídicas de direito privado, constituídas sob a

Essa nova modalidade de prestação de serviços públicos via ONG's e O.S's. foram anunciadas como um renovado modelo de gestão para, supostamente, agilizá-los e torná-los eficientes através de parcerias com entidades da “sociedade civil”.

Segundo avalia Teixeira (2013), umas das características principais do modelo de Estado social-liberal proposta por Bresser Pereira é a prática de transferência de recursos para as organizações públicas não estatais, efetivando a terceirização e a privatização dos serviços sociais. Nessa interpretação, o social-liberalismo acabou por se impor como uma necessidade nos novos tempos em razão, por um lado, do “desgaste do neoliberalismo do ponto de vista das classes dominantes” (haja vista a perda do consenso que sustentou por certo tempo a sua forma mais radical, mas que já se esgotara), e, por outro, pelos questionamentos que ocorreram a ele no interior da sociedade civil (TEIXEIRA, 2013, p. 14).

É deste modo que consideramos que a estratégia cidadã da CUT encontra-se alinhada à concepção de Estado (e também de sociedade) proposta pela Reforma do Estado de Bresser Pereira. Um dos elementos que melhor expressam a sua adesão a essa concepção pode ser visualizada na atitude de criação da ADS. Por meio dela, a central aproximou a sua atuação política à de ONG's e O.S's., executando certos serviços sociais de maneira terceirizada e com o auxílio de recursos públicos, tanto do FAT (para a formação profissional) quanto do BNDES (para o desenvolvimento do cooperativismo) e da própria iniciativa privada.

Entretanto, para a completa apreciação crítica a respeito, tanto da noção de cidadania que marca hodiernamente a estratégia política da CUT, quanto da interpretação a respeito de sua atuação prática no nível dos espaços públicos não estatais, faz-se necessário debruçarmo-nos sobre a sua peculiar utilização do conceito “sociedade civil” como definidor de sua relação com o Estado e com as classes sociais.

---

forma de fundação ou de sociedade civil sem fins lucrativos, que se habilitam à administração de recursos humanos, instalações e equipamentos pertencentes ao Poder Público e ao recebimento de recursos orçamentários para a prestação de serviços sociais. Para ter direito à dotação orçamentária, essas entidades deverão obter autorização legislativa para celebrar contratos de gestão com o Poder Executivo. A relação entre as organizações sociais e o Estado é regulada por compromissos mútuos estabelecidos em Contratos de Gestão celebrados com o Poder Executivo (BARRETO, 1999, p. 122).

Nesta direção, uma das concepções mais assíduas na estratégia política cutista desde o aparecimento da postura cidadã e que ajuda a explicar a sua utilização do termo “sociedade civil” relaciona-se àquilo que contemporaneamente tem sido chamado de “terceiro setor”.

Para Montañó (2002), antes de tudo, o conceito de “*terceiro setor*”, na sua mais ampla difusão, não passa de um construto ideológico, posto que não ele teria uma correspondência real na sociedade para além da existência conceitual. Nesse sentido, esse conceito mais escamotearia uma verdadeira interpretação da realidade do que esclareceria. O conceito aporta no Brasil no fim da década de 1970 pelas mãos da Fundação Roberto Marinho após ter surgido nos Estados Unidos por influência do associativismo e do voluntariado típicos da cultura política liberal que marca esta nação (MONTAÑO, 2002, p. 53).

De acordo com Graciolli e Lucas (2009), as teorias definidoras do “*terceiro setor*” partem da premissa de que as sociedades contemporâneas são formadas por três esferas distintas e articuladas. Nesse sentido, o poder político institucional (Estado) seria visto como a primeira esfera, o setor da produção e circulação de bens e serviços que objetivasse o lucro assumiria a segunda esfera e, por último, a “sociedade civil”, vista como a junção de indivíduos, grupos e instituições que agiriam com uma racionalidade própria e diferente das outras duas, formaria a terceira esfera. Nesse ínterim, para as abordagens apologéticas do “terceiro setor”:

[...] na esfera governamental, os agentes, a finalidade dos serviços prestados e dos direitos estabelecidos são públicos – desconsiderando-se aqui a corrupção, através da qual tais agentes realizam seus interesses privados. Por sua vez, o mercado é integrado por agentes privados que buscam atender seus próprios interesses, pois objetivam o lucro individual. O “terceiro setor”, para esses autores, é composto de agentes privados que almejam fins públicos – quer dizer, é não governamental e não visa o lucro (GRACIOLLI; LUCAS, 2009, p. 101).

Embora ainda existam variações dentro dessa esquemática definição de “terceiro setor”, as definições mais comuns a respeito das atividades que o compõem envolvem as ações voluntárias, a prestação dos mais diversos tipos de serviços sociais por instituições filantrópicas, as intervenções realizadas por ONG’s e defesa dos direitos de grupos sociais específicos realizada por determinadas entidades, o assistencialismo paternalista e até algumas grandes ações de

cidadania mais estruturadas (GRACIOLLI; LUCAS, 2009)<sup>21</sup>. Ou, traçando um quadro mais específico, Montaño (2002) vai dizer que para os autores defensores da ideia do “terceiro setor”, ele seria composto por:

- a) organizações não lucrativas e não governamentais (ONG’s), Movimentos Sociais, organizações e associações comunitárias;
- b) *instituições de caridade*, religiosas;
- c) *atividades filantrópicas* – fundações empresariais, filantropia empresarial, empresa cidadã, que teriam ‘descoberto’ a importância da ‘atividade social’;
- d) *ações solidárias* – consciência solidária, de ajuda mútua e de ajuda ao próximo;
- e) *ações voluntárias*;
- f) *atividades pontuais e informais* (MONTAÑO, 2002, p. 181-182).

Muito embora o conceito de “terceiro setor” represente verdadeiramente um construto ideológico em razão da inexistência da esquematização tripartite da realidade social, a sua emergência está indiscutivelmente relacionada a um fenômeno observado socialmente. Fato é que nas últimas décadas, com a emergência do neoliberalismo, tem se notado mundialmente um maior desenvolvimento de atividades executadas pela sociedade civil que antes eram atribuídas ao Estado. A forma de intervenção na questão social típica do *Welfare State* (ou seus arremedos mundo afora) é alterada a partir da entrada em cena do neoliberalismo, provocando um novo tipo de resposta à demandas sociais, pautada na desresponsabilização do Estado, pela desoneração do capital e pela auto-responsabilização do cidadão e da sociedade para essa questão. Sendo uma prática fomentada pelo neoliberalismo, ela também se torna funcional a ele, difundindo seus valores e construindo as condições propícias para o seu desenvolvimento (MONTAÑO, 2002).

---

<sup>21</sup> Vale dizer que Montaño (2002) apresenta uma série de argumentos sobre a dificuldade de encontrar entre os próprios prosélitos da noção de “terceiro setor” um consenso sobre o rol de atividades que o compõe. É interessante observar, como ele lembra, que a maior parte dos autores que defendem a noção de “terceiro setor” excluem dessa taxonomia movimentos de lutas classistas e movimentos de violência insurrecional, como ocupações de fábricas, por exemplo, e que por coerência de definição mereciam estar incluídos nessa categoria. O que ocorre, porém, é que a maioria dos autores prefere deixar de fora este tipo de movimento, denotando, de imediato, a visão política anti-socialista deste pensamento.

Isto posto, podemos afirmar que a CUT adere à lógica do “terceiro setor” quando assume para si a estratégia cidadã como horizonte de sua luta política. O envolvimento com a formação profissional e com a economia solidária a colocam, sem sobra de dúvidas, ao lado das demais entidades assistencialistas e voluntaristas que tratam privadamente da questão social.

Contudo, o debate no interior da CUT a respeito de sua participação como entidade que atua neste segmento vem matizado pela reflexão marxista. Herdeira de um passado de lutas com características inegavelmente classistas, o socialismo sobreviveu na retórica cutista por forças de suas tendências de esquerda e mais como um elemento residual daquele momento pretérito do que como um horizonte de sociedade a ser de fato alcançado. É verdade que após a eleição de Lula da Silva o discurso socialista ganha uma nova carga nas instâncias da entidade, mas isso não é fruto concretamente de alguma alteração substantiva na prática que ela já vinha executando desde os 90 e muito menos um resgate das teses marxistas<sup>22</sup>.

Um dos elementos principais dessa prática favorável ao neoliberalismo, mas que é justificada com uma retórica de esquerda, se manifesta na sua peculiar apropriação da teoria gramsciana. Nesse sentido, conceitos como “sociedade civil” e “disputa de hegemonia” foram reabilitados pela entidade com o fim de orientar sua estratégia de ação. O VI CONCUR (1997) é um marco distintivo desse momento. Neste congresso ela denominou de “resistência propositiva” e “disputa de hegemonia” a estratégia que abriu o caminho para seu envolvimento prático com a educação de trabalhadores e a formação profissional e as experiências de alternativas de trabalho e renda típicas da economia solidária. Além do mais, ainda estava abrigada por estes conceitos o aprofundamento da estratégia do propositivismo tripartite nas instâncias oficiais.

Está implícito na interpretação cutista a respeito da teoria gramsciana a ideia de que haveria uma distinção entre sociedade civil, sociedade política (Estado no sentido restrito) e estrutura econômica. Distinção essa que reproduz *ipsis litteris* a esquemática própria das teorias do “terceiro setor”, sendo o Estado o primeiro setor,

---

<sup>22</sup> Galvão (2012a) também afirma isso. Segundo ela: “Curiosamente, o socialismo, que só esteve presente de maneira marginal no repertório da CUT nos anos 1990, e isso por insistência das correntes minoritárias, volta a fazer parte do vocabulário da direção nacional justamente depois que as mais expressivas correntes de esquerda deixam a central”. Conforme GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012a.

a estrutura econômica o segundo e, claro, a sociedade civil por último. É preciso, entretanto, lembrar um detalhe importante da apropriação desse conceito pela CUT. Diferentemente da maior parte das teorias “terceiro-setorialistas”, a Central não sacraliza, em absoluto, a sociedade civil contra o Mercado e contra Estado, e tão pouco despreza este último completamente a ponto de negar a ocupação de sua estrutura. Isso se deve a dois motivos básicos: as cooperativas e uma significativa parcela dos empreendimentos econômico-solidários fomentados pela Central funcionam de acordo com a lógica mercantil, além do mais, a gestão do Estado é, de longa data, uma tática sua de atuação em conjunto com o PT.

Na interpretação cutista do conceito “disputa de hegemonia” está contida a informação de que a direção moral e intelectual no interior da sociedade civil se faz necessária para disputar o Estado (o aparelho *strictu sensu*). É essa leitura que autorizou a entidade a estabelecer alianças com setores democráticos e populares a fim de auxiliar na conquista de espaços no interior da institucionalidade política. A lógica por trás do argumento era que a sociedade civil brasileira já estava tomada por outras entidades privadas – como as do Sistema S (SENAR, SESC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, etc.), ONG’s, outros sindicatos, centrais sindicais e confederações – que disputavam a sua direção cultural (o que, do ponto de vista gramsciano não está errado), assumindo funções que eram estatais e impregnando nelas sua concepção de mundo. Sendo assim, ela também se apresentaria como mais uma dessas entidades privadas que estariam preparadas para entrar, tanto na disputa das concepções que orientariam as políticas públicas, quanto na execução dessas atividades (como qualquer outra dessas entidades faria), porém influenciando sua visão de mundo favorável aos trabalhadores. Essa concepção de disputa de hegemonia orientava tanto sua prática propositivista nos conselhos tripartites quanto na efetivação de educação e formação de trabalhadores.

Um das principais falácias dessa peculiar interpretação da teoria gramsciana é que, para o italiano, as reformas intelectuais e morais nunca andam desacompanhadas também de modificações no mundo econômico. Como diz o autor do termo:

uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica. E mais, o programa de reforma econômica é exatamente o momento concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 1988, p. 9).

E foi justamente isso o que a CUT abriu mão de fazer. A prática de resistência propositiva ao neoliberalismo enfatizava, sobretudo, os seus aspectos culturais (via “conteúdo” dos cursos profissionalizantes e de educação, por exemplo), isto é, a formação de uma nova consciência. Assim, a sua disputa de hegemonia não significa mais do que luta retórica, uma vez que não se empenha em organizar o ponto de vista dos subalternos de uma forma contra-hegemônica, isto é, formando uma identidade de classe calcada no seu desenvolvimento cultural e ideológico, mas que é forjada também no enfretamento cotidiano com as classes dominantes através de mobilizações classistas de massa, nas greves e nos protestos e nas lutas populares.

Não obstante, como a prática política cutista é realizada de maneira a não confrontar o capital, a sua peculiar noção de “disputa de hegemonia” não faz jus à tradição de esquerda que utiliza desse conceito como referencial da luta. Ademais, podemos supor que, como essa noção estava marcada exclusivamente pela disputa moral e intelectual visando influir no aparelho de Estado, somos levados a considerar que as finalidades eleitoreiras exerceriam peso considerável no interior dessa concepção.

Todavia, criticamos a utilização dos conceitos de sociedade civil e disputa de hegemonia da forma como faz a CUT porque em nenhum momento elas foram criadas para explicar a atuação social-democrática ou reformista do movimento operário. Mas para ficar mais evidente a distância entre a versão da CUT e àquela originária, dada por Marx e Engels e Gramsci, faz-se necessário tornar explícita a definição clássica.

Para Marx e Engels, a sociedade civil representa o momento das relações de produção, a parte estrutural da sociedade e o local de sua sustentação material. Por conta disso, ela é, em última instância, a determinadora do Estado, pois este não se ergue sobre nada, mas, do contrário, emerge das relações sociais de produção:

Relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil” (*bürgerliche Gesellschaft*<sup>23</sup>) [...] (MARX, 2005, p. 51, grifos no original).

---

<sup>23</sup> *Bürgerliche Gesellschaft* em alemão significa, indistintamente, tanto sociedade civil quanto sociedade burguesa.

Interessa notar, como faz Seguy (2012), que a tradução e a utilização por parte dos liberais alemães dos termos *civil society* (em inglês) e *Bürgerliche Gesellschaft* (em alemão) como sendo equivalentes não são meras “escolhas idiomáticas, mas, sobretudo, semânticas, revelando a própria dinâmica da sociedade civil que não é senão a sociedade dos burgueses” (SEGUY, 2012, p. 95), com todas as relações sociais, instituições e contradições que lhe são próprias.

Para a teorização marxiana, a sociedade civil é a própria sociedade burguesa. Nesse sentido, a sociedade civil subordina o Estado, dado que “é ela que o define e estabelece a organização e os objetivos do Estado, de acordo com as relações materiais de produção” (CARNOY, 2003, p. 92). É por isso que o Estado é a “expressão oficial da sociedade civil” (MARX; ENGELS, 1982).

De sua parte, Gramsci amplia a interpretação de Marx e Engels, complementando-a, mas sem negá-la. Ou, como sugere Coutinho (1999), o conceito de sociedade civil é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece com novas determinações a teoria marxista do Estado. Segundo o pensador italiano, a sociedade civil é o Estado também, e atua no campo da superestrutura, formada pelo conjunto de aparelhos “privados” (escolas, família, igrejas, empresas, partidos, sindicatos, etc.), significando o “complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual” (DIAS, 2006, p. 93). Nessa lógica, Gramsci amplia o conceito de Estado. Para ele, o Estado teria um sentido restrito e um sentido ampliado. Enquanto no sentido restrito o Estado significa a sociedade política, ou o aparato repressivo, no sentido ampliado ele é composto pela soma da sociedade política com a sociedade civil, isto é, pela adição ao aparelho coercitivo os aparelhos privados de hegemonia (o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos, de ideologias) (COUTINHO *apud* MONTAÑO, 2002, p. 127). Assim, a sociedade civil gramsciana é o espaço da dominação baseada no consenso, nas relações subjetivas, embora resguardada pela dominação baseada na força, isto é, nas relações objetivas.

Assim, o conceito de sociedade civil em Gramsci, à diferença da forma como é vulgarmente utilizado hoje em dia, não significa uma abstração ou uma análise estanque da realidade concreta, mas uma reflexão metodológica mais abrangente acerca do Estado. Outrossim, a sua versão do conceito se distancia da noção

utilizada pelos autores do “terceiro setor” porque ela não pode ser compreendida isoladamente das categorias hegemonia de classe e revolução (MONTAÑO, 2002, p. 127).

A fim de explicar, portanto, o conjunto de atividades políticas, ideológicas e culturais que dão a direção política em uma sociedade é que entra em cena a noção gramsciana de disputa de hegemonia. Para o italiano esse conceito vai significar o embate entre as classes objetivando o convencimento não-violento a fim de conquistar a direção moral, intelectual, política e cultural no interior da sociedade civil. Isso significa que grupos em luta no interior de uma sociedade tentam fazer da sua visão de mundo a racionalidade universal de toda a sociedade.

É assim que a dominação burguesa e a predominância dos seus valores sobre as classes trabalhadoras no interior da sociedade civil não provém da violência (do poder coercitivo do Estado), mas sim do convencimento sobre os dominados trabalhado como visão de mundo.

Por sua vez, na sociedade política, “o grupo dominante procura exercer uma ditadura, fundada na dominação e na coerção” (MONTAÑO, 2002, p. 127). Dessa forma:

o Estado, em sentido amplo, certamente mantém a divisão da sociedade em classes. Desta forma, torna-se necessário revestir a coerção, a dominação, a ditadura (‘própria da sociedade política’), de consenso, direção, hegemonia (na órbita da ‘sociedade civil’), o que se traduz na supremacia de uma classe (MONTAÑO, 2002, p. 127).

Logo, devemos perceber que em Gramsci, a oposição não se dá entre uma suposta sociedade civil autônoma e o Estado coercitivo, mas, sim, entre as classes sociais que constituem a própria sociedade civil. Destarte, ela (a sociedade civil), entendida na sua relação dialética com a sociedade política, é um terreno de disputas, ou seja, é o lugar onde se trava a luta de classes, onde projetos de classes diferentes estão em disputa, seja na busca da manutenção da ordem vigente, seja na busca da construção de uma nova hegemonia e, em ambos os casos, na luta pelo consenso e, portanto pela hegemonia.

Assim, a estratégia assumida pela CUT de postar-se paralelamente ao Estado como uma das entidades da “sociedade civil” para organizar a prestação de políticas sociais, ao contrário de ser um caminho para a efetivação da tão propalada

“plena cidadania”, concorreu para o desmonte e a não ampliação dos direitos sociais constitucionais. Essa postura contribuiu para transformar a noção de direitos universais em atendimento restrito e particularizado da questão social (em filantropia), dependente da ação voluntária de seus agentes do “terceiro setor”, em substituição ao Estado.

Ao fazer isso, a CUT trouxe para o campo da atuação sindical trabalhista uma prática que estava muito concentrada em entidades que não tinham lastro ideológico classista. Nos anos 90, muitas empresas criaram fundações, institutos com forte ranço filantrópico que se diziam atuar na “sociedade civil” a fim efetivarem uma determinada forma de intervenção na questão social em substituição ao Estado. De maneira genérica essa atitude ganhou a alcunha de Responsabilidade Social Empresarial. Ao se utilizarem dela, o empresariado corroborava a crítica à ineficiência estatal e, conseqüentemente, a favor do seu desmanche neoliberal, pregando como solução para tanto a atuação particularizada e focalizada de suas entidades filantrópicas.

Embora essa atitude seja grave sob o ponto de vista dos trabalhadores, não havia contradição com os interesses dos empresários, já que de toda forma essa atitude colaborava com a manutenção de sua posição de classe, pois assumiam as formas de aparelhos privados de hegemonia a serviço da difusão de valores do seu grupo social.

Quando a CUT resolveu também assumir as mesmas práticas empresariais no atendimento as demandas sociais produzidas pelas políticas econômicas neoliberais, mesmo usando um discurso socialista, longe de estar promovendo a “disputa de hegemonia” (contra quem?), ela serve de amparo à hegemonia neoliberal difundida pelo patronato. Assim, podemos dizer que, de maneira comparada, da mesma forma que as empresas assumiram certos discursos e práticas de “responsabilidade social” no contexto neoliberal, a política cidadã da CUT significou a versão sindical do atendimento focalizado das demandas dos grupos sociais mais pobres. Desse modo, podemos dizer que a Central, emulando a prática patronal, criou no interior do movimento sindical a noção de *responsabilidade social sindical*.

### 3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AGENDA DA CUT

No fim do milênio, a expressão *economia solidária* marcou fortemente a cena política crítica ao neoliberalismo na América Latina como um todo. Especialmente no Brasil, no decurso das últimas décadas do milênio e nos primeiros anos dos 2000, o termo se tornou assíduo no linguajar de uma diversidade muito grande de entidades e movimentos. Um variado número de associações, de ONGs, de movimentos sociais, de partidos políticos, de governos, de sindicatos, de entidades da igreja católica e de grupos e instituições acadêmicas que se abrigavam sob essa denominação acreditava estar organizando (mesmo que a despeito de um certo ecletismo teórico e metodológico), alguns tipos de resistências teóricas e práticas às implicações econômicas, políticas, sociais e culturais decorrentes de sucessivos anos de neoliberalismo e de globalização.

Não obstante, para apresentarmos um debate sobre a economia solidária é preciso considerar que nem sempre é fácil definir um conjunto mínimo de práticas que se expressam por esse conceito e, tampouco não é simples determinar a sua própria significação. Se de um lado há gente que considera a própria expressão um paroxismo, porque reuniria “palavras contraditórias que se repelem e se opõe – economia e solidariedade” (VAIGNER *apud* LECHAT, 2004, p. 26) ou porque significaria uma tentativa de unir um tipo de prática econômica que, por ser realizada por dentro do modo de produção capitalista, seria incapaz de produzir “solidariedade” (WELLEN, 2013, p. 19), por outro lado, não há consenso sobre a economia solidária, “principalmente porque se trata, segundo os próprios autores e usuários desta expressão, de uma realidade ainda em construção” (LECHAT, 2004, p. 26). Essas questões expressam um pouco a dificuldade que autores de um mesmo país têm ou tiveram em denominar esse fenômeno. Disso decorre a utilização de termos com aproximada denotação como “economia social”, “economia popular”, “socioeconomia solidária”, “economia de solidariedade”, “trabalho associado”, “socialismo autogestionário” e etc. que parecem querer se referir à práticas similares.

No entanto, a ocorrência do Fórum Social Mundial (FSM), mas especialmente suas três primeiras edições, em Porto Alegre (entre 2001 e 2003), foi

bastante significativa para a articulação internacional e nacional das experiências na área da *economia solidária*. O FSM permitiu uma melhor definição sobre o quê poderia ser aglutinado sob esta designação, tendo dado uma melhor unificação identitária global às práticas nesse setor. Até o lema “*um outro mundo é possível*”, que alenta o FSM, serviu de inspiração para a elaboração do *slogan* “*outra economia é possível*”<sup>24</sup>, que serviu de mote para identificar as atividades em *economia solidária*.

No Brasil, também com o impulso permitido pelo Fórum Social Mundial, foram criados os fóruns regionais e estaduais e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES<sup>25</sup>) como espaços informais, porém importantes, para a organização e representação das atividades de economia solidária. Dentre as entidades que estavam por trás da criação dessas instâncias, exerceu papel de proa àquela que é o objeto central de investigações desse trabalho: a CUT. A Central fez-se presente na fundação do FBES por meio de uma entidade estreitamente ligada à sua direção nacional (e, até então, a ela subordinada diretamente), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) e mais outras duas instituições criadas com sua participação, a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL/Brasil) e o Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário (ECOSOL). Ademais, a instituição no primeiro governo Lula, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), – que contou com o estímulo da rede permitida por esses fóruns – representou um marco importante para o início da institucionalização de um padrão mínimo de referência

---

<sup>24</sup> Hoje esse lema já foi substituído, pelo menos no Brasil desde 2003, por outro: “*uma outra economia acontece*”.

<sup>25</sup> O FBES foi fundado pelas seguintes entidades: Cáritas Brasileira, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), Instituto Maristas de Solidariedade (IMS), Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCP), Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (ABICRED), Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (Rede de Gestores), Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (UNISOL/Brasil), Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário (ECOSOL) e União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES).

para nomear e caracterizar as atividades que se organizariam debaixo do dilatado termo *economia solidária*.

As dificuldades para designar o que seriam essas práticas que estariam inventando um “novo fazer econômico” no fim do milênio podem estar relacionadas aos vacilos próprios de uma imaginação que tenta cobrir um fenômeno ainda com pouco tempo de existência. Contudo, apesar do termo *economia solidária* (e a maior parte dos seus congêneres) ser inegavelmente recente, muitos autores que dominam o panorama literário sobre o assunto costumam querer provar que as práticas encerradas por ele existem desde as primeiras décadas do século XIX (SINGER, 2002) ou até que a vivência de seus valores já estaria inscrita entre os povos da América pré-colombiana ou dos gregos antigos (NUNES, 2009). Entretanto, é verdade também que outros autores de peso nesse debate destacam o ineditismo do fenômeno ligado ao conceito, como é o caso, por exemplo, de Laville e França Filho (2004), que o inserem na temática das discussões sobre a nova forma de intervenção na questão social levantada pelas teorias do “terceiro setor”.

Afora as discussões semânticas a respeito do vocábulo, outra discussão importante merece também ser considerada porque diz respeito às suas determinações concretas. Se a expressão é recente, as práticas que se orientariam por ela seriam mesmo novas? Ou, do contrário, as práticas econômicas solidárias existiriam desde há muito tempo, porém ganharam essa alcunha só contemporaneamente? Enfim, qual o fenômeno econômico, político e social estaria por trás do surgimento da expressão e das práticas que acreditam estar fazendo, de fato, uma “outra economia”?

### 3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA: A ORIGEM DO TERMO

Embora o debate sobre as significações do conceito esteja caracterizado por múltiplos vieses políticos, parece consensual entre grande parte dos estudiosos do assunto a consideração que a primeira aparição do termo na América Latina, com um sentido próprio, teria se dado no início da década de 1980.

O sociólogo chileno Luis Razeto Migliaro é considerado por muitos pesquisadores da área de economia solidária no Brasil (CRUZ, 2007; LECHAT, 2004; NUNES, 2009) como o primeiro a cunhar uma expressão que juntava as

palavras “economia” e “solidariedade”<sup>26</sup>. Como pesquisador do *Programa de Economía del Trabajo (PET)*<sup>27</sup>, Razeto Migliaro publicou entre 1984 e 2000 sob o título *Economía de solidaridad y Mercado Democrático* uma obra de quatro volumes que – pelo menos nos seus três primeiros números – dedicou-se à conhecer as experiências espontâneas de sobrevivência dos mais pobres que surgiram para resistir às transformações causadas pela implementação de políticas neoliberais no Chile da década de 70 e 80.

Razeto enquadrou as práticas dos mais pobres no que diz respeito à procura de alternativas de sobrevivência na definição de “economia popular” e à elas já havia dedicado um outro livro, em 1982, chamado *Empresas de trabajadores y economía de mercado*. Tendo como pressuposto os limites do movimento cooperativista histórico que levaram ao seu esgotamento como possibilidade de efetivar mudanças econômicas e políticas, essa obra tentou demonstrar que havia uma nova racionalidade econômica (alternativa) nas cooperativas que estavam surgindo naquele momento no Chile, ou, nas suas palavras: “*un nuevo modelo de empresas de trabajadores, nuevos modos de integración y asociación intercooperativa, y nuevas formas de inserción em los mercados*” (RAZETO, 200-?).

Na interpretação de Razeto, a “exclusão social”<sup>28</sup> produzida pelos movimentos econômicos do capitalismo naquele contexto estava gerando uma economia popular que, por sua vez, já estava dando lugar à uma economia de solidariedade bem distinta do cooperativismo tradicional (RAZETO, *apud* CRUZ, 2007, p. 03).

Para ele, as organizações econômicas populares nasceram como alternativa imediata de subsistência dos mais pobres em função dos problemas causados pela

---

<sup>26</sup> As informações sobre a obra de Luiz Razeto Migliaro que estão na sequência foram retiradas do próprio sítio eletrônico do autor: Disponível em: <<http://www.luisrazeto.net/>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

<sup>27</sup> O PET é uma organização não-governamental criada pelo arcebispo de Santiago em 1978 com a intenção de abrigar acadêmicos que foram expulsos das universidades chilenas no período da ditadura. Após o fim da ditadura, o PET se converteu em uma cooperativa. Posteriormente a organização participou com outras instituições da fundação de *Universidad Academia de Humanismo Cristiano*, uma instituição de ensino privada. Informações obtidas no sítio eletrônico do PET. Disponível em: <<http://www.petchile.cl>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

<sup>28</sup> Preferimos adotar as aspas para a referida expressão por não concordarmos com o fenômeno que ela pretende encerrar. Não existe “exclusão social” no sistema capitalista já que os supostos elementos que se encaixariam nessa definição são parte constituinte do próprio sistema.

reestruturação política e econômica. A origem das organizações econômicas populares com esta finalidade estaria na associação de parcela dos setores sociais populares, a partir do compartilhamento de certas condições objetivas e subjetivas, para tentar solucionar suas necessidades econômicas prementes. A diferença, porém, destas recentes experiências dos mais pobres, segundo o autor, é que elas estavam marcadas por um tipo de cultura e valores próprios, inerentemente solidários, isto é, baseado na ajuda mútua e com finalidades coletivas (não individualistas), por isso, transcenderiam os limites dos interesses econômicos espontâneos desse segmento, tendendo a efetivarem-se como práticas capazes de profundas transformações sociais mais amplas.

Nesse sentido, foram estas atividades que o sociólogo chileno detectou como um fenômeno social, econômico e político novo, cabendo à eles a primeira designação amparada pelo nome *economía solidária*. O próprio autor ressalta isso ao dizer que:

*Casi desde el comienzo de estos trabajos me pareció que el concepto que mejor expresaba la identidad, el modo de ser y la racionalidad económica com que operaban estas experiencias, era el de economía de solidaridad, o economía solidaria, que adopté y propuse decididamente em 1982 [...]* (RAZETO, [200-?]).

Lechat (2004) lembra que este autor teve uma influência muito grande junto às pastorais sociais da igreja católica na América Latina e, embora a inspiração da solidariedade cristã tenha sido desenvolvida por estas pastorais após o Concílio Vaticano II (1962-1965), foi ele quem “cunhou e aprofundou a expressão economia de solidariedade” (LECHAT, 2004, p. 28) (ou economia solidária, que como vimos, para ele, significam a mesma coisa).

De fato, em nossa pesquisa não encontramos nenhuma outra referência à primeira utilização do termo que não fosse a de Luis Razeto Migliaro. Todavia, é preciso lembrar que alguns outros autores e movimentos ainda lançam mão de uma expressão existente desde o século XIX - “economia social” – para se referir à forma de intervenção política e econômica que se considera típica da economia solidária hoje. Contudo, acreditamos que este termo não é apropriado para se referir ao conjunto de práticas que são contemporâneas e que se referem exclusivamente ao fenômeno que queremos tratar aqui. Original do francês – “*économie sociale*”, a

expressão data do século XIX, ou, mais especificamente, como história Caeiro (2008), por volta de 1830. Utilizado pela teoria econômica da época, ela foi apropriado por socialistas utópicos e cristãos e também por liberais neoclássicos para referirem-se à necessidade de se pensar atividades de cooperação, socorro mútuo e beneficência dos e para os operários no contexto das mazelas provocadas pela instalação das primeiras unidades industriais na França e na Inglaterra (LECHAT, 2002; CAEIRO, 2008).

No entanto, a despeito disso, foi de fato em fins dos anos 80 e início dos anos 90, que militantes sociais e intelectuais na América Latina, às vezes sem se conhecerem e sem contato com a produção pioneira de Razeto, começaram simultaneamente a teorizar a respeito das práticas econômica de sobrevivência e resistência dos grupos sociais que mais sofriam com os ajustes econômicos liberalizantes que campeavam sobre a região nesse período.

Como exemplares dessa nova preocupação política e espiritual que começou a ganhar corpo destacamos, com ajuda de Cruz (2007), as importantes contribuições, na Argentina, do IDES (*Instituto de Desarrollo Económico y Social*) da *Universidad Nacional General Sarmiento* que teve na figura do economista José Luis Coraggio o nome mais proeminente. No Uruguai, Pablo Guerra e a *Unidad de Estudios Cooperativos* da *Universidad de la República* deram sua contribuição para descrever e teorizar o fenômeno. Na Colômbia, a *Confederación Latinoamericana de Cooperativas y Mutuales de Trabajadores* (COLACOT) desempenhou importante papel de “artífice da articulação progressiva que se observa desde os anos 1990 entre as iniciativas de Economia solidária na América Latina” (NUNES, 2009, p. 90). Além do mais, Nicarágua e Venezuela também foram países tributários de pesquisadores militantes dos iniciais debates e das primeiras articulações em economia solidária no continente.

Já no Brasil, a primeira aparição do termo no interior do debate acadêmico se deu em 1993 no livro organizado por Moacir Gadotti e Francisco Gutierrez intitulado *Educação comunitária e economia popular* onde foi publicado o artigo *Economia de solidariedade e organização popular* de Razeto. Não obstante, foi só mais tardiamente – no fim da década de 1990 – que a expressão se consolidou na cena intelectual e política brasileira.

Em sua tese de doutorado defendida no Departamento de Antropologia da Unicamp, Noëlle Marie Paule Lechat vai dar destaque aos nomes de três intelectuais

que – primeiro sem se conhecerem e depois já em um esforço comum – contribuíram para nomear e construir um campo próprio para a economia solidária no Brasil. São eles, Luiz Inácio Gaiger, Marcos Arruda e Paul Singer.

Segundo a pesquisadora, o professor e pesquisador da UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) Luiz Inácio Gaiger, foi um dos primeiros no Brasil a se inspirar no conceito criado e difundido por Razeto para caracterizar determinadas práticas de sobrevivência relacionadas à produção e ao consumo dos grupos mais pobres da população. Após uma assessoria prestada no Rio Grande do Sul para a avaliação de projetos sociais desenvolvidos pela Cáritas<sup>29</sup> em abril de 1992, Gaiger usou a expressão “empreendimentos econômicos solidários” em uma publicação no 7º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (1995) sobre a avaliação para nomear os mais diferentes tipos de trabalhos sociais e econômicos que eram fomentados pela Cáritas desde o início dos anos 80 (LECHAT, 2004).

Um outro intelectual de peso nesse debate no Brasil é Marcos Arruda. Geólogo e economista, ele participou, junto com Herbert de Souza, das atividades do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), além de ter sido sócio-fundador do Instituto Cajamar<sup>30</sup>. No começo dos anos 1990 ele funda uma ONG denominada Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) visando introduzir no Brasil as experiências de autogestão cooperativa vivenciadas por ele na Nicarágua durante o período em que prestou assessoria para o governo sandinista. No entanto, nesse momento ele ainda não tinha assumido o termo “solidariedade” (LECHAT, 2004). A utilização da noção de economia solidária para ele só se deu a partir de meados da década de 1990:

Então foi essencialmente a partir de 95/96 que o PACS se tornou um ator direto do processo de construção desta economia solidária. Não mais apenas como projetos de empreendimentos cooperativos e associativos,

---

<sup>29</sup> A Cáritas é uma entidade criada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1956 no âmbito da Aliança para o Progresso com a finalidade de articular as obras sociais da Igreja Católica Romana. Sobre a vinculação entre Cáritas e Economia Solidária desde os anos 80 ver: BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da. *20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PAC's à EPS*. Brasília, Cáritas Brasileira, 2003.

<sup>30</sup> O Instituto Cajamar, criado em 1986, no contexto das disputas internas de poder no interior da CUT foi, até o encerramento de suas atividades em 1994, um importante centro de formação sindical e política ligado aos militantes da corrente Articulação Sindical. Mesmo criado por fora das instâncias oficiais de formação da Central, ele realizou serviços de educação política dos militantes vinculados a esta tendência. (CORRÊA, 2009; TUMOLO, 2002; MORA, 2007).

mas como um projeto de uma outra economia que é também uma outra política e uma outra cultura. Um projeto integral de uma nova sociedade que tem uma dimensão econômica marcante. (ARRUDA *apud* LECHAT, 2004, p. 192).

No final de 1996 em uma palestra proferida em uma conferência sobre globalização e cidadania do Instituto de Pesquisa da ONU para o Desenvolvimento Social, ele teria agregado à noção de solidariedade às suas históricas reflexões sobre a importância do cooperativismo autogestionário (LECHAT, 2002. p. 131).

O outro intelectual de grande calibre da economia solidária no Brasil e que, como não poderia ser diferente, foi considerado na tese de Lechat (2002), é o economista, professor e histórico militante socialista e militante orgânico do PT, Paul Singer. A aproximação de Singer com a nomenclatura (e o movimento) da economia solidária se deu por volta de 1996 na oportunidade da elaboração do programa político do PT para a campanha à reeleição de Luiza Erundina à prefeitura de São Paulo. Neste ano, Singer se responsabilizou por compor uma proposta de organização dos desempregados que foi batizada de economia solidária por Aloísio Mercadante. Embora Erundina não tenha vencido o pleito, Singer usou um espaço no jornal *Folha de São Paulo* do dia 11 de julho de 1996 para expor as suas propostas de combate ao desemprego. Em um artigo intitulado *Economia solidária contra o desemprego*, Singer esboçou as primeiras ideias a respeito do que entendia por economia solidária naquele momento. Encontramos o artigo de Singer mencionado por Lechat no acervo digital do periódico. Nele pudemos ler que, para Singer, as tradicionais propostas para a solução do desemprego via cursos profissionalizantes e empreendedorismo por conta própria tenderam a fracassar no mundo inteiro, levando os trabalhadores ou para a informalidade ou para o desemprego novamente. Diante dessa constatação, Singer apresenta a tese de que para o sucesso da empresa microeconômica no combate ao desemprego ela teria que se inserir em um setor econômico próprio, criado e desenvolvido pelo poder público e outras entidades, que se caracterizasse pela solidariedade entre seus membros, sendo esta solidariedade entendida como relações econômicas (compra, venda, etc) mútuas entre os seus participantes<sup>31</sup> (SINGER, 1996).

---

<sup>31</sup> Em grandes traços, a proposta *singerista* para a econômica solidária estava já colocada neste artigo. Mais adiante teremos a oportunidade de retornarmos às suas teses.

Além da importante participação desses três intelectuais na formação do campo da economia solidária no Brasil, merecem destaque ainda os pesquisadores da UNESP/Marília que fundaram, em 1996, um grupo de pesquisa nesta área denominado “Organizações e Democracia”: Neusa Dal Ri e Candido Vieitez. O grupo de pesquisa articulado por eles em associação com demais professores/pesquisadores de outras instituições de ensino superior permitiu um salto necessário para a organização de boa parte do setor adepto da economia solidária no Brasil.

Afora as participações individuais das referidas personalidades a partir de suas trajetórias políticas e acadêmicas que foram responsáveis pelo nascimento de práticas consideradas econômico-solidárias no Brasil, a sua realização como fenômeno social hoje só foi possível também porque houve, preliminarmente, um contexto material que o detonou.

Assim, a criação do conceito, inicialmente no Chile no início dos anos 80 e sua posterior difusão para alguns países latino-americanos ainda nesse decênio, além da sua consolidação no Brasil a partir da década de 90 relaciona-se, de maneira insofismável, ao ajuste neoliberal (e suas consequências) no subcontinente.

Não coincidentemente, o termo e as primeiras práticas consideradas de economia solidária nasceram no país que inaugurou as experiências neoliberais no mundo e só chegam com mais força no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1990 em função da maior radicalização dessa política econômica no país no mesmo período. Aqui, os governos de Collor de Melo e, principalmente de Fernando Henrique Cardoso, deram início a um realinhamento produtivo, comercial e financeiro do Brasil de acordo com os interesses do grande capital internacional e de corporações estrangeiras, adotando uma agenda premente de reformas comerciais liberalizantes e privatizantes “sugeridas” pelas conclusões do Consenso de Washington<sup>32</sup>. Os efeitos da adoção de tal receituário foram sentidos internamente

---

<sup>32</sup> Dá-se, informalmente, esse nome às conclusões da reunião organizada por um importante instituto de economia internacional e acontecida em Washington (EUA), em novembro de 1989, entre funcionários do governo estadunidense e dos organismos financeiros internacionais ali sediados (FMI, Banco Mundial e BID) com economistas latino-americanos. O objetivo da reunião era realizar um balanço das reformas econômicas liberalizantes que foram ou estavam sendo realizadas nos países da América Latina. Embora tenha sido de caráter acadêmico e não deliberativo, o encontro teve um caráter político e simbólico mais importante que muitas reuniões oficiais uma vez que suas conclusões serviram como orientadoras para a efetivação e aprofundamento das transformações

sob a forma de inflação econômica, de irrisório crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), desemprego e crescimento dos níveis de pobreza. Por conta da competitividade internacional, as indústrias foram constrangidas a elaborarem mudanças técnicas na produção e na gestão causando repercussões nas relações contratuais de trabalho e forçando modificações na legislação trabalhista e social que prejudicaram ainda mais os trabalhadores brasileiros, reverberando também na forma de intervenção estatal, adequando o funcionamento da máquina pública à nova realidade social. Esse conjunto de transformações aprofundou a inserção do Brasil de forma dependente e subordinada na economia mundial, contribuindo para colocar a taxa de desemprego do país no índice mais elevado da sua história<sup>33</sup>.

Foi nesse contexto que ocorreu um movimento ascendente de institucionalização das proposições teóricas acerca dessa temática no país. A formação de grupos de pesquisa e de incubadoras de cooperativas populares nas principais universidades públicas do país, a realização de eventos acadêmicos de abrangência nacional, a aproximação de movimentos sociais e do movimento sindical com a temática, e, permitido por tudo isso, o alinhamento interinstitucional de experiências nessa questão, contribuíram para a decantação teórica das reflexões sobre o tema, dando mais homogeneidade no trato intelectual e político da questão. O ponto alto de desenvolvimento desse momento foi, segundo a maior parte da militância, a formação da SENAES, que como já se disse, permitiu um padrão mínimo de referência para o tratamento da economia solidária no país.

Na esteira das formulações sobre a economia solidária feitas pela SENAES, encontramos a definição de que ela seria:

uma resposta importante dos trabalhadores e das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. São milhares de organizações coletivas, organizadas sob forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, 2006. p.7)

Nesse sentido, como resposta aos efeitos da crise capitalista das últimas décadas, a economia solidária se configura como sendo formada por

---

neoliberais nos países da região. BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. [S.l.: s.n.], 1994.

<sup>33</sup> Conforme POCHMANN, Márcio. Desempregados no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 59-73.

empreendimentos econômicos alternativos de sobrevivência para grupos sociais em situação de desemprego ou precariedade salarial e de renda, realizados sob a forma de cooperativas, empresas autogestionadas, associações e complexos cooperativos que atuam à margem da economia de mercado. Todavia, para que estes ainda se definam como realizações concernentes à economia solidária é preciso que eles se caracterizem como sendo atividades econômicas marcadas pela cooperação, pela autogestão, pela viabilidade econômica e pela solidariedade (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, 2006). Mesmo nessa delimitada perspectiva, uma grande quantidade de práticas diferenciadas são enquadradas sob o domínio da economia solidária para o governo: trabalhadores que constroem suas casas por meio de mutirão, uma pequena cooperativa de artesãos ou uma grande empresa cooperativa, clubes de trocas, banco de crédito cooperativo, fábricas falidas e que foram recuperadas pelos trabalhadores, associações de diversos tipos, micro-empresas geridas coletivamente, etc.

A partir dessa caracterização não seria exagero dizer, em outros termos, que as atividades que caracterizam a economia solidária são as respostas que os trabalhadores precarizados e/ou desempregados são forçados a buscarem (autonomamente ou com auxílio de outras entidades, como igrejas, sindicatos, movimentos sociais ou o próprio Estado), fora da opção do assalariamento formal, para tentarem mitigar sua situação de pobreza num cenário de recessão econômica. Essas práticas nasceram, não por iniciativa ideológica, mas porque os seus sujeitos foram empurrados à elas como uma alternativa de garantir as condições materiais de existência. Posteriormente é que se “descobriram” os valores solidários que os motivava ou apareceram a teorização e a politização sobre eles. Contudo, apesar da característica assistencialista que marca boa parte dessas ações, em alguns discursos que estão próximos ao governo aparece a ideia de que as experiências em economia solidária seriam “embriões de novas formas de organização da economia e da sociedade” (DOMINGUES; TEIXEIRA, 2007) ou até mesmo o novo modo de produção socialista (SINGER, 2002).

Entretanto, não deixa de ser estranho pensar que a economia solidária seria o início de uma transformação substantiva na sociedade capitalista em direção à outra sociabilidade, como querem muitos dos seus teóricos, uma vez que ela é incentivada por empresas privadas, por governos de distintos matizes políticos e até

por organismos internacionais como a ONU, fato que certamente já serviria para colocar em questionamento o seu caráter de reformador deste modo de produção.

Embora desde o início do movimento que atualmente se aglutina sob esta expressão existissem diferenças concernentes à sistematização teórica e prática (e ainda hoje algumas ainda permaneçam), conjecturamos explicar que essas dessemelhanças significam variações dentro de um mesmo padrão. Isso pelo menos para o contexto latino-americano. No campo da produção intelectual, exceção deve ser feita a um grupo de autores brasileiros (Candido Vieitez, Cláudio Nascimento, Lia Tiriba, Maurício Sardá de Faria, Neusa Dal Ri e Henrique Novaes) que procura interpretar a economia solidária a partir da noção histórica de autogestão socialista da totalidade da vida social, valorizando, portanto, os empreendimentos solidários pela sua possibilidade de crítica radical e superação do capitalismo.

No entanto, apesar dessa variante de autores identificados com o socialismo autogestionário, prepondera uma convergência político-ideológica entre as reflexões dos primeiros autores que teorizaram a economia solidária. Parte significativa dos pioneiros nessa temática no continente, ou foram ou são militantes da Igreja Católica, adeptos de uma visão cristã e reformista do marxismo, porém não leninista e/ou não trotskista, e, muito em função disso, próximos ou orgânicos da teologia da libertação.

Luis Razeto Migliaro chegou a cursar seminário apostólico na intenção de se formar sacerdote. Embora tenha abandonado os estudos sacerdotais, ele continuou na militância política, apoiando o governo Allende e se filiando (por um curto período) ao Partido Comunista Chileno a partir dos ideais católicos, sem enxergar nisso contradição alguma, conforme relata em seu sítio na *web*<sup>34</sup>. O próprio grupo que, junto com ele, forneceu as primeiras pistas para sua conclusão a respeito da “nova racionalidade econômica” que emergia no Chile dos anos 70/80 foi formado também no interior do catolicismo.

Marcos Arruda, por sua vez, também foi criado em reduto católico e, assim como seu companheiro de ideias chileno, também chegou a cursar seminário para se formar padre e também abandonou os estudos antes de se tornar sacerdote. Durante a ditadura civil-militar brasileira, foi militante da Juventude Universitária

---

<sup>34</sup> Conforme já se disse, Razeto Migliaro mantém um sítio *on line* com seus escritos acadêmicos. Em uma área denominada “*Una presentación (muy) personal de mis escritos*” encontra-se uma autodescrição de seu itinerário de vida pública e uma introdução biográfica de suas teorias.

Católica, e, por conta disso, foi perseguido, preso e torturado. A sua ida a trabalho para a Nicarágua pós-revolução sandinista (esta também com forte participação de setores católicos) se deu mediante a vinculação com a igreja Católica, sobretudo pela proximidade com os intelectuais da teologia da libertação (LECHAT, 2004).

A trajetória intelectual e política de Gaiger foi também marcada pela presença do catolicismo. A sua juventude foi especialmente determinada pela militância em uma entidade de atuação local no Rio Grande do Sul chamada Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA) (LECHAT, 2004). A partir desse movimento, ele pode entrar em contato com a Pastoral da Terra e com os movimentos sociais de luta pela terra que cresciam na década de 80. A própria UNISINOS, que abrigou e abriga parte da intelectualidade que conformou e difundiu a economia solidária no Brasil, é igualmente uma instituição com forte presença de sacerdotes e leigos vinculados à teologia da libertação.

Além disso, a Cáritas, vinculada à CNBB, foi outra instituição que deu aportes significativos para o estabelecimento da economia solidária no Brasil.

Da mesma forma, já é sabido o forte influxo recebido dos setores à esquerda da Igreja Católica no sindicalismo cutista desde o seu início. Vicente Paulo da Silva (o Vicentinho), que obteve mandato de presidente da CUT durante os anos 1990, foi formado pela pastoral operária e continuou sendo militante católico (BOITO Jr., 1999, p. 210).

Uma boa argumentação para explicar a importância dessa parcela da igreja Católica na aceitação, formulação e divulgação da economia solidária no Brasil provém da análise que Maciel (2010) faz da Teologia da Libertação e sua importância para a concepção ideológica do PT. A nosso ver, a ascendência de tal movimento também pode ser aplicada para o entendimento da difusão da economia solidária no país e da América Latina. Segundo o autor, a Teologia da Libertação fundiu a crítica marxista do capitalismo e a defesa da auto-organização de trabalhadores com o comunitarismo cristão e a perspectiva messiânica da salvação, fundamentando um tipo de ação política baseada na organização popular e na autonomia diante do Estado. No entanto, para Maciel, essa concepção (chamada por ele de anti-estatólatria) provém de uma concepção liberal que opõe Estado e sociedade civil, sendo este entendido como um pólo vocacionado para a defesa da democracia e para a satisfação das necessidades dos pobres e oprimidos e aquele como autoritário e corrupto, sob comando militar. Essa visão fez da igreja Católica

uma instituição que zelasse para manter sua autonomia diante do Estado e pelo direito de prestar serviços sociais (educação, saúde, assistência social, etc.) de maneira para-estatal. Assim, segundo as idéias do autor, essa atitude tradicional de prestar serviços sociais de maneira paralela ou subsidiária do Estado serviu para combinar com as privatizações dos serviços sociais públicos trazidas pelo neoliberalismo da década de 90. O que faz todo sentido se formos pensar a prática que diversas entidades ligadas à igreja Católica (inclusive a CUT) desenvolveram nessa época, arrogando a si a tarefa de executar as políticas relegadas pelo Estado.

Já Singer, por ser de outra geração e por sua origem judia, obviamente não poderia ter recebido influência do catolicismo e da teologia da libertação na sua formação política. Aliás, um fator determinante para suas escolhas pela economia solidária foram as influências recebidas por outros militantes de base política católica<sup>35</sup>. Não obstante, Singer guarda com relação à linhagem predominante da economia solidária no contexto latino-americano a opção pelas teses políticas da esquerda não-marxista (ele foi militante socialista desde a juventude nos anos 40 e 50, mas não aderiu ao comunismo dos Partidos Comunistas).

Contudo, apesar do conceito de economia solidária ter florescido pioneiramente no solo histórico-social determinado da América Latina dos anos 80 e 90, o continente europeu também forneceu e continua a abastecer o campo teórico e conceitual da economia solidária mundialmente. Mesmo que as efemérides econômicas e políticas que permitiram o seu nascimento aqui não tenham se repetido com o mesmo grau na Europa, intelectuais e experiências do velho continente servem de referência para a organização do movimento no novo mundo.

Esse é particularmente o caso francês. O conceito de economia solidária teria se desenvolvido na França no início da década de 1990 por Jean-Louis Laville e Bernard Eme em um centro de pesquisa intitulado CRIDA (*Centre de Recherches et d'Informatio sur la Démocratie et l'Autonomie*) (FRANÇA FILHO, 2004; LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004). Hersent *apud* Nunes (2009) vai trazer a informação que o movimento da economia solidária no país começou a se organizar em torno do *Inter-Réseaux de l'Economie Solidaire* – Ires (Inter-redes de Economia Solidária) em 1995. Segundo a concepção dominante no cenário intelectual francês, a emergência

---

<sup>35</sup> Lechat (2002) destaca que apesar da maior notoriedade de Paul Singer, “são Gaiger e Arruda que tentam influenciá-lo e modificar-lhe certas posturas teóricas” (LECHAT, 2002, p. 164-165)

do conceito estaria ligada à “exclusão social” crescente no contexto de crise do Estado-Providência (FRANÇA FILHO, 2004). Esse tipo de economia apresentaria uma outra lógica, diferente tanto do mercado capitalista quanto do Estado. Para esses autores, a economia solidária, portanto, seria uma iniciativa da própria sociedade civil (no sentido dado pela noção de “terceiro setor”) para tratar dos problemas sociais. Uma diferença em relação à concepção européia, particularmente francesa, de economia solidária, assenta na seguinte distinção: conquanto lá as atividades econômico-solidárias assumiram claramente sua natureza filantrópica e assistencial diante do desmonte do Estado de Bem-Estar Social, no continente latino-americano, sobretudo no Brasil, a economia solidária assumiu ares de luta anticapitalista e antineoliberal, pelo menos no discurso, buscando construir “eticamente” um tipo de socialismo misturado com valores do empreendedorismo neoliberal.

### 3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

A aproximação da economia solidária com o movimento sindical brasileiro passou a ocorrer quando alguns sindicatos da CUT começaram a tomar partido na causa das fábricas recuperadas por trabalhadores que passou a ocorrer nos limites territoriais de suas bases. Na intenção imediata de resguardar os empregos, grupos organizados de operários lançavam-se à aventura da recuperação de fábricas em processo falimentar que estavam se tornando uma realidade cada vez mais presente nos parques industriais brasileiros nos anos 90 e, sobretudo, na região do ABCD.

A abertura comercial promovida pelos governos neoliberais desse período provocou uma verdadeira maré de falências entre empresas brasileiras que não puderam se adaptar à voracidade da competição internacional. A recuperação dessas empresas pelos próprios trabalhadores sob a forma predominante de cooperativas autogeridas abriu o caminho para que no ambiente urbano/industrial do país firmasse o que posteriormente se chamou de economia solidária, fazendo com que sindicatos operários e centrais sindicais como a CUT comessem a se apresentar como sujeitos importantes no desenvolvimento dessa proposta.

Sem embargo, é preciso dizer que essa conjuntura não forçou unicamente a CUT a assumir o cooperativismo, de maneira específica, e o sindicalismo cidadão, mais genericamente, como estratégia para resguardar os empregos e as rendas dos trabalhadores. A Força Sindical também entrou ativamente nessa seara, organizando microempreendimentos cooperativos e serviços sociais aos seus filiados, como crédito cooperativo e habitação popular, além de prestar assistência à crianças ex-moradoras de rua e a demais empobrecidos sob a forma de restaurantes comunitários e centros de atendimento aos desempregados (FIGUEIREDO FILHO; SOUZA, 2012). Apesar da relevância dessas informações, nosso propósito aqui é a relação da economia solidária com a CUT e não as aprofundaremos.

Diante desse cenário, a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) ganhou papel de destaque. Nascida no olho do furacão do movimento das fábricas recuperadas, ela foi umas das principais entidades que contribuíram na conformação do campo da economia solidária no país. Em função do seu pioneirismo no encaminhamento da proposta e, em função também do nascimento do movimento que ela representa estar intimamente ligado à setores importantes do sindicalismo cutista, resgatar a história de sua fundação, bem como os elementos políticos que a determinaram e os caminhos pelos quais o movimento seguiu são fundamentais para melhor compreender a proposta de economia solidária da própria CUT.

Embora o Brasil já tivesse um histórico de experiências de autogestão proporcionadas pelo movimento operário de extração anarquista desde o início da sua industrialização, o fim dos anos 1980 e o início dos anos 1990 assistem uma nova onda de práticas produtivas auto-organizativas dos trabalhadores que, apesar de guardarem certas analogias com o passado, foram rapidamente associadas ao novo projeto político da economia solidária. Os primeiros casos mais representativos da atualizada proposta autogestionária podem ser encontrados no exemplo das falências da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá (CBCA), situada na importante cidade mineradora de Criciúma, em Santa Catarina e da Remington (indústria de máquinas de escrever), na cidade do Rio de Janeiro. Para Faria (2005), o que de comum houve nessas experiências foi a

intensa luta coletiva e ativa levada a cabo pelos trabalhadores e pelos respectivos sindicatos, primeiro para garantir o pagamento dos salários [...] e, em seguida, para manter as empresas em funcionamento (FARIA, 2005, p. 284)<sup>36</sup>.

A despeito das contradições que são inerentes a este tipo de experimento (dificuldades em manter o sistema de organização horizontal de gestão em face de uma longa cultura de organização hierárquica e autoritária, emprego de meios para intensificação do trabalho para aumentar a produtividade e mantê-la viável economicamente, etc.) o principal mérito de casos como estes reside em ter colocado para os próprios trabalhadores a perspectiva de alterar as relações de propriedade a seu favor e no caráter potencialmente educador (do ponto de vista político) que isso poderia ter resultado.

Mas enquanto esses dois experimentos começam a tatear uma maior articulação entre eles com a ajuda das Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), simultaneamente ocorria em São Paulo o nascimento da ANTEAG, que desde então passou a aglutinar e fomentar nacionalmente o fenômeno das fábricas recuperadas e associá-las ao campo da economia solidária.

Um marco disparador do seu surgimento e do surgimento também de um influxo maior do associativismo de trabalhadores do setor industrial no país vai estar relacionado à iminência do fechamento das portas da empresa calçadista Makerli, na cidade de Franca, interior do Estado de São Paulo, em 1991.

A fábrica estava passando por um ameaçador estado de falência nesse período, até que os operários da empresa, auxiliados pelo Sindicato dos Sapateiros de Franca, tomaram a iniciativa de reativarem a produção sob a forma de autogestão. Inspirados pelo caso da Remington, os trabalhadores se articularam em torno de uma associação de funcionários para conseguirem comprar a indústria.

---

<sup>36</sup> Em 1987, os trabalhadores da CBCA constroem uma ferrenha luta contra a empresa na tentativa de reaver salários atrasados e direitos trabalhistas. Quando a empresa torna-se massa-falida, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma vira o seu síndico, reabrindo-a. Em 1997 ela se transforma em cooperativa – a Cooperminas – , geridas pelos trabalhadores. Com informações de Faria (2005, p. 315). Para maiores informações sobre os casos da CBCA e da Remington, vide, respectivamente: FANTIM, Márcia. *Os significados e experiências de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC nas malhas das relações de poder*. Florianópolis, 1992. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina e ALBUQUERQUE, A. N. *A memória dos trabalhadores metalúrgicos do Rio de Janeiro na perspectiva da autogestão: o caso Remington*. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social) - UNIRIO.

Mesmo diante de uma primeira negativa do Banespa (Banco do Estado de São Paulo) em liberar crédito para tal fim (fato que levou os trabalhadores a realizarem uma ocupação nas dependências do banco em Franca), eles conseguiram o financiamento para adquirirem os meios de produção da empresa para continuarem tocando a produção. Assessorados pelo DIEESE, pelo sindicato da categoria, especialmente por Jorge Luiz Martins<sup>37</sup>, representante dos sapateiros na CUT Nacional, pela Secretaria de Formação do Sindicato dos Químicos de São Paulo e por quadros do movimento sindical (como Aparecido Faria) deu-se início a recuperação da empresa sob a modalidade organizativa de cooperativa. O sucesso desse empreendimento se tornou, logo em sequência, uma referência importante para a instituição da ANTEAG.

Outra informação interessante que ajuda no enriquecimento das informações relativas ao caso da Makerli diz respeito ao fato de que três dos dirigentes do Sindicato dos Químicos que contribuíram na construção nesse processo foram exilados políticos do Brasil no Chile, fugindo da perseguição da ditadura militar brasileira. É o caso do mais célebre assessor da ANTEAG, Aparecido Faria, que, após uma militância clandestina nas fábricas do ABC através da igreja católica, parte para o Chile em 1968 onde entra em contato com as experiências do cooperativismo do país na época de Salvador Allende. Ficando no Chile até o golpe de Estado, ele segue para a Suécia onde estuda economia e administração e toma conhecimento acerca dos fundos acionários sindicais, que posteriormente servirão de inspiração para a proposta da ANTEAG (CARVALHO, 2012; FERRAZ, 2005).

Um dado digno de atenção no caso da recuperação da Makerli refere-se a sua inspiração no método importado dos EUA de participação acionária dos trabalhadores denominado *Employee Stock Ownership Plan* (ESOP) ou, em tradução livre, Plano de Participação/Propriedade Acionária dos Empregados. Muito difundido nos EUA, os ESOP's podem ser considerados, na apreciação correta de Bernardo (1997, p. 124), um:

---

<sup>37</sup> Tempos mais tarde, nos anos 2000, Jorge Luis Martins foi o candidato da esquerda da CUT à sua presidência. Mesmo sendo petista de filiação, ele foi o representante das diversas tendências radicalmente opositoras da Articulação, dentre elas o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), próxima politicamente ao PSTU.

sistema mediante o qual os sindicatos se encarregam de convencer os trabalhadores a aceitar limitações salariais, ou a perda de quaisquer regalias, e em troca disso os trabalhadores recebem a propriedade nominal de ações, depositadas num fundo administrado, parcial ou totalmente, por representantes sindicais.

Nascido com uma inspiração antissocialista, o ESOP concentra-se em distribuir propriedades de capital entre parcela da população (e dos empregados de uma determinada empresa) com o intuito de se evitar as lutas sociais. De acordo com Storch *apud* Faria (2005), o ESOP “não pressupõe necessariamente transformações radicais nas estruturas econômicas e política da sociedade, e é plenamente viável em contextos capitalistas” (p. 301). Aliás, melhorando o argumento, podemos mesmo dizer que o ESOP não é somente “*viável* em contextos capitalistas”, mas, é uma própria forma específica de manutenção do capitalismo. Como nos auxilia Faria (2005), o modelo proposto pelo ESOP americano quanto as práticas de participação, não constituem, evidentemente, uma autogestão por parte dos trabalhadores. Por mais que se anuncie o contrário disto, o poder de decisão ficaria só secundariamente nas mãos dos trabalhadores porque estaria prioritariamente sob controle dos gestores das ações, que seriam os dirigentes sindicais e os administradores do fundo. Nesse sentido, seriam os sindicatos (ou os grupos organizados de trabalhadores) que participariam desses planos que se transformariam em gestores do capital da empresa, de modo a favorecer o próprio capital e não os trabalhadores (FARIA, 2005).

O recurso à participação acionária dos trabalhadores nas empresas não ficou restrito somente ao contexto estadunidense ou ao das fábricas recuperadas pela ANTEAG no Brasil. Embora com particularidades evidentes se comparado aos casos acima, diversos sindicatos no país no início dos anos 1990 defenderam, segundo Boito Jr. (1999), a privatização de empresas estatais por meio do estímulo aos funcionários para comprarem ações das empresas leiloadas, instigados pelas centrais sindicais às quais eram filiados, inclusive por um sindicato da base da CUT. Foi assim no caso da Usiminas em Ipatinga/MG, da CSN em Volta Redonda/RJ, da Cosipa em Santos/SP e da Açominas em Ouro Branco/MG. Todas estas siderúrgicas privatizadas entre 1991 e 1993 tinham na direção do seu sindicato grupos ou direções inteiras entregues à influência da Força Sindical. Sob o comando da CUT estava o sindicato que representava os trabalhadores da Acesita, de

Timóteo/MG, e que também apoiou a privatização pelos mesmos meios, justificando-a, porém, com o argumento do propositivismo. Fato é que os sindicatos da Força Sindical conseguiram obter nesses leilões entre 10 e 20% das ações para os trabalhadores das siderúrgicas, além de terem conseguido também que eles pagassem pelas ações um preço menor que o mínimo praticado e de terem obtido financiamento especial pelo BNDES para a sua compra (BOITO JR, 1999).

Nota-se, contudo, que o estímulo a estes casos de participação acionária era uma estratégia recomendada pelo próprio Banco Mundial aos governos neoliberais da América Latina com o fim de anular as possíveis resistências operárias às desestatizações (BOITO JR., 1999, p. 187). De nossa parte, acreditamos que não se tratava somente de um subterfúgio para convencer trabalhadores a fim de se evitar o embate político, mas, sobretudo, de uma necessidade do capitalismo do fim do século de preparar o terreno na direção da financeirização da economia nacional, condição *sine qua non* para o desenvolvimento do neoliberalismo.

Ainda assim, a proposta de participação autogestionária para a sustentação da Makerli teve inicialmente uma influência claramente anticapitalista, distinguindo-as, pelo menos no plano ideológico, das iniciativas relatadas logo acima. A despeito disso, na execução prática deste caso, algumas limitações concretas (conjunturais e estruturais), mas por determinadas escolhas políticas também, fizeram com que a autogestão na Makerli acabasse por reproduzir certas contradições típicas de empreendimentos capitalistas. Por exemplo, a queda da produção continuou a implicar em demissão de trabalhadores, a hierarquia interna dos tempos da empresa, assim como a prática do cartão-ponto foram mantidas, além de ter-se mantido também as práticas convencionais de gestão, inclusive com a implantação de modelos baseados no paradigma da Qualidade Total. Todas estas questões fizeram Faria (2005, p. 291), mencionar que a experiência de recuperação desta empresa significou a “recriação do capital” em uma fábrica de trabalhadores.

Apesar das incoerências, foi o experimento desta indústria de calçados que deu o principal ensejo para a criação em nível nacional da uma entidade para impulsionar o principal movimento brasileiro de trabalhadores de fábricas recuperadas e associá-lo às práticas econômicas solidárias. Para Faria (2005), a importância do caso Makerli para o novo tipo de associativismo que nasceu no Brasil de então e que contribuiu para a consolidação do fenômeno da economia solidária, não se deveu, nem ao pioneirismo da proposta, já que antes dela já havia existido

outras, e nem ao avanço de democracia direta no espaço da produção, uma vez que estes nasceram bastante limitados. Para o autor, o grande mérito da experiência da Makerli na luta pela manutenção dos postos de trabalho deve-se, no quadro de agravamento da crise econômica e do desemprego naquele momento, ao fato de ter mobilizado diversos atores sociais para a sua realização e porque isso resultou diretamente na origem de uma instituição como a ANTEAG (FARIA, 2005, p. 290).

Para os nossos estudos, acrescentamos que a significância do caso Makerli deve-se ao fato de que, a partir dele, o movimento sindical cutista, e, em especial, sua faceta operária, deu início à trajetória de envolvimento direto com as práticas da economia solidária, tendo culminado, logo na sequência, no desenvolvimento de seus organismos próprios para o fomento de tal proposta, como a ADS, a ECOSOL e a UNISOL. A aproximação desde o início de dirigentes sindicais cutistas com o movimento das fábricas recuperadas abarcadas pela ANTEAG acabou forçando a CUT a disputar no CODEFAT o orçamento de programas governamentais disponíveis para esse fim, como o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), criado em 1994, que se destinava a conceder crédito para pequenos empreendimentos, para trabalhadores formais e informais e para cooperativas. No bojo das discussões sobre uma forma de intervir (a partir da sua perspectiva cidadã) nas políticas de emprego e renda dentro da sua concepção de Sistema Público de Emprego, a CUT inicialmente disputou esses recursos no CODEFAT, posteriormente transferiu o centro prioritário dessa disputa para as comissões estaduais e municipais de emprego ligadas à este conselho para, na sequência, propor, ela mesma, a formação profissional de modo a capacitar seus conselheiros para participarem destas comissões. Os passos seguintes foram a assunção, por sua conta própria, de cursos de formação profissional e de criação das entidades que fomentassem diretamente a economia solidária.

É nesse sentido também que o caso do nascimento da ANTEAG é importante para entender o processo de envolvimento da CUT nessa discussão. Com o início do processo de recuperação de fábricas falidas e com o horizonte de esperança para os trabalhadores de garantia de emprego e renda que essas novas experiências prometiam, os dirigentes mais próximos desses ensaios (sobretudo ao da Makerli) começaram a organizar e expandir o modelo de autogestão para diversas fábricas falidas ou em processo falimentar pelo Brasil. Assim é que, na intenção de fortalecer pela união o movimento que ali se iniciou, seus animadores

promoveram a criação de uma entidade nacional de representação e assessoria para esse tipo de empreendimento.

Com a participação de 11 projetos e experiências autogestionárias que estavam em curso, foi organizado em fevereiro de 1994 o I Encontro dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão, oportunidade onde se fundou a ANTEAG. A sua fundação contou ainda com a participação de dirigentes técnicos e sindicais envolvidos com a recuperação da Makerli, com o apoio do DIEESE, de intelectuais como Paul Singer e Herbert de Souza<sup>38</sup>, de ex-dirigentes do Sindicato dos Químicos de São Paulo e do fundo de greve da Associação Comunitária de São Bernardo do Campo (CARVALHO, 2012; FARIA, 2005; SINGER, 2002).

Conforme relata Faria (2005), nesse período de constituição, a entidade chegou a elaborar os seus objetivos sob a forma de três pontos, que, colocados em posição de análise, são reveladores das relações sociais ambíguas no interior de seu modelo de autogestão.

Esses objetivos são:

1º Amenizar o problema social. O objetivo social primordial do projeto de autogestão é recuperar parcialmente a mão-de-obra desempregada. Consequentemente, este objetivo não significa 'fazer caridade' e sim buscar o compromisso das pessoas em relação a um trabalho de inteligência coletiva/social.

2º Um segundo objetivo é mostrar à sociedade em geral e ao patronato em particular que os trabalhadores são capazes, responsáveis e inteligentes. [...] O grande objetivo da autogestão é mostrar que os trabalhadores são capazes e competentes para administrar suas empresas com transparência, democracia e responsabilidade.

3º Um terceiro objetivo é ser lucrativo. Os trabalhadores vão usufruir coletivamente do lucro e dar-lhe uma destinação social/coletiva. Para isso os projetos produtivos têm que ser viáveis econômica/financeiramente (ANTEAG *apud* FARIA, 2005, p. 302-303).

Faria chama à atenção nesta lista de objetivos a proposta de “equacionar a posse coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores com a assimilação simultânea dos critérios de eficácia do capital” (FARIA, 2005, p. 303). Segundo ele,

---

<sup>38</sup> Herbert de Souza, o Betinho, foi o responsável por envolver a ANTEAG nos projetos do Ministério do Trabalho ainda no governo de Itamar Franco e posteriormente durante o primeiro mandato de FHC. O resultado desse contato foi, por meio da intermediação da UFRJ e da Rede UNITRABALHO, a criação do curso de formação para dirigentes de empresas recuperadas chamado *Master of Business Administration* (MBA), que preparava para fazer a empresa atuar no mercado (com cursos sobre o mercado, marketing, etc.). Paul Singer, por sua vez, foi um dos principais animadores dessas experiências desde o início e um dos seus principais propagandistas. Com informações de Carvalho (2012) e Faria (2005).

há uma contradição manifesta nessa intenção, pois não seria possível que uma produção organizada coletivamente e de maneira autogestionária (na perspectiva da emancipação social, acrescentamos) se baseasse pelos mesmos critérios de eficácia de um empreendimento privado e voltado para a busca incessante do lucro<sup>39</sup>.

É verdade também que tampouco acreditamos que meramente a existência de um conjunto de fábricas recuperadas em um único país, sem articulações com outros movimentos sociais e internacionalistas e concorrendo por mercados com empreendimentos privados capitalistas, pudesse significar, por si só, o momento de véspera da supressão do capitalismo e o início da construção de um novo modo de produção, muito embora as experiências históricas revolucionárias ou pré-revolucionárias tenham mostrado que isso é um passo importante nessa direção. Acontece, no entanto, que, desde o início, os caminhos que levaram à construção da ANTEAG não apontavam para a possibilidade de fazer com que as lutas das fábricas recuperadas extrapolassem os limites da mera auto-organização produtiva pelos trabalhadores. Isso significa dizer que a motivação da ANTEAG era lutar por melhorias no campo econômico (o que não é pouco, nem desimportante), porém sem levar adiante também a imprescindível luta política. Assim, interpretamos que a luta econômica em si mesma não só não seria suficiente para estancar os ataques capitalistas aos direitos e aos empregos, como se tornou também mais um instrumento de exploração capitalista, como lembra Faria (2005) ao dizer que o modelo das fábricas recuperadas transformava os trabalhadores em exploradores de si mesmos uma vez que buscam maximizar a própria mais-valia (FARIA, 2005, p. 304). A citação a seguir consegue sintetizar o que estamos dizendo a esse respeito:

A autogestão da Anteag não pretende inscrever-se na trajetória histórica das lutas sociais no Brasil, o que poderia representar uma contribuição importante na medida em que recoloca o problema da luta dos trabalhadores pelo controle dos meios de produção como uma condição fundamental para a realização do socialismo. Ora, não é isso que se pretendeu com a criação da Anteag como consultoria para projetos de recuperação de empresas. O que se buscou foi aproveitar a oportunidade aberta pela crise do capitalismo e pela quebra de empresas para desenvolver um modelo de recuperação de fábricas que não vai muito além da propriedade coletiva dos meios de produção. Com isso, o modelo da Anteag circunscreve a autogestão aos critérios técnicos formais de

---

<sup>39</sup> Importa ainda lembrar que a ANTEAG se tornara uma entidade filiada a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), mais importante órgão das cooperativas agrárias capitalistas do país.

participação dos trabalhadores na gestão do processo de trabalho (FARIA, 2005, p. 305-306).

Ainda que hoje ela se encontre em uma verdadeira crise existencial, já que não mais dispõe de recursos financeiros, pessoal e tão pouco de sede própria (CARVALHO, 2012, p. 110), ela teve crescimento exponencial a partir do seu nascimento. Um ano após sua fundação, em maio de 1995, ela já estava envolvida em 28 projetos e experiências de autogestão (RODRIGUES, 1995) e em 2002 ela articulava 265 empreendimentos com 35 mil trabalhadores no Brasil todo (CRUZ, 2002). O ápice de suas atividades se deu quando firmou convênios com governos estaduais e municipais na virada do milênio para fomentar as atividades enquadradas no rótulo da economia solidária. Para exemplificar, com o governo do Estado do Rio Grande do Sul liderado por Olívio Dutra, a ANTEAG firmou parcerias para desenvolver a recuperação de empresas e cooperativas; com a gestão municipal de Marta Suplicy em São Paulo, foi estabelecido acordo no intuito de fomentar pequenos negócios e de auxiliar trabalhadores autônomos (FARIA, 2005).

Nesse ínterim, é preciso observar que o nascimento das propostas autogestionárias da ANTEAG acaba por coincidir com a entrada no Brasil dos debates próprios da economia solidária, sendo, ao mesmo tempo, por ele influenciado, mas, sobretudo, nele influenciador. Tanto é assim que a entidade esteve entre as mais proeminentes na conformação desse campo, participando do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, que posteriormente foi responsável por depurar as suas definições no âmbito das primeiras edições do Fórum Social Mundial e por emplacar a economia solidária no governo Lula por meio da SENAES.

### 3.2.1 Dos Metalúrgicos do ABC a CUT Nacional, da autogestão ao cooperativismo econômico solidário

Como se viu, uma das práticas que contribuíram para marcar o estabelecimento da economia solidária no ambiente urbano brasileiro teve origem no processo de recuperação de fábricas sob a forma de cooperativas, onde a formação da ANTEAG se configurou com um caso exemplar. Ademais, o ponto de partida para

envolvimento da CUT nessa temática também se iniciara aí, já que parte dos trabalhadores destas empresas que inauguraram o debate sobre associativismo autogestionário localizava-se na base dos sindicatos cutistas, o que forçou estes sindicatos a cercarem-se a respeito do assunto. Nesse sentido, não foi sem razão que alguns dos principais nomes desse momento foram de quadros oriundos do movimento cutista. Não obstante, isso que chamamos de envolvimento cutista com as origens da economia solidária, havia se dado nesse momento ainda de maneira marginal, pois, no que tange as deliberações oficiais da estrutura da Central, até aquele momento não havia nenhuma discussão ou deliberação a respeito da matéria. Até o seu congresso de 1997 (o VI CONCUR), o debate sobre economia solidária inexistia no seu interior e as únicas menções às cooperativas resumiam-se a defender as cooperativas de crédito já existentes para a agricultura familiar e a criticar àquelas organizadoras de mão-de-obra, denunciando seu caráter prejudicial aos direitos dos trabalhadores e funcional à acumulação privada.

O investimento mais direto – aquele que abriu os caminhos para adoção desse debate na CUT Nacional, fornecendo as suas formulações programáticas iniciais – se apresentou pela primeira vez no núcleo político mais importante do sindicalismo cutista: o ramo dos metalúrgicos do ABC. Com uma história recente prenhe de propostas experimentais no que tange negociações coletivas e relações de trabalho, o sindicato dos metalúrgicos dessa região é considerado um dos principais expoentes (e formuladores) do sindicalismo propositivo e do sindicato cidadão que tomou conta da CUT na sequência (GALVÃO, 2012).

Atingidos pelo desemprego na década de 1990, que fez sua base diminuir de 203.111 trabalhadores em 1987 para 120.681, em 1996<sup>40</sup> (RODRIGUES, 1998), a diretoria do sindicato passou a conviver proximamente com o fenômeno da recuperação de fábricas sob a forma de cooperativas de produção que se tornaram uma realidade que não poderia ser ignorada.

Nesse sentido, cumpre saber que a partir de 1995 a temática da autogestão começou a tomar seu lugar nos eventos e congressos dos metalúrgicos da CUT. Faria (2005) e Parra (2003) lembram que tanto na Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT), quanto no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a

---

<sup>40</sup> Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (DIEESE/SEADE) para a região metropolitana de São Paulo mostram que entre 1994 e 1999 o desemprego variou de 14,2% para 19,3% (GALVÃO, 2012b).

matéria foi alvo de discussões que encaminharam propostas sobre como enfrentar politicamente essa nova dimensão da vida sindical.

Como podemos ver em Faria (2005), nesse mesmo contexto, no ano de 1996, a CUT Nacional, através da sua Secretaria Nacional de Formação e da Secretaria de Organização Sindical, organizou um seminário intitulado “Empresas Autogestionárias e Cooperativas: alternativas ao desemprego?” que contou com a presença de Jorge Luiz Martins, um dos fundadores da ANTEAG e diretor da CUT, de Aparecido Faria, também da ANTEAG, de Adalberto Martins, vinculado às cooperativas do MST, de Paul Singer e de Cláudio Nascimento, formador sindical da CNM e que se tornou um principais formuladores da proposta de economia solidária da CUT (FARIA, 2005, p. 332).

Para Ferraz (2005), que também cita o relatório *A formação e os desafios da CUT. Caderno 4 – Autogestão e cooperativismo* extraído deste seminário, parte da preocupação nesse momento estava em torno de questões jurídicas acerca dos direitos dos trabalhadores. A CUT apontava a necessidade de se tomar cuidado com o risco de fraude ao conceito legal de contrato de trabalho e recomendava que se acionasse a justiça caso houvesse problemas com os contratos de trabalho de “falsas” cooperativas, àquelas que utilizavam da forma jurídica de cooperativa para burlar a legislação trabalhista. Na sequência, dentre o que foi proposto para encarar o fenômeno, estava que a CUT deveria organizar um Grupo de Trabalho sobre o assunto e verificar a possibilidade jurídica que trabalhadores em cooperativas do ramo metalúrgico pudessem se filiar ao sindicato da categoria.

De mais a mais, um passo importante para a assunção da pauta do cooperativismo típico da economia solidária pelo sindicalismo se deu quando o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e com o Sindicato dos Químicos (o mesmo sindicato que forneceu os quadros para a consolidação da ANTEAG), criaram, em 1999, a central de cooperativas UNISOL (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo) com o objetivo de “reunir as cooperativas constituídas no estado de São Paulo com a finalidade de obter unidade de ação visando ao seu fortalecimento, bem como ao desenvolvimento socioeconômico de seus membros” (ODA *apud* FARIA, 2005, p. 323). No ato da sua fundação, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC já tinha participado da fundação de onze cooperativas, e, dentre elas, das quatro

cooperativas que resultaram da falência da Conforja, uma importante forjaria de Diadema, São Paulo<sup>41</sup>.

Nesse sentido, na visão do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a grande motivação para a sua participação nessa nova modalidade de intervenção política se justificava pela necessidade de fazer com que o cooperativismo pudesse servir de alternativa para resguardar empregos, mantendo postos de trabalho ou até estimulando outros, e, conseqüentemente garantindo os rendimentos dos trabalhadores. Acompanhando este movimento, fez-se necessário por parte da entidade dar uma cobertura ideológica a essa sua dimensão nova de ação, usando do ardil de que esta atitude podia ser inserida na tradição do movimento operário da Europa ocidental (sobretudo inglês) da primeira metade do século XIX, onde o movimento cooperativista e o movimento sindicalista atuaram conjuntamente na obtenção de êxitos para proletariado industrial<sup>42</sup>. Deste modo seria necessário um trabalho de incentivo ao cooperativismo “autêntico” e ao mesmo tempo combater o “falso” cooperativismo<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> O caso da recuperação da Conforja sob a forma cooperativa é bastante emblemático. Utilizado como exemplo de sucesso da proposta cutista para solucionar o problema do desemprego (SINGER, 2002; UNISOL/Brasil, 2014), ela pode ser considerada também como referência sobre como as cooperativas podem facilmente converterem-se em unidades capitalistas comuns, em completa oposição aos princípios que intentam atingir. Considerada uma empresa falida em 1998, porém desde 1995 em processo de cogestão (forma de gestão compartilhada entre proprietários e trabalhadores), a recuperação da empresa contou inicialmente com a assessoria da ANTEAG e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Entre 1997 e 1999 são fundadas quatro cooperativas internas à empresa para tocarem a produção. Com a falência definitiva da empresa, os trabalhadores criaram uma única cooperativa, a Uniforja, que até hoje é a responsável por suas atividades (SINGER, 2002; ODA, 2001; FARIA, 2005). Faria (2005), coloca um elemento importante para a reflexão a respeito desse quadro: “Ao que parece, a criação das cooperativas sem dúvida que manteve a grande maioria dos postos de trabalhos, mas também ajudou os proprietários na resolução do problema da falência da empresa, pois eliminou os débitos trabalhistas, garantiu um rendimento mensal para o pagamento das dívidas contraídas e manteve inclusive uma renda para o proprietário na condição de assessor dos novos negócios” (FARIA, 2005, p. 330). Ainda segundo informações desse autor, no ano da sua tese, a Uniforja contava com 260 trabalhadores cooperados e 230 trabalhadores assalariados. Perguntamos: isso não fere o princípio de igualdade do cooperativismo?

<sup>42</sup> Sobre o “ardil” desse argumento, aprofundaremos essa discussão adiante.

<sup>43</sup> “Trata-se de selar a união entre o sindicalismo cutista e o cooperativismo autêntico. Existem princípios comuns entre o sindicalismo e o cooperativismo que devem ser resgatados, como o da participação igualitária e o da autogestão democrática”. In: *Os sindicatos de trabalhadores e a UNISOL*, 14 de junho de 2000, Disponível em: <[http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id\\_CON=382&id\\_SUB=78](http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=382&id_SUB=78)>. Acesso em: 23 set. /2014. Ou ainda: “Há alguns anos, reagindo ao desmonte de muitas de nossas indústrias e ao desemprego conseqüente, o movimento sindical cutista começou a experimentar também aqui na região este novo tipo de organização do trabalho baseado no cooperativismo. O cooperativismo autêntico é da

O nascimento da UNISOL esteve voltado inicialmente para que ela funcionasse como uma central de cooperativas na aglutinação das práticas em curso no estado de São Paulo, mas principalmente no ABC. Ela serviria como entidade dedicada fundamentalmente ao auxílio técnico, jurídico e político às cooperativas já existentes, buscando ainda coadunar os interesses econômicos entre elas e também facilitar a criação de outras cooperativas.

Assim, ela se propunha a:

- Estimular o debate sobre os aspectos jurídicos e legais, apontando as necessidades de alterações na legislação, através de articulações políticas e da participação de atores brasileiros e de outros países e do encaminhamento de propostas para o Congresso Nacional;
- Propiciar a criação de uma estrutura jurídica para o suporte às cooperativas já existentes e para o apoio à criação de novas cooperativas;
- . Assessorar prefeituras para a constituição de cooperativas populares, a exemplo do que ocorre em Santo André, onde acompanhamos 12 cooperativas, com cerca de 500 trabalhadores. E em São Paulo, onde iniciamos neste ano trabalho semelhante.
- Estimular a criação de uma estrutura que possibilite a eficiência dos sistemas produtivos, administrativos e contábeis;
- Criar competências na área comercial e de marketing, dando melhores condições de mercado na aquisição de matérias-primas e incremento das vendas dos produtos e serviços gerados pelos seus associados;
- Promover a formação e treinamento dos cooperados, contando também com consultores qualificados para dar suporte às cooperativas quando necessário;
- Estabelecer formas para a contribuição financeira mensal dos associados da UNISOL Cooperativas, para o custeio da associação (ODA; SECOLI, 2002, p. 14-15).

Logo na sequência, a CUT Nacional, utilizando de sua ampla estrutura, auxiliou a UNISOL na expansão dos seus trabalhos, difundindo nacionalmente as experiências gestadas no âmbito do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, como foi o que aconteceu no caso da falência da fábrica de botões Diamantina, em Curitiba, no Paraná. Nesse exemplo, quando do início do seu processo de recuperação, a ajuda aos seus trabalhadores estava sendo feita pela ANTEAG, no entanto, mediada pela ADS e pela CUT Paraná, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC mais a UNISOL

---

*essência da ação solidária e é base da ação sindical.*” In: Cooperativismo no ABC, 18 de julho de 2000. Disponível em: <[http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id\\_CON=658&id\\_SUB=78](http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=658&id_SUB=78)>. Acesso em: 23 set. 2014.

forneceram um aporte financeiro a título de empréstimo no valor 130 mil reais para que a produção da fábrica, já sob gestão cooperativada, pudesse ser retomada<sup>44</sup>.

Os horizontes da UNISOL continuaram a se desenvolver até que em 2004 ela entra em processo de transformação, passando de ser uma entidade com atuação apenas local, para uma entidade que atuaria em todo o território brasileiro. Assim, na sequência, ela acabou por consolidar-se em 2012 como uma verdadeira central nacional promotora do cooperativismo e da economia solidária, modificando a sua denominação para Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil – UNISOL/Brasil. Os objetivos explícitos no seu estatuto rezam que sua razão de ser é reunir entidades, empresas coletivas constituídas por trabalhadores e por pessoas jurídicas (que respeitem o seu estatuto) com a intenção de promover a melhoria sócio-econômica efetiva de seus integrantes, garantindo-lhes trabalho e renda com dignidade<sup>45</sup>.

Um fato que nos chama a atenção é que, conquanto a ANTEAG encontra-se hoje à míngua, não sendo a sombra do que representou para o movimento da economia solidária no país do fim dos anos 1990, a UNISOL/Brasil, sua contemporânea e de certo modo “rival” no que toca a orientação do movimento, encontra-se ainda em pleno vigor na execução de suas atividades. Para se ter uma ideia, hoje ela conta com 750 entidades filiadas (UNISOL/Brasil, 2014). Além disso, em janeiro de 2014, ela participou, junto com outras duas centrais representativas da Economia Solidária, a Unicafes (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária) e a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), para fundar a Unicopas (União Nacional das Cooperativas Solidárias) com a intenção de ser uma alternativa nacional à OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) na representação oficial do movimento cooperativista identificado com a economia solidária.

Correndo o risco de cometer alguma imprecisão analítica, conjecturamos explicar que, em larga medida, essa energia que vemos nas atividades levadas a

---

<sup>44</sup> Com informações de DOMINGUES, Maria Luiza. *Empresa falida: resistência dos trabalhadores e autogestão a partir da criação de uma cooperativa*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, Curitiba, 2009, 165 p.. Para o conhecimento desse caso, ainda tivemos a oportunidade conversar com essa pesquisadora em um encontro sindical de professores.

<sup>45</sup> Conforme Estatuto da UNISOL/Brasil (2012).

cabo pela UNISOL/Brasil poderiam ser explicadas pela sua proximidade com o núcleo principal do poder nos sucessivos governos do PT no executivo federal. Não precisa lembrar que ela nasceu no berço do “novo” sindicalismo e do próprio PT, o que talvez tenha favorecido o seu crescimento quando este partido assumiu o comando em Brasília. Como mostra disso, lembramos que até hoje o estatuto da UNISOL/Brasil obriga que dentre os membros da sua executiva, um seja indicado pela CUT. De outro modo, quando da realização do ato fundante da Unicopas, estavam presentes, o Secretário Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e o Ministro do Desenvolvimento Agrário na época, Pepe Vargas, representando a parceria oficial do poder executivo federal com a entidade (UNISOL/Brasil, 2014). Destarte, o vigor que mantém a UNISOL/Brasil atuante, em comparação com a crise vivenciada pela ANTEAG, poderia ser atribuído à facilidade de apoio, contatos e financiamento (como os recebidos do BNDES, Fundação Banco do Brasil e SEBRAE) que as proximidades com o poder permitem.

De outro modo, enquanto os ventos estavam sendo favoráveis para o desenvolvimento da experiência própria em economia solidária dos metalúrgicos do ABC no fim da década de 1990, corria também em paralelo – e motivado pelas discussões assumidas pelo Sindicato – os debates para que a CUT Nacional também assumisse como suas as tarefas de organizar, amparar e difundir a autogestão das fábricas recuperadas e, logo mais, a própria economia solidária na sua noção mais geral.

Na CUT Nacional, a formação profissional funcionou como porta de entrada para o tema da economia solidária. É o que podemos ler na publicação do GT Economia Solidária *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT* (1999), quando lá se diz: “O projeto ADS/CUT está articulado com os projetos de formação profissional da CUT, financiados por recursos públicos do FAT” (CUT, 1999, p. 64). E não poderia ter sido diferente, já que desde quando os recursos provenientes do FAT anunciaram a possibilidade de um novo patamar de atuação da CUT, a temática da formação começou a se tornar onipresente no interior da Central e coube a Secretaria Nacional de Formação o papel de articular esse novo momento político da entidade. Não seria exagero dizer que para os dirigentes da CUT, a sua maior participação no CODEFAT representou o começo da realização da ideia de fazer da CUT uma formuladora de políticas para o desenvolvimento nacional – como já almejavam as resoluções do IV e do V CONCUR. Com os abundantes recursos

provenientes do FAT, a entidade passou a elaborar e executar, por sua própria conta e de acordo com sua visão de mundo, o seu projeto para o Brasil.

Assim, no âmbito das discussões da 9ª Plenária (1999) a respeito das intervenções propositivas da CUT no sentido de ser uma formuladora e executora de políticas nacionais, mas, mais especificamente no combate ao desemprego via qualificação profissional e criação de um Sistema Público de Emprego, as discussões a respeito das fábricas recuperadas e sua forma de gestão começaram a ser encampadas no bojo mais geral da economia solidária.

A partir de 1999 um clima de grande otimismo tomou conta da direção da entidade<sup>46</sup>. Com o aporte do dinheiro vindo do FAT<sup>47</sup> para a realização da formação profissional, a Secretaria Nacional de Formação da CUT se reformulou profundamente para executar os programas na área, convertendo-se em uma das principais pastas da entidade, tornando-se responsável por desenvolver toda a reflexão e estratégia política da CUT para os anos seguintes, estabelecendo-se, mais do que nunca, como o cérebro da central. Tendo tal grau de importância, não causa surpresa o fato de que a corrente Articulação teve o predomínio absoluto na gestão da pasta desde 1986.

Assim, com as exigências de racionalização e planejamento que o novo momento requeria, a SNF passou a concentrar-se na melhor definição da ação sindical e do projeto político da CUT. Como parte do início desse ciclo de reestruturação da PNF, a Central realizou entre os dias 14 e 17 de dezembro de 1998, na cidade de Natal, a 13ª edição do Encontro Nacional de Formação da CUT (ENAFOR). Segundo faz saber as resoluções do evento reunidas sob a publicação *Diretrizes e estratégia da Política Nacional de Formação 1999/2000*, ele foi realizado com a intenção de fazer uma avaliação da PNF no período de começo da formação profissional via Projeto Integrar (organizado pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT) e, a partir disso, apontar os próximos passos para a melhoria

---

<sup>46</sup>Basta ver os documentos produzidos pela SNF durante este período. Só para citar um: “O debate realizado neste Encontro Nacional de Formação – ENAFOR constatou que o Plano Nacional de Formação, desenvolvido nos últimos dois anos, apontou alguns avanços na Política Nacional de Formação – PNF, na medida em que potencializou uma série de ações rumo às transformações sociais e políticas condizentes com a tarefa histórica da CUT” (CUT, 2001, p. 07).

<sup>47</sup> Para o ano de 1999 o montante de recursos destinados à CUT para a qualificação profissional foi de 21 milhões de reais.

da Rede Nacional de Formação para os anos subsequentes, definindo também as estratégias, os eixos e os objetivos da formação cutista.

Um dos motes deste ENAFOR partiu da análise segundo a qual o sindicalismo contemporâneo viveria uma “crise paradigmática” em decorrência das mudanças no mundo do trabalho e do neoliberalismo e que a luta contra os efeitos disso teria que ser empreendida através da construção de alternativas no campo da geração de emprego e renda na perspectiva da economia solidária (CUT, 1999a, p. 08).

É nesse contexto que a Formação assumiria o papel central de qualificar dirigentes e lideranças sindicais para enfrentar esse cenário de mudanças, além de fazer da prática em educação profissional o principal veículo de intervenção da CUT nas propostas a respeito destas políticas de geração de emprego e renda (CORRÊA; TUMOLO, 2010, p. 268).

Nesse comenos, começaram a sair do papel as propostas relacionadas à economia solidária que a CUT Nacional, até então, só apalpava. O salto mais importante para a consolidação das ações relacionadas à economia solidária na CUT aconteceu após essa reestruturação pela qual passou a SNF. Após aprovado um novo convênio que a central submeteu ao Ministério do Trabalho para a execução da formação profissional, iniciou-se em 1999 a caminhada concreta da CUT em direção à consolidação de suas atividades no campo do cooperativismo e da economia solidária. As principais marcas distintivas desse momento são o Programa Integração e o programa Terra Solidária.

No mesmo sentido da análise conjuntural sobre os problemas sociais e econômicos que o país atravessava, estes programas nasceram para proporcionar formação para “trabalhadores desempregados, ou sob o risco de desemprego, agricultores familiares, trabalhadores autônomos, jovens em situação de risco social, dirigentes e assessores sindicais, gestores de políticas públicas e formadores” (CUT, 2000). Impulsionado pelo novo convênio, o Programa Integração foi desenvolvido pela própria Secretaria Nacional de Formação em parceria com universidades e instituições de pesquisa e implementado por 13 Confederações e Federações. Este programa era organizado em torno de quatro frentes. Eram elas:

- a) Educação, Emprego e Geração de Trabalho;
- b) Qualificação Profissional e Desenvolvimento Solidário;

- c) Processo Produtivo Formal e Desafios do Mundo Moderno; e
- d) Gestão e Sistema Público de Emprego (CUT, 2000, p. 22).

Em grande medida, a largada da CUT Nacional nesse rumo se deu motivada pela necessidade de conferir formação para os militantes e dirigentes envolvidos com as cooperativas e a recuperação de fábricas, iniciativas estas que estavam respaldadas pelos seminários organizados sobre o tema que diziam da necessidade de formação política e econômica sobre cooperativismo. Além das questões políticas que a CUT dizia fazer parte do conteúdo dos cursos que ela já oferecia, uma outra ordem de questões, mais práticas e econômicas, cumpria também ser atingida nesse momento: era preciso capacitação técnica para compreender melhor o mercado e a produção nos empreendimentos; fazia-se necessário fazer com que os ex-trabalhadores assalariados (agora cooperativados) entendessem de fornecedores, clientela, formação de preço, marketing, financiamento, tecnologia, etc. Em suma, passou a ser preciso que os trabalhadores tivessem, conhecimento sobre mercado, produção e distribuição em cooperativas e demais projeto de economia solidária.

Como é notável, a nova investida cutista colocou em funcionamento os planos de intervenção no combate ao desemprego por meio do oferecimento de cursos de qualificação e formação profissional que apontavam para o que começou a ser chamado pela Central de *desenvolvimento solidário e cidadania*. É o que podemos ver no eixo *Qualificação Profissional e Desenvolvimento Solidário*. Este esteve voltado para desenvolver e acompanhar alternativas de geração de emprego, trabalho e renda em todo o Brasil, além de ter ministrado formação e qualificação profissional para gestores em empreendimentos solidários e dirigentes sindicais. Além dos projetos de formação para a área da economia solidária no ambiente industrial presentes no Programa Integração, o Programa Terra Solidária desenvolvido pela Escola Sul da CUT junto com outras entidades ligadas aos trabalhadores rurais também se concentrou nesta temática, aprofundando-se no desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo rural (a única modalidade desta forma de organização econômica que aparecia nas suas resoluções congressuais de até então), incluindo-os, desta feita, no arco das atividades da economia solidária. Segundo a Central, o programa Terra Solidária voltou-se para atuar, entre outras coisas, no:

Desenvolvimento Sustentável e Solidário junto a agricultores familiares, voltado para os processos de cooperativizações e associativismo; (...) Formação e qualificação de lideranças para a implementação de estratégias regionais de DSS [Desenvolvimento Sustentável e Solidário]; Elaboração de projetos de Gestão Sustentável e Solidária; Formação de gestores e educadores em Qualificação Profissional e DSS (CUT, 2000, p. 23)

Como se vê, os programas acima citados representam a entrada da CUT Nacional no campo da execução de atividades práticas ligadas à economia solidária por meio dos cursos de formação. É importante dizer que, concomitantemente à aplicação dos cursos de formação na área da economia solidária, avançou-se no interior da CUT a ideia de que o tema da economia solidária deveria se dar através de uma entidade-fim criada exclusivamente para isso. É nesse cenário que no último mês de 1999 fundou-se a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS).

Institucionalmente, o caminho seguido para a criação percorreu o seguinte itinerário: a executiva nacional da CUT aprovou, no final de 1998, a criação de um Grupo de Trabalho para discutir uma política da CUT para a economia solidária. Sob a condução de Reginaldo Sales Magalhães, assessor da CUT Nacional e de Remígio Todeschini, tesoureiro da CUT Nacional, este GT organizou, entre julho e agosto de 1999, cinco seminários regionais em Belém, em Goiânia, em Recife, em São Paulo e em Florianópolis, que debateram a construção de uma ação estratégica da CUT na área da economia solidária. Segundo os documentos por nós analisados, o GT ainda organizou oficinas e intercâmbios no Brasil e no exterior para melhor conhecimento de experiências nesse domínio que já estavam em funcionamento. Para subsidiar teoricamente os trabalhos, o grupo produziu dois documentos: o *Projeto de Desenvolvimento Solidário e Desenvolvimento Sustentável e Solidário*, elaborado pela própria CUT em parceria com a ICCO (Organização Intereclesiástica para o Desenvolvimento, uma cooperativa holandesa comprometida com o empreendedorismo em países em desenvolvimento), com a Unitrabalho (Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho) e com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE) e o outro, chamado *Cooperativismo e Sindicatos*, elaborado por Paul Singer. Posteriormente à realização dos seminários regionais, o conteúdo destes documentos ganhou sistematização para que fosse utilizado no seminário nacional sobre o tema, acontecido em setembro do mesmo ano. Pouco depois, como decorrência de todo

esse processo, publicou-se o livreto já citado aqui de nome *Sindicalismo e Economia Solidária – reflexões sobre o projeto da CUT* (CUT, 1999c) que reúne as principais elaborações teóricas e conceituais justificadoras da entrada da Central nessa temática. O ponto culminante de todo esse enredo foi a realização, entre os dias 2 e 3 de dezembro de 1999, de um seminário internacional sobre economia solidária organizado pela CUT, conjuntamente com o DIEESE, a UNITRABALHO, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), e outras organizações da sociedade civil, resultando na criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS).

Partindo da constatação de que o mundo contemporâneo passava por “uma crise do trabalho” e “uma crise do sindicalismo”, a agência cutista para a economia solidária diz nascer para atuar no enfrentamento à elas, repensando novas formas de organização sindical que incluíssem também os trabalhadores fora do mercado formal (CUT, 1999c). Assim, segundo consta nas suas publicações, a ADS nasceu com o grande objetivo de “gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável” (CUT, 1999c, p. 61). Para tanto, ela teria como objetivos específicos:

- fomentar os valores da solidariedade na sociedade;
- facilitar e ampliar o acesso dos trabalhadores ao crédito;
- proporcionar a formação de agentes na construção da economia solidária e a formação profissional voltada para a ampliação da autonomia e da capacidade de gestão;
- construir novos conhecimentos no campo da economia solidária e realizar estudos que orientem na definição de estratégias e políticas da Agência;
- apoiar a criação e a viabilização de empreendimentos solidários;
- organizar redes de economia solidária articuladas a estratégias de desenvolvimento sustentável;
- ampliar o acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas, legislação e mercado;
- proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias (CUT, 1999c, p. 61-62).

É digna de atenção de nossa parte a extrema celeridade com que se deu a construção da agência. Apesar da delicadeza que o trato com o assunto exigia – posto que o envolvimento do sindicalismo com as práticas cooperativas e solidárias não eram consensuais no interior da entidade – cerca de um ano após o início efetivo dos debates organizados sobre o tema pela CUT, a ADS já estava pronta

para funcionar como uma entidade estreitamente vinculada à Central. É ainda mais curioso para a história da economia solidária na CUT o fato de que até o ano 2000, não havia qualquer menção à temática nas resoluções dos Congressos Nacionais da CUT, e as alusões que haviam ao cooperativismo resumiam-se a criticar àquele organizador de mão-de-obra e a defesa das cooperativas de crédito para a agricultura familiar. No campo das outras instâncias deliberativas, a 9ª Plenária já pode ser considerada uma (pequena) fronteira sobre o assunto. Esta plenária (realizada no mês de agosto do ano de constituição da ADS), embora fale sobre cooperativas urbanas de moradia e rurais (mas não as relacionando com o campo da economia solidária), afirma que a CUT ainda precisava aprofundar o debate sobre esse assunto. Mas não obstante, ela mesma apontou que “um importante passo da CUT deve ser o de articular, cada vez mais, as políticas e iniciativas da formação profissional às demais políticas e ações voltadas para a geração de emprego e renda, numa perspectiva social e solidária” (CUT, 1999, p.49). E de fato era o que ocorria na prática: enquanto se anunciava a necessidade de avançar no debate, a largada para o início dessa empreitada já havia sido dada e as experiências concretas (embora ainda pontuais) funcionavam com relativa fluidez.

Outrossim, com a instituição da ADS, ela se tornou a entidade da CUT Nacional que assumiu as tarefas de fomentar os experimentos da Central no campo da economia solidária. Nesse sentido, segundo os documentos oficiais, a política da ADS/CUT para a área deveria apontar na seguinte direção:

- a) organização da ADS com políticas de crédito, formação, pesquisa e incubação;
- b) formulação de propostas e a mobilização dos trabalhadores por uma nova legislação que regule e fiscalize as relações de trabalho nas cooperativas;
- c) formulação e a mobilização por políticas públicas para a Economia Solidária, como as políticas de crédito, tecnologia, política fiscal, políticas regionais e setoriais e abertura comercial;
- d) política de organização sindical para a incorporação dos trabalhadores cooperados na base sindical (CUT, 1999c, p. 22).

No *Relatório de atividades* da ADS (2000) estão listadas as ações desenvolvidas pela entidade no ano seguinte de sua fundação. De imediato, o que se nota nesse opúsculo é que todas as atividades estavam vinculadas à formação

cutista. Para se ter uma ideia, no que tange às ações voltadas ao Crédito para os empreendimentos econômico solidários, consta lá que a ADS desenvolveu um curso de cooperativismo em crédito visando fornecer informações básicas sobre o assunto com a intenção de instalar esse tipo de atividade nos anos subsequentes. Além disso, a ADS apostava ainda na criação de um sistema nacional próprio de crédito solidário<sup>48</sup>. Ainda na área da formação, a nova entidade cutista desenvolveu cursos de formação de dirigentes em economia solidária, curso de formação de formadores em economia solidária, curso de extensão em economia solidária e curso de gestão de empreendimentos econômico-solidários. O documento nos informa ainda que a ADS participava como parceira de incubadoras de empreendimentos econômico solidários ligadas à Unitrabalho e como assessora de outros empreendimentos, como a Usina Catende, em Pernambuco e a Cooperativa de Jovens do Sisal, na Bahia.

Todos estes cursos listados foram desenvolvidos por meio da SNF da CUT nas instâncias da sua rede de formação. Essas atividades aconteceram em consonância com o que havia sido aprovado pelo VII CONCUT (2000). As resoluções desse congresso falam da importância para a central de criar programas de educação e pesquisa em economia solidária tendo a intenção de formar “uma massa crítica capaz de produzir e multiplicar novos processos de desenvolvimento tendo por base a economia solidária e o cooperativismo autêntico” (CUT, 2000, p. 36).

Além destes, realizados nas instâncias da CUT, a parceria entre ADS e SNF da CUT também foi responsável pelo “Curso de Difusão Cultural em Economia Solidária e Desenvolvimento Local”, coordenado por Singer com apoio do departamento de psicologia das USP, em funcionamento a partir de 2002. Não

---

<sup>48</sup> Nos anos iniciais da ADS, o Sistema Cresol (um cooperativismo de crédito nascido no fim dos anos 90 e atuante entre agricultores familiares no sul do Brasil) era o seu principal parceiro. Em 2002 a CUT formaliza sua entidade própria para esse tipo de serviço: a ECOSOL – Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário, uma entidade que opera como uma central de cooperativas de crédito para financiar empreendimentos que funcionariam segundo a lógica solidária. A ECOSOL conta com o forte aporte financeiro da Cooperativa de Crédito dos Bancários, vinculada ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, entidade filiada à CUT. Mais informações, vide: BÚRIGO, Fábio Luiz. *Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. Florianópolis, 2006. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. UFSC.

entanto, o que mais nos chama a atenção nesse momento é a realização da parceria da ADS com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para a efetivação do que foi chamado de “fortalecimento de complexos cooperativos<sup>49</sup>” (ADS/CUT; SEBRAE, 2002).

Na visão das entidades parceiras, era preciso solucionar um dos maiores problemas encontrados em projetos de economia solidária: as condições de acesso aos mercados. Nesse sentido, seria preciso fortalecer um arranjo produtivo e um quadro institucional adequado para animar as produções locais e demais organizações que pudessem estabelecer parcerias com elas, como consumidores, outros empreendimentos e demais instituições. Assim, a parceria entre a ADS e o SEBRAE voltou-se para diagnosticar as condições dos empreendimentos e das suas formas de comercialização e para a realização de capacitação para eles com o fim de desenvolver estratégias de negócios e políticas de comercialização (ADS/CUT; SEBRAE, 2002).

Essa primeira parceria entre as duas entidades se desenvolveu entre fevereiro e julho de 2002, resultando na intervenção em cinco complexos cooperativos, nas áreas têxtil, agrícola e de reciclagem em diversos lugares do Brasil, como Ceará, Paraíba, Pernambuco e São Paulo. Como parte das causas que a ADS julga ter para motivar a ação junto com o SEBRAE, está o diagnóstico de que, especialmente, os pequenos empreendimentos têm dificuldades de vingar e prosperarem em razão de suas formas de gestão e por conta das complicações de acesso aos mercados, agravadas pela falta de incentivo ao setor. Ademais, como base nos resultados das primeiras intervenções nessas experiências, concluiu-se que o fortalecimento da economia solidária passava, sobretudo, pela necessidade de que os empreendimentos agregassem valor aos seus produtos e que fossem estimulados à competitividade para sua melhor inserção nos mercados (ADS/CUT; SEBRAE, 2002).

Outro dado relevante que merece destaque na história da formação da ADS relaciona-se à sua rarefeita ligação com as fábricas recuperadas. Como se viu, um marco da aproximação da CUT com a economia solidária foi a sua aproximação com

---

<sup>49</sup> Para a ADS, complexos cooperativos são “concentrações locais de empreendimentos autogestionários, com especialização setorial, e que atuam em estreita cooperação entre si, segundo princípios da economia solidária e articulados ao desenvolvimento local” (ADS/CUT; SEBRAE, 2002, p. 41).

o movimento das fábricas recuperadas, que pode ser exemplificada pela influência da ANTEAG na conformação das ações da UNISOL. Quando a CUT Nacional resolveu, por influência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, encampar a temática, ela o fez de maneira diferenciada, alargando o campo de atuação para todas as outras atividades enquadradas nas definições mais consensuais de economia solidária, em detrimento do movimento de recuperação de fábricas.

A despeito desse fato, a ideia que predominou a respeito do tema da economia solidária por parte da CUT entre 2000 e 2006 (data de seu 9º Concut), foi que sua construção deveria se dar por iniciativa da própria Central, por meio da sua entidade fim criada para tanto. Prova disso é que enquanto prevaleceu essa ideia dentro da CUT, a ADS funcionou na sede da CUT Nacional, no bairro do Brás, em São Paulo.

No contexto da virada do milênio, fazia-se necessário, segundo a argumentação da diretoria da CUT, o desenvolvimento de uma nova estratégia de enfrentamento com o neoliberalismo e uma nova proposta para a organização dos trabalhadores que incluísse a mobilização dos desempregados. Nesse sentido que o cooperativismo e os empreendimentos econômico-solidários foram alçados à condição de alternativas de luta para combater o desemprego e a precarização do trabalho.

Repetindo o argumento de que o cooperativismo e o sindicalismo seriam irmãos, pois que nascidos do mesmo movimento no início da industrialização na Europa, a Central, através do 7º Congresso Nacional, realizado no ano 2000, admitiu que a economia solidária tomou lugar na sua agenda como “alternativa de luta contra o desemprego e diálogo concreto com os desempregados e demais setores marginalizados pelas grandes cadeias produtivas” (CUT, 2000, p. 33), mas que ela seria algo mais que uma alternativa ao neoliberalismo, pois que poderia ser mesmo promotora de cidadania. E nesse sentido, ali se anunciou que a economia solidária deveria ser parte da estratégia das ações políticas da CUT de modo que ela se responsabilizaria por “construir uma economia solidária”. Nessa direção, ela lembrava que:

A implementação de políticas alternativas de mercado, por meio da formação de redes e de sistemas de comercialização direta, é indispensável à viabilização dos empreendimentos. A criação de um selo de produtos e serviços da economia solidária é uma estratégia de inserção desse segmento no mercado, articulado a mecanismos de estabelecimento de

critérios de organização e funcionamento dos empreendimentos (CUT, 2000, p. 33-34).

O 8º CONCURTO (2003) foi realizado no ano em que Lula assumiu a presidência da República. Com isso, em grande medida o PT pode levar ao Planalto as propostas dos movimentos em economia solidária do país. A instituição da SENAES sob a direção de Paul Singer representou em certo sentido a condensação das demandas destes movimentos. No congresso da CUT realizado nesse ano, a proposta para a economia solidária não apareceu mais como uma ação estratégica a ser desenvolvida exclusivamente pelas instâncias da própria Central (embora isso não tenha ficado explícito e ainda que coubesse a elas a tarefa de fomento), mas algo que deveria ser assumido pelo “projeto popular” do mandato do PT. Ao analisarmos essas resoluções, entendemos que para a Central, a economia solidária deveria, a partir de então, se articular às políticas de desenvolvimento econômico do próprio governo que seriam postas em funcionamento dali pra frente. Políticas de desenvolvimento estas que, baseadas no aumento do consumo interno, sobretudo das camadas de menor poder aquisitivo, por meio das facilidades de acesso ao crédito, poderiam ser facilmente associadas ao mercado de produtos oriundos dos projetos de economia solidária que tinham apoio da CUT através de sua Agência.

O mesmo tipo de leitura apareceu nos congressos seguintes. A 9ª edição do CONCURTO realizada em 2006 se deu no ápice do período de crescimento econômico que o país atravessou<sup>50</sup> na primeira década de 2000. A melhora do clima interno para negócios e empregos relacionada à esse crescimento fez com que a CUT organizasse uma seção de resoluções deste congresso para discutir as eleições gerais do ano e seu apoio à reeleição de Lula. Na sua plataforma de luta para impulsionar o segundo mandato presidencial do candidato do PT, a CUT propunha, entre outras coisas, foco no incentivo à produção e ao emprego, e dentro disso, no que tange à economia solidária, apresentava a proposta de criação de linhas de financiamento melhores para as cooperativas autênticas, a exemplo do que vinha

---

<sup>50</sup> Entre 2004 e 2006 o Produto Interno Bruto (PIB) do país chegou ao índice de 4,3%, puxado, principalmente pelo aumento da demanda chinesa por soja e minério de ferro num momento também de crescimento no preço das *commodities*. Conforme ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. *Novos Estudos CEBRA*, n..91, p. 23-52, nov. 2011.

fazendo na sua “rede” de cooperativas de crédito, além de uma nova regulamentação para elas (CUT, 2006, p. 10).

De fato, essa continuou a ser a tônica das preocupações com a economia solidária da CUT de então e também hodiernamente. A CUT Nacional abre mão das suas preocupações com a temática – embora a tivesse elegido como matéria estratégica em 2000 – para que a ADS a gerenciasse de maneira aparentemente independente da direção da Central. Com a retomada do emprego formal e o revigoramento em outros termos do papel político da CUT nos anos Lula<sup>51</sup>, as inquietações com a economia solidária realizadas pela Central passaram a ser atribuições praticamente exclusivas das entidades que foram criadas para isso, sem ter que passar pelas instâncias deliberativas da entidade ou por suas orientações políticas. Em cada CONCURTO passou a ser estabelecido um percentual de recursos da CUT Nacional para a ADS e assim, ela seria responsável por gerenciá-los, além de ter que buscar outras parcerias para se sustentar institucionalmente<sup>52</sup>. A aparente “autonomia” da ADS em relação à CUT se deveu a tamanha cristalização de uma visão de mundo relacionada ao papel da economia solidária no interior do movimento cutista que a agência pôde executar a agenda que lhe coubesse sem se preocupar com possíveis conflitos ideológicos que poderia haver sobre o tema.

Tanto é assim que nesse momento de “transição” entre a visão de que a economia solidária deveria ser levada a cabo de maneira estratégica pelas instâncias da CUT Nacional via ADS e a visão de que a Central tinha que cuidar da vida sindical e a ADS da economia solidária, independentemente da direção da entidade, ocorreu a transferência da sede da ADS. Se no momento anterior ela funcionava na sede da CUT Nacional, ela passou a ter uma sede própria, no bairro

---

<sup>51</sup> Sobre a retomada das mobilizações político-trabalhistas da CUT durante os anos 2000 vide: LADOSKY, M. H. G.; RAMALHO, J. R.; RODRIGUES, I. J. A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (Orgs.). *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 61-85.

<sup>52</sup> O que se sabe é que entre 2004 e 2007 a CUT e a ADS receberam, juntas, 26 milhões de reais da Petrobras por meio de convênios para a execução de serviços de “alfabetização”. A CUT desenvolvia nessa época o programa de alfabetização “Todas as Letras”. A ADS nunca teve programas dessa natureza. O mais próximo disso são os cursos de formação que ela desenvolve. A prestação de contas dessa parceria chamou a atenção do Tribunal de Contas da União que viu indícios de irregularidades no repasse dos recursos. O TCU então recomendou à aplicação de multa aos diretores da estatal. Conforme: *TCU investiga convênios da Petrobras com a CUT, Estado de São Paulo*, 26 de setembro de 2012.

Belém, em São Paulo. Isso de deveu não a um conflito interno entre a executiva da CUT, que ocupava os espaços da sede, e a coordenação da ADS, mas sim para não constranger os empresários que desejassem estabelecer parcerias sociais com a ADS por meio da economia solidária, mas que tinham algum conflito trabalhista com algum sindicato da CUT<sup>53</sup>.

Desse modo, a partir dessa pequena reorientação na forma de promover a economia solidária pela CUT em meados de 2000, a proposta prioritária acabou centralizando-se no estabelecimento de parcerias com entes públicos e privados na intenção de promover a sustentação dos projetos de economia solidária apoiados por ela. Um marco nesse sentido foi o *Programa Comércio Solidário* (também chamado *Conexão Solidária*<sup>54</sup>) desenvolvido pela ADS e patrocinado pela Petrobras a partir de 2008. Nesse ano, as entidades promotoras da economia solidária vinculadas à CUT (ADS/UNISOL/Brasil e ECOSOL) firmaram uma nova parceria com a Petrobras e contratando os serviços do DIEESE, para se efetivar um diagnóstico sobre a situação sócio-econômica dos empreendimentos econômico-solidários da base da ADS (que são também base da UNISOL/Brasil) e outros indicados pela estatal. Esse diagnóstico resultou no levantamento de informações a respeito de 166 empreendimentos econômico-solidários<sup>55</sup> apoiados pela ADS nas áreas de indústria, confecção, artesanato e reciclagem em 15 estados do Brasil. Os resultados desse levantamento foram usados no intuito de formar uma rede de comercialização que os mantivesse economicamente viáveis (financeiramente e socialmente), para isso, garantindo sustentação produtiva e acesso de seus produtos ao mercado. Alguns dos critérios axiológicos utilizados pelas entidades

---

<sup>53</sup> Algumas dessas informações também foram obtidas através do próprio Coordenador Geral da ADS e presidente do *Conexão Solidária*, Ari Aloraldo do Nascimento, em entrevista realizada com ele no dia 28 de agosto de 2013, nas dependências do Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo.

<sup>54</sup> Os resultados das pesquisas foram publicados no livro *Conexão Solidária: diagnóstico de empreendimentos solidários* (2011) financiado pelo BNDES.

<sup>55</sup> A definição de “empreendimentos econômico-solidários” vem da SENAES podem ser traduzidos do seguinte modo: são organizações coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, etc.) cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural e que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados; são organizações permanentes, implantados ou em processo de implementação; são organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário; são organizações singulares ou complexas, isto é, vão desde associações e sindicatos até complexos cooperativos e redes de empreendimentos (CONEXÃO SOLIDÁRIA, 2011).

para escolher quais empreendimentos seriam abarcados pelo projeto se escoraram nos princípios consensuais orientadores da economia solidária como um todo: solidariedade, democracia e autogestão.

Além dessa primeira parceria, a ADS também contratou uma outra empresa de pesquisa (Acerte Pesquisa e Comunicação) para fazer o levantamento sobre o potencial de mercado dos produtos da economia solidária junto a empresas privadas, estatais e grupos empresariais de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro sensíveis às práticas de Responsabilidade Social Empresarial.

O desenvolvimento do Conexão Solidária tem sido ainda hoje a preocupação central da ADS. No entanto, a ADS também tem realizado um papel de mediação entre os empreendimentos econômico-solidários e as instâncias de formação da CUT na intenção de capacitar os seus dirigentes com conhecimentos necessários ao sucesso econômico de suas atividades (precificação de produtos, controle de qualidade da produção, padronização de produtos, análise de mercado, desenvolvimento de novos produtos). Mas apesar disso, é o *Conexão Solidária* a atividade que mais tem caracterizado as ações contemporâneas da agência cutista.

Desse modo, o grande objetivo declarado desse projeto tem sido o de dar uma estrutura de suporte comercial dos produtos oriundos dos empreendimentos agregados à ADS. Os empreendimentos são pequenas cooperativas ou associações formadas por artesãos que desenvolvem sua produção utilizando os mais diversos materiais (palhas, tecidos, materiais reciclados, sisal, cerâmicas, algodão) ou que produzem ou processam alimentos (cachaças orgânicas, castanhas, geléias, sucos e mel), de pequenas cidades dos interiores do Brasil (Abaetetuba/PA, Messejana/CE, Mundo Novo/MS, Areial/PB, Campo de Santana/RN, Coronel Dias/PI, entre outras) ou de comunidades periféricas de algumas capitais (Salvador/BA, Betim/MG, Osasco/SP, Fortaleza/CE). A única exceção a essas características dominantes entre os empreendimentos apoiados pela ADS é a cooperativa Unipol, de Joinville/SC, oriunda do processo falimentar de uma indústria de polímeros.

A ADS e o Conexão Solidária têm trabalhado na direção de formar uma “carteira de clientes” institucionais nos grandes centros consumidores do Brasil (sobretudo na região Sul e Sudeste) para os produtores vindos dos seus associados, tanto para que as empresas os comercializem normalmente em grande escala nas suas gôndolas ou para que deles encomende determinados produtos para fins mais

específicos, como brindes corporativos ou itens de decoração. Algumas ações nesse sentido estão surtindo o efeito esperado, como é o caso de uma pequena associação de artesões da cidade de Cascavel/CE que fechou um contrato para fornecer cerâmicas decorativas à uma grande empresa brasileira de móveis e decoração, que, por sua vez, se utiliza disso para realizar a sua Responsabilidade Social Empresarial e assim fazer badalação em cima da ideia de que seria uma empresa privada organizada por princípios “éticos”, “solidários” e “ambiental e socialmente comprometidos”.

Por essas que a CUT, por meio da ADS, acaba se tornando uma espécie de instituição que conferiria um “selo” de qualidade atestador dos princípios éticos e solidários dos empreendimentos e, através do qual, as empresas que com eles fazem negócios, poderiam se promover.

Entretanto, essa estratégia da ADS com o Conexão Solidária ainda permite-nos trazer uma informação complementar e um questionamento quanto a natureza política e ideológica de seus intentos. Com a aproximação das mercadorias dessas pequenas unidades produtivas artesanais aos mercados consumidores, as instituições cutistas têm passado a incentivar que esses empreendimentos cooperativos e associativos se convertam em pequenas empresas privadas. Em conversa recente com uma assessora técnica da ADS, ela nos revelou que tem sido justamente essa a opção tomada pela agência a fim de facilitar os vínculos comerciais dos empreendimentos. Embora na época da pesquisa (2008) que resultou na publicação da obra *Conexão Solidária: diagnóstico de empreendimentos solidários* as atividades econômicas com esse perfil representassem menos de 2% do total de empreendimentos albergados pela ADS, estima-se que eles tenham uma tendência de crescimento dentro dessa porcentagem, já que, como nos foi dito, a formação de micro-empresas a partir de cooperativas e associações tem sido uma orientação da agência, em função de dificuldades burocráticas que obstaculizam a vida das cooperativas. Então, é-se possível manter os princípios de solidariedade, a democracia e a autogestão nas atividades econômicas solidárias quando estas passam a ser reguladas pelo mercado e/ou competem com os empreendimentos capitalistas convencionais? Embora sem querer resolvê-la, tentaremos trazer alguns aportes para essa questão no próximo capítulo.

## 4 AUTOGESTÃO, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

### 4.1 A BASE TEÓRICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ADS/CUT

A construção do conceito de economia solidária no interior da CUT contou com a colaboração de diversos militantes e pesquisadores na área. O segmento destacado da CUT responsável por desenvolver sua política para a economia solidária promoveu diversas discussões teóricas para chegar a orientação predominante que guiaria a fundação da ADS e o seu caminho político-ideológico dali em diante. O Grupo de Trabalho montado pela CUT e liderado por Reginaldo Magalhães e Remígio Todeschini conseguiu sintetizar as discussões desse período que antecedeu a fundação da ADS sob a forma de um documento que ainda hoje é referência central para se entender o projeto da CUT para o tema.

O documento publicado pela CUT em 1999 e intitulado *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT* além de ter apresentado as motivações da realidade objetiva que conduziram a Central por este caminho, de ter historiado o caminho percorrido no interior da entidade até chegar a formulação da ideia de construção de uma Agência para a economia solidária e de ter colocado questões políticas que precisariam ser levadas em conta para a efetivação do projeto, trouxe também as reflexões de importantes pesquisadores que militavam no assunto. Para formatar uma visão própria de economia solidária para a CUT, o referido documento apresentou os principais elementos das teorias de investigadores referencias no assunto, como Luiz Inácio Gaiger, Fernando Haddad e Paul Singer.

Embora Luiz Inácio Gaiger, como vimos, tenha sido um dos precursores do estudo em economia solidária no Brasil (e, ainda, hoje é tido como um dos principais nomes na área) e Fernando Haddad tenha dado algumas contribuições significativas para a produção de conhecimento na área em meados dos anos 90<sup>56</sup>, Paul Singer

---

<sup>56</sup> No afã dessa discussão no interior da CUT e do PT, Haddad foi um dos autores de um livro, publicado em 1998, chamado *Sindicatos, cooperativas e socialismo* (São Paulo, Perseu Abramo, 1998) que contribuiu com os debates na área. Embora ele não tenha produzido academicamente nada de muito mais relevante para os estudos do tema desde então, como prefeito da cidade de São Paulo desde 2013 ele tem sido sensíveis às algumas demandas do movimento em economia

foi (e ainda é), de longe, o principal emblema da economia solidária para a CUT e para o Brasil.

Militante socialista e sionista durante a sua juventude na década de 1940 e 1950, ele chegou a participar da construção de um *kibutz*<sup>57</sup> experimental na cidade de São Paulo. Além disso, Singer trabalhou como metalúrgico e foi um dos principais líderes da greve 300 mil que ocorreu em São Paulo em 1953. Estudou economia na USP a partir de 1956, onde também lecionou e obteve o título de doutor em Sociologia em 1966. Aposentado compulsoriamente pelo regime militar em 1969, Singer, não se exilou nem foi para a clandestinidade – com muitos de seus contemporâneos na universidade – mas permaneceu no Brasil, e, com a ajuda de outros professores, como José Arthur Gianotti e Fernando Henrique Cardoso, fundou o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). No período em que participou do CEBRAP como economista (1969-1988), Singer voltou a lecionar, só que dessa vez na PUC de São Paulo. Esse período é marcado por importantes contribuições acadêmicas suas para a compreensão da realidade social e econômica do país. Ele foi ainda fundador do PT, membro de sua primeira executiva nacional e um dos assessores de primeira hora da CUT<sup>58</sup>.

Com uma longa biografia política e acadêmica como essa, não é de se estranhar que ele tenha sido o principal sistematizar das propostas de economia solidária que animaram o debate no interior da CUT e seja também a principal

---

solidária do município. No final de setembro de 2014 ele sancionou a lei Nº 16.073 que desobrigava as cooperativas paulistas a se filiarem a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ou a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP). Uma lei anterior (nº 15.944/13) obrigava essa filiação para que as cooperativas pudessem participar de processos licitatórios da prefeitura. As cooperativas do campo da economia solidária criticavam essa compulsoriedade na filiação alegando que as instituições representantes do outro cooperativismo cobravam valores muito elevados que acabavam por inviabilizar a própria manutenção do empreendimento solidário.

<sup>57</sup> Segundo SANDRONI (1999), *kibutz* são as fazendas coletivas de Israel onde se pratica o regime de co-propriedade e cooperação mútua voluntária para a execução das atividades administrativas e produtivas. Nos *kibutzim*, alojamento, alimentação, berçários e educação elementar são fornecidos pelo próprio. Sua origem remonta ao início do século XX por influência das ideias socialistas dos imigrantes sionistas russos. Hoje em dia muitos são “organizações econômicas fortes, que incluem indústria de transformação”.

<sup>58</sup> Pela sua importância para a militância de esquerda no Brasil e para a economia solidária, Singer foi e continua sendo um entrevistado notável pelos que se interessam por estes temas (esquerdas políticas e economia solidária). Assim, as informações sistematizadas aqui sobre Singer foram colhidas em diversas situações em que ele mesmo se pronunciou através das perguntas de outros, especialmente em Lechat (2004); Oliveira (2003); Singer (2008) e Roda Viva (2012).

referência no tema no Brasil. Germer (2006) considera que Singer se destaca nesse meio intelectual por tentar teorizar a economia solidária a partir de alguns elementos da teoria marxista, como é exemplo, a utilização que faz da categoria “modo de produção”. Mas Germer considera igualmente que Singer costuma não precisar os fundamentos teóricos de suas teses e mesmo quando faz uso dos conceitos marxistas, ele não se atém ao “seu sentido original e sem chamar a atenção do leitor para o sentido alterado que lhes dá” (GERMER, 2006, p. 196)<sup>59</sup>.

Fato é que Singer tenta se posicionar como um pensador original na procura de repostas próprias aos problemas concretos da realidade social brasileira, fazendo questão de fugir de certos esquematismos simplistas que marcaram a perspectiva de parcela do marxismo no mundo e no Brasil, mas se apoiando também em várias referências marxistas para tanto. Singer empreende um esforço teórico de revisitar a história da organização dos trabalhadores em busca de um projeto próprio de sociedade, enxergando no cooperativismo do século XIX a economia solidária que marcaria essa busca hoje em dia. Não está em questão, portanto, que ele é uns dos principais formuladores de teoria sobre a economia solidária no Brasil de hoje, e, em grande medida, é também o responsável pela visão política que orienta as ações da SENAES, que são, em parte, tributárias das principais teses *singeristas*.

De outro modo, é difícil tentar fazer críticas ao núcleo duro das concepções de Singer sobre economia solidária sem querer parecer um iconoclasta, visto o extremo prestígio que ele goza no meio do movimento e das poucas críticas que existem no Brasil sobre ele. Essa relevância, contudo, não pode nos impedir de tentar também apontar o que acreditamos serem desacertos na sua análise ou que tentemos contribuir com uma reflexão diferenciada a respeito dos fenômenos abordados, principalmente a economia solidária, ou que ainda os avaliemos politicamente. Não é o objetivo dessa seção passar a limpo toda a produção teórica de Singer e tampouco teríamos condição de analisá-la aqui. O que nos propomos fazer a seguir é colocar em questionamento algumas das teses centrais desse autor

---

<sup>59</sup> É verdade, porém, que nem em Marx as categorias principais são, em todo o tempo, precisamente definidas. Vide a noção de “modo de produção”, por exemplo. Ela variou de sentido ao longo da sua obra e também na versão de marxistas ulteriores. Em grande medida, a versão que predominou no século XX esteve atrelada às concepções deterministas da II Internacional, posteriormente reafirmadas pelo *Comintern*. Para essa interpretação, a definição de “modo de produção” era àquela que Marx definiu no Prefácio da sua obra *Para a crítica da economia política*, de 1859.

trabalhadas em textos relativamente recentes e que servem aos propósitos de defesa da economia solidária, principalmente para a prática da CUT.

Ainda que Singer tenha produzido academicamente e militantemente desde os anos 1960, é somente a partir de meados dos anos 1990 que o temário da economia solidária começa a se assentar explicitamente na sua bibliografia<sup>60</sup>. Uma obra referencial que fundamentou posteriormente as suas teses sobre economia solidária é o livro *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Nela, Singer se propõe a discutir o socialismo a partir das experiências fracassadas da União Soviética e do “socialismo real”. Segundo ele, a falha na tentativa de construir o socialismo a partir do planejamento centralizado e estatização dos meios de produção fez com que necessário fosse revitalizar a ideia de que seria possível alcançar o “modo de produção” socialista a partir dos interstícios da “formação social” capitalista. Neste último conceito está colocado um dos argumentos centrais das teses de Singer. De acordo com ele, uma determinada “formação social”<sup>61</sup> comportaria uma quantidade diferentes de “modos de produção”. Assim, a formação social em que vivemos nos últimos 200 anos é capitalista porque o modo de produção predominante nela é o capitalista. Nesse sentido, o modo de produção capitalista se caracterizaria pela produção em empresas privadas, onde os proprietários comandam a produção objetivando o lucro. Os outros modos de produção na formação social capitalista seriam a *produção simples de mercadorias* (produtores independentes e donos dos meios de produção), a *produção pública* (estatal ou privada que oferece serviços gratuitamente), e a *produção cooperativa* (empresas que seriam propriedade dos trabalhadores) (SINGER, 1999, p. 137-138).

De acordo com o autor, os modos de produção operariam de maneira concomitante, trocando produtos entre si e também competindo. É a soma desses distintos modos de produção que formariam a infra-estrutura da formação social (uma ideia que ele toma emprestado de Marx). Um desdobramento importante dessas teses diz respeito ao fato que as transformações sociais, da passagem de uma formação social para outra, da hegemonização de um determinado modo de produção sobre os outros, se daria a partir de revoluções sociais, não de revoluções

---

<sup>60</sup> Apesar de dizer que escrevia sobre economia solidária mas sem saber que ela tinha esse nome.

<sup>61</sup> Em Marx, a expressão “formação social” foi utilizada no famoso “Prefácio” como sendo somente sinônimo de sociedade (MARX, 2005).

políticas, como, segundo seu ponto de vista, preconizaria o marxismo considerado tradicional.

Analisando a história do capitalismo a partir dessa ótica, Singer descreve que o modo de produção capitalista teria tido sua origem nos poros de outros modos de produção dominantes (do servil na Europa e no Japão, do escravista nas Américas e dos tributários na Ásia). Preocupado, sobretudo, com a constituição do capitalismo na Europa ocidental, particularmente na Inglaterra, Singer vai dizer que os monopólios criados pelas corporações de mestres provocaram o aparecimento de um grande número de pobres, marginalizados do tipo de produção dominante, que enxergaram numa espécie de assalariamento clandestino a única alternativa de sobrevivência. Com o passar do tempo, diz ele, os prejudicados pelo monopólio constituíram uma parcela significativa da sociedade, que, descontente com tal sistema, passou a se manifestar contrariamente à ele. Entretanto, continua ele:

os que passaram a se rebelar contra o regime dos monopólios não eram todos empresários capitalistas; junto a eles encontravam-se artesãos, mercadores, camponeses, terratenentes e trabalhadores assalariados e por conta própria (SINGER, 1999, p.30 ).

Porém, ainda segundo o autor, a burguesia capitalista era o grupo social portador da proposta capaz de, em princípio, atender aos interesses dos descontentes. Assim foi que o modo de produção capitalista se tornou majoritário dentro do feudalismo. A revolução industrial veio depois para completar a revolução capitalista que já havia se iniciado algum tempo antes e que continua se desenrolando sem cessar desde então<sup>62</sup> (SINGER, 1999).

Usando do mesmo paradigma, Singer se coloca a analisar também o que ele denomina de “revolução social socialista”. Essa revolução social teria nascido junto com a revolução social capitalista a partir das lutas de resistência da “classe operária” (aqui ele usa mais um conceito de origem marxista) aos avanços do modo de produção capitalista. Essa resistência teria se dado basicamente de três formas:

---

<sup>62</sup> Vale dizer que alguns dos argumentos que subsidiam a teoria de Singer não são tão inovadores assim. A análise que transformações sociais (e econômicas) antecipam as mudanças políticas já podem ser encontradas em Marx, e, desde então, começou a fazer parte do acervo de marxistas posteriores. Vide, por exemplo, a análise empreendida por Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* em que essa noção é exemplificada historicamente.

- a) Oposição ao industrialismo em si, em nome dos direitos adquiridos e dos fundamentos do antigo regime;
- b) Somando-se à luta pela democracia;
- c) Desenvolvimento de formas próprias, potencialmente anticapitalistas, como o sindicalismo e o cooperativismo. (SINGER, 1999, p.68).

E são justamente dessas últimas formas de resistência (sindicalismo e cooperativismo) que Singer se utiliza para pensar a superação da formação social capitalista pela formação social socialista, onde predominaria o modo de produção socialista. Nesse sentido, um dos argumentos mais persistentes de Singer sobre a necessidade de se construir cooperativas no capitalismo contemporâneo ou, mais genericamente falando, empreendimentos de economia solidária (como o próprio Singer retificou), assenta-se na importância histórica que eles tiveram na conquista de êxitos para a classe trabalhadora desde o início do capitalismo industrial. Para o nosso autor, as cooperativas e a economia solidária seriam “implantes” típicos do modo de produção socialista dentro da formação e do modo de produção dominante, o capitalista, e que, se fomentados, poderiam levar à transição (lenta e sem violência) para essa nova sociedade.

Para Singer, o movimento cooperativista do início da industrialização e o sindicalismo nascente teriam sido movimentos semelhantes desde o seu começo. “A interconexão ideológica e organizacional de sindicatos e cooperativas operárias era muito forte” (SINGER, 1999, p. 93), mas, principalmente entre as décadas de 20 e 30 do século XIX. Contudo, teria sido mais forte a influência dos ideais cooperativos (especialmente os do célebre socialista utópico Robert Owen) sobre o movimento sindical do que o contrário, fazendo com que este se apropriasse e reinterpretasse os ideais daquele. Nesse ínterim, para Singer, a luta econômica dos trabalhadores (como a sua organização sob a forma cooperativista) teria tido a primazia na conformação de suas estratégias de resistência ao modo de produção capitalista em detrimento da luta política, que, por sua vez, estava subordinado à primeira. Interpretamos nas teses de Singer que a própria origem dos sindicatos estaria relacionada, de certa forma, ao cooperativismo, posto que essa forma de união política teria nascido de demandas econômicas. Segundo o autor, a organização dos trabalhadores qualificados para oferecer a sua força de trabalho sob a forma de monopólio foi vital para enfrentar o poder econômico dos empregadores, à maneira como as cooperativas propriamente ditas fizeram depois.

É na esteira dessas reflexões que Singer vai se dedicar a compreender a importância do cooperativismo na construção do socialismo por dentro das entranhas do capitalismo já a partir das primeiras décadas do século XIX. Para tanto, ele elege as ideias de Robert Owen como a representação máxima da construção do novo modo de produção responsável pela revolução social.

Em breve descrição<sup>63</sup>, Robert Owen (1771-1858) foi um industrial galês que fez funcionar entre 1800 e 1824 em Glasgow, na Escócia, o complexo têxtil *New Lanark*, onde implantou benfeitorias completamente inovadoras para a época, como casas confortáveis para trabalhadores, escolas para os seus filhos, a impedição do trabalho infantil antes dos 10 anos de idade, a proibição de castigos físicos aos operários, a redução da jornada de trabalho e a criação de armazéns que forneciam alimentos e outras mercadorias a preço de custo. Por esse meio, Owen tentava mostrar que o lucro e a prosperidade econômica como um todo não teriam que necessariamente se dar em cima de péssimas condições de trabalho e de vida. Seria possível manter negócios e ao mesmo tempo pagar bons salários e dar boas condições de vida aos trabalhadores. Em 1825 ele mudou-se para o continente americano onde tentou criar, no México e nos EUA, colônias cooperativas (denominadas *New Harmony*) onde os pobres poderiam tornar-se produtores de riqueza em um ambiente socialmente favorável. Os experimentos em terras americanas não vingaram, então ele retornou à Inglaterra onde tentou restabelecer a sua ideia de fundar aldeias cooperativas. Criou em *Hampshire*, em 1832, unidades de produção cooperativa industrial e agrícola que tentaram abolir as transações intermediadas por dinheiro, mas fracassou novamente. Entretanto, as ideias de

---

<sup>63</sup> Para a biografia de Owen, consultamos: Engels (1986); Heilbroner (1996); Hobsbawm (1983); Sandroni (1999); Singer (1999); Singer (2002); Teixeira (2002); Owen entrou para o rol dos considerados socialistas utópicos a partir do *Manifesto Comunista* (1847/48), em que Marx e Engels classificaram as suas ideias e as suas práticas, assim como as Saint-Simon e Charles Fourier, como típicas do período incipiente da luta do proletariado contra burguesia. As ideias dele foram valorizadas pelos dois revolucionários por terem sido as primeiras formas de questionamento do modo de produção capitalista, porém criticadas pela sua impotência em provocar a sua transformação, dada, principalmente, pela não identificação do proletariado como sujeito histórico dessa transformação. Engels voltou os olhos para Owen novamente quando escreveu seu famoso opúsculo *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1880) onde relatou a importância e os limites das lutas e das concepções socialistas (de Owen incluídas, claro) que antecederam a criação do materialismo histórico dialético e a proposta científica para a revolução proletária.

Owen (também sintetizadas em textos<sup>64</sup>) inspiraram parcela significativa do movimento cooperativo da metade do século, especialmente na criação da cooperativa de consumo *Society of Equitable Pionners* (Sociedade dos Pioneiros Equitativos) em Rochdale, em 1844, considerada a “mãe” das cooperativas. A cooperativa de Rochdale foi fundada com uma significativa parcela de operários que seguiam os princípios owenistas e se tornou a principal referência para o movimento cooperativo mundial desde essa época até os dias de hoje, inspirando explicitamente os princípios da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), entidade de representação mundial do movimento, fundada em 1895 e que, no Brasil, tem como filiadas, tanto a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), quanto a UNISOL/Brasil.

Os princípios da cooperativa de Rochdale foram estabelecidos sob a forma de estatuto, reunindo em um único documento diversas regras que já haviam sido tentadas em outras iniciativas. De acordo com Schneider (1999) elas podem ser assim sintetizados: democracia (expresso pela máxima “um homem, um voto”), livre adesão, livre saída, compras e vendas à vista, juro limitado ao capital de retorno, operações com não-associados, aperfeiçoamento intelectual dos associados e devolução desinteressada do ativo líquido. Segundo esse autor, a ACI nasceu declaradamente inspirada nos ideias de Rochdale, porém, com as mudanças econômicas que o capitalismo do século XX atravessou, principalmente após a década de 60, esses princípios foram revistos (ou se tornaram uma inspiração apenas) a fim de que as cooperativas pudessem se adaptar aos novos tempos de concorrência econômica (SCHNEIDER, 1999). No entanto, apesar da cooperativa de Rochdale ser considerada por Singer como exemplo de sucesso da forma de organização socialista contra as determinações capitalistas, ele mesmo admite que o empreendimento se tornou uma empresa capitalista que objetivava o lucro e que foi dominada por acionistas (SINGER, 1999, p.104-105). E ele não vê contradição nisso, já que a garantia de uma democracia interna (autogestão, como veremos adiante) já seria o suficiente para assegurar o caráter socialista da cooperativa.

Como se vê, Singer busca dar uma nova interpretação desde a aurora da industrialização a respeito das lutas dos trabalhadores pelo socialismo. Ele vai

---

<sup>64</sup> No Brasil, elas podem ser lidas em TEIXEIRA, Aloisio. *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

buscar nas práticas dos operários das primeiras décadas de século XIX uma justificativa histórica para tentar provar, quase numa interpretação “immanentista”, que haveria uma espécie de “espírito da história” ou uma “essência”, desde a consolidação do modo de produção capitalista, que conduzisse todas as lutas dos trabalhadores no rumo progressivo do socialismo, tendo na economia solidária (representada nessa época pelo cooperativismo) a sua mais perfeita definição, se não única. Mesmo que ele só tenha usado o termo economia solidária duas vezes nessa obra que aqui estamos tomando como referência, em textos posteriores ele vai ratificar essas suas teses, porém, rebatizando com este nome tanto as primeiras lutas de resistência dos trabalhadores qualificados contra o industrialismo, quanto o cooperativismo owenista do século XIX. Vide por exemplo, outro texto referencial para este debate, o seu *Introdução à economia solidária* (2002), onde ele diz que: “A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção” (SINGER, 2002, p. 24).

É verdade, porém, que na Inglaterra e na França na época compreendida entre a manufatura e a grande indústria, os movimentos cooperativistas (pré-owenianos inclusive) e o incipiente movimento sindical travaram lutas paralelas em busca de benefícios para o nascente proletariado industrial. Ainda que o surgimento das primeiras organizações sindicais tenha se dado para proteger os privilégios de trabalhadores profissionais qualificados que estavam ameaçados pelo avanço da industrialização (e não para reivindicar melhorias para uma situação ruim)<sup>65</sup>, essas organizações tiveram o mérito de deixar como ensinamento para o proletariado moderno que a união política poderia servir de arma para enfrentar a força do capital. Exemplo disso foi que, por esse meio, esses trabalhadores conseguiram assegurar para si remunerações mais elevadas que a dos operários industriais não qualificados, bem como melhores níveis educacionais e culturais também.

Conjuntamente às lutas políticas dos trabalhadores expressas, ou sob a forma de estabelecimentos de sindicatos, ou até mesmo de destruição de máquinas, o cooperativismo (principalmente o de consumo) também se desenvolveu na Inglaterra

---

<sup>65</sup> Para o entendimento das primeiras manifestações políticas dos trabalhadores moderno vide a síntese de COGGIOLA, Osvaldo. Os inícios das organizações dos trabalhadores. *Aurora*, v .4, n. 6, p. 11- 20, ago. 2010.

desde o final do século XVIII como manifestação da insatisfação operária contra as relações de produção dominantes<sup>66</sup>.

Todavia, como nos relata Abendroth (1977), em função do pioneirismo inglês na industrialização, a contradição entre o poder econômico da burguesia ascendente e a proletarização operária da plebe foi a mais adiantada e evidente do cenário europeu. Isso fez com que nesse país a luta em favor de reformas eleitorais fosse mais exacerbada e mobilizasse tanto a burguesia industrial desejosa de maior influência sobre as decisões políticas quanto a classe operária. Essa pressão política de dupla origem acabou resultando, em 1824, na revogação das leis que proibiam o associativismo (as famosas *Combination Acts*, de 1799). Após a crise que acometeu a economia da época, em 1825, viu-se que, durante ela, os “trabalhadores, desde que dispusessem de organizações sindicais que funcionassem, tinham condição de defender pelo menos algumas das vantagens conquistadas no período conjuntural anterior de melhoria de seu padrão de vida” (ABENDROTH, 1977, p. 19).

Nesse contexto que cooperativismo e sindicalismo puderam se expandir conjuntamente, abrindo caminho para que, pela primeira vez na história do movimento operário, os sindicatos e as cooperativas – tendo sua existência garantida legalmente – pudessem se aliar na luta pela democratização política e na transformação econômica da sociedade de acordo com o socialismo cooperativista, que tinha em Owen a principal referência (ABENDROTH, 1977, p. 19).

Aconteceu, contudo, que os ideais de Owen tentavam colocar a nova organização econômica da sociedade (as cooperativas acompanhadas de uma nova moralidade econômica) emparelhada com as instituições econômicas do capitalismo a fim de que aquelas, pouco a pouco, se impusessem a estas, transformando a ordem capitalista. Ideia essa muitíssimo similar às teses que Singer defende com a noção de “implantes socialistas”. Se não, vejamos quando em “*Uma utopia...*” vai dizer sobre a encruzilhada histórica em que estamos diante do neoliberalismo:

Para além do neoliberalismo, pode-se vislumbrar transformações sistêmicas do capitalismo em gestação. Por enquanto, empresa capitalista e democracia são antípodas. Estamos diante de um dilema histórico: ou a liberdade do capital destrói a democracia ou esta penetra nas empresas e destrói a liberdade do capital (SINGER, 1999, p. 182).

---

<sup>66</sup> Sobre o cooperativismo antes da experiência de Rochdale, vide SCHNEIDER (1999).

Para ele, assim como para Owen, de maneira lenta, gradual e segura, os ideais de democracia, “solidariedade” e justiça social rivalizariam com o individualismo e o despotismo capitalista até suplantarem-no e transformarem-se nos pilares da nova sociedade socialista. Isto é quase o mesmo que afirmar que uma transformação social na direção de uma sociedade igualitária e livre viria sem que houvesse necessidade de algum processo catalisador, sem contrariar interesses e de maneira voluntariosa. Owen (como iluminista que era) agia deliberadamente na esperança de conquistar os empresários para o seu esquema porque acreditava que seria possível convencê-los da racionalidade e moralidade intrínseca das ideias do seu sistema cooperativo. Singer, um homem do século XX, não tem a mesma ingenuidade de Owen. Ele acredita que o socialismo poderia ser alcançado como que através de um “contrabando” de valores e práticas socialistas por dentro do capitalismo, pelo estímulo às atividades econômicas (cooperativas e demais empreendimentos econômico-solidários) que produzissem mercadorias e serviços dentro de relações de produção democráticas e solidárias, e com auxílio de um Estado de tipo keynesiano para redistribuir o dinheiro dos empreendimentos que ganhassem mais. Não obstante, isso não passa de uma possibilidade para Singer. Escolado pela experiência de vida e pelo conhecimento teórico, ele só aponta prováveis cenários para o crescimento da economia solidária, sem vaticinar o seu destino, “a reinvenção da economia solidária é tão recente que se torna arriscado projetar a sua tendência de crescimento acelerado para o futuro” (SINGER, 2002, p. 113). Mesmo assim, isso não o impede de afirmar que a economia solidária só se efetivaria quando alcançasse os mesmos níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadoria que os da economia capitalista<sup>67</sup> (SINGER, 2002, p. 121).

Contudo, retornando à discussão aos tempos de Owen, precisamos ressaltar que a força do sindicalismo dentro do movimento operário como um todo – em constante luta por melhores condições de trabalho e de vida – provocou a reação dos empresários industriais, levando-os a exigirem do Estado a cassação desse tipo de organização. Essa reação empresarial acabou provocando o esfacelamento das ideias e das práticas cooperativistas no meio do movimento sindical (ABENDROTH, 1977, p. 20). Apesar disso, resquícios da doutrina cooperativista oweniana sobreviveram na Inglaterra ainda nos anos 60 do século XIX. No entanto, segundo

---

<sup>67</sup> Podemos nos perguntar: os mesmo níveis de destruição ambiental também?

Hobsbawm (1983), nessas iniciativas, o sonho utópico de libertar o trabalho da exploração capitalista acabou diluindo-se na formação de cooperativas comerciais ou de produtores, dotadas apenas de capitais suficientes para manter vivos os seus associados, com obrigações morais em relação à sociedade e protegidas e encorajadas pelo poder público (HOBBSAWM, 1983, p. 65). Em outras palavras, se transformaram em inocentes atividades que não foram mais capazes de provocar as relações de poder dominantes.

Essa nova derrota fez com que o movimento trabalhista inglês passasse a compreender as limitações da luta econômica imediata para a conquista dos seus interesses e começasse a fazer reivindicações também na esfera política na esperança de garantir condições mais estáveis para a efetivação de mudanças sociais que poderiam atender suas demandas<sup>68</sup>. E, como lembra Coggiola, foi justamente um movimento político o responsável por ter conquistado a primeira grande vitória “sindical” da classe operária, a jornada de trabalho de 10 horas (COGGIOLA, 2010, p. 19)<sup>69</sup>.

Embora as lutas no campo econômico também fossem lutas políticas, é praticamente consenso entre historiadores do movimento operário europeu (com base nos testemunhos oculares e nas análises perspicazes de Marx e Engels, principalmente) que a partir de 1848 o proletariado apareceu na cena política como uma classe social independente, com reivindicações próprias e aspirando ao poder político. Todavia, apesar da força inicial do movimento de caráter mais político do operariado inglês dessa época, o evento que fez reativar a luta da classe operária inglesa está relacionado ao estabelecimento do ano de 1848 como marco do surgimento do proletariado enquanto classe, a Primavera dos Povos.

---

<sup>68</sup> O *Cartismo* foi um belo exemplo desse momento. Baseando-se na reivindicação ao Parlamento de seis pontos contidos em uma carta divulgada pela *London Working Men's Association*. Os pontos eram: 1. representação proporcional da população no parlamento e divisão equitativa dos círculos eleitorais; 2. renovação anual dos deputados; 3. “sufrágio universal” para homens com mais de 21 anos e residentes há mais de 100 meses no mesmo distrito eleitoral; 4. abolição do voto censitário; 5. escrutínio secreto; 6. remuneração para deputados e ocorrência de sessões regulares no parlamento. Apesar da derrota do movimento em 1848, até 1867 quase todos os pontos foram incorporados pela legislação inglesa, com exceção do número 2 (SANDRONI, 1999; TEIXEIRA, 2002).

<sup>69</sup> Marx e Engels lembram, no *Manifesto Comunista*, que os movimentos owenistas na Inglaterra se opuseram “violentamente a toda ação política da classe trabalhadora”, inclusive ao cartismo (MARX; ENGELS; 2002, p. 60).

Ainda que tenha se espalhado “como um rastilho de pólvora” pela Europa central e oriental, as importantes revoltas (que em cada localidade assumiu formas políticas distintas, como liberal, democrática, socialista ou nacionalista) detonadas nesse período foram rapidamente debeladas. Entretanto, essa efeméride produziu efeitos que se prolongaram para além do seu tempo. Ficando instituída como o período de debute do proletariado moderno na luta pelo poder político na direção da construção do socialismo moderno, ela marcou também o senso de luta das classes dominantes europeias contra os trabalhadores:

Mas foi entre as classes dominantes europeias que as lições dos acontecimentos [as revoluções de 1848] foram melhor apreendidas: a curto prazo, elas se unificaram, no interior de cada país, no confronto com a representação política dos trabalhadores; e, a longo prazo, acelerou-se o processo de transformação social que estenderia os efeitos da revolução industrial, constituindo o modo de produção especificamente capitalista, aos demais países da Europa (TEIXEIRA, 2002, p. 24).

Em função disso, os acontecimentos desse ano são tomados como referência para o entendimento das lutas políticas que se desenrolaram no mundo moderno e até hoje inspiram o sonho da revolução internacional dos movimentos socialistas. E não chega ser exagero dizer que foi a partir daí (ou com inspiração nas formas de lutas iniciadas nesse momento) que praticamente todas as melhorias nas condições de trabalho e vida dos trabalhadores começaram a ser conquistadas, desde direitos políticos, como também trabalhistas e sociais<sup>70</sup>.

Marx, testemunha ocular do momento em que os trabalhadores haviam chegado à cena política moderna como uma classe própria, com interesses históricos antípodas aos da burguesia, não deixou que estes acontecimentos escapassem da sua análise. Em um panfleto escrito para a ocasião da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864, ele fez uma avaliação sobre a organização da classe trabalhadora e o desenvolvimento do capitalismo desde as

---

<sup>70</sup> A esse respeito, podemos dizer que os sucessos que a Comuna de Paris (1871) obteve em propor uma nova organização social para a classe trabalhadora antes de ser esmagada pela reação foram conquistados, não por que propuseram a autogestão cooperativa somente na economia, mas por que fizeram que essa perspectiva vingasse também na política e na vida social como um todo. Para informações sobre a Comuna de Paris nos informamos predominantemente em: GONZÁLES, Horácio. *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Tudo é História, n. 24).

famosas explosões sociais e políticas de 1848. Na sua apreciação, tanto a redução da jornada de trabalho para 10 horas diárias, quanto os experimentos cooperativistas inspirados em Owen, foram conquistas das mobilizações operárias contra “a economia política da propriedade”, porém fazendo uma ressalva de que estas últimas foram valorizadas em exagero (MARX, 1977).

Entretanto, a despeito da positividade das experiências cooperativistas para o período, Marx destacou o outro lado delas, assim se exprimindo:

Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que, aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes, passaram de repente a elogiar *ad nauseam* o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como o sacrilégio de socialistas (MARX, 1977, p. 319-320).

Acontece que, mesmo sem ignorar esse aspecto da história do movimento trabalhista europeu, Singer opta pelas principiantes experiências dos trabalhadores na resistência aos imperativos da produção capitalista como referência para justificar histórica e teoricamente o fomento ao cooperativismo e demais atividades alinhadas à economia solidária contemporaneamente. Apesar da inegável importância que tiveram, elas, no entanto, não passaram de experiências que, ou demonstraram ser extremamente limitadas para defender o trabalho da exploração do capital ou acabaram se transformando em linha auxiliar dessa exploração.

Isso não significa que tampouco haja uma fórmula ou modelo a ser seguido pelos movimentos de trabalhadores na busca por igualdade social, pela distribuição da riqueza socialmente produzida, por liberdade individual, pelo fim da destruição ambiental, em suma, por uma sociedade socialista. É necessário que críticas às experiências históricas sejam feitas, inclusive para se possa avançar em novas reflexões e propostas na direção da mudança social, contudo, parece inacreditável termos que retornar a “estaca zero” desse movimento e usá-lo como referência central para se pensar a construção do socialismo hoje. Contudo, foi isso o que ocorreu com a CUT quando ela resolveu assumir o fomento à economia solidária

como uma de suas bandeiras, cujos significados políticos e as consequências práticas estamos analisando.

Assim, percebemos que um dos elementos centrais da tese de Singer concentra-se na ideia de que a história da resistência dos trabalhadores ao modo de produção capitalista nos últimos dois séculos tem sido, mesmo que não se soubesse disso antes, a história da construção do socialismo pela economia solidária, tendo na formação das primeiras cooperativas a “alma” desse projeto.

Vimos que na Grã-Bretanha as lutas sob a forma de associação cooperativa representaram inicialmente uma entre as principais práticas que conseguiram melhorar as condições materiais de vida e trabalho dos primeiros operários industriais, compartilhando já com as suas organizações políticas sindicais o papel de instituição transformadora. Não obstante, esse enfrentamento conjunto se concentrou principalmente entre as décadas de 20 e 30 do século XIX, sendo que, posteriormente, o movimento sindical e o cooperativismo tomaram caminhos diferentes. O primeiro deu ensejo à forma prioritária de organização da classe trabalhadora mundialmente, responsável pela efetivação de uma série de direitos (políticos, trabalhistas e sociais) e o outro se converteu, apesar dos pesares, em importante paliativo econômico para trabalhadores pauperizados quando realizado em pequena escala (posto que em grande escala o cooperativismo virou uma prática complementar ao capitalismo).

Assim foi que no contexto de definição de sua identidade política nos anos 1990, a CUT vai se preocupar com o tema do desemprego trazido pelos ajustes neoliberais utilizando as propostas de economia solidária que estavam sendo formuladas por Singer no período. As ideias de economia solidária de Singer serviram para dar à CUT uma justificativa que tivesse certo respaldo histórico e autoridade intelectual para explicar a sua adesão direta às práticas econômico-solidárias e mais indiretamente à modalidade de sindicalismo cidadão e filantrópico que compõe a imagem política da Central hoje em dia.

Um das primeiras e mais evidentes marcas de como as teses de Singer se plasmaram nas formulações do projeto cutista para a economia solidária pode ser verificado nos textos de debates do Grupo de Trabalho que foi formado para pensar a proposta cutista e que antecedeu a assunção oficial da temática pela Central. Singer oferece a esse debate um pequeno escrito de sua fabricação intitulado

“Cooperativismo e Sindicatos”<sup>71</sup>, onde faz um pequeno compêndio das ideias principais já apresentadas em “*Uma utopia...*”, acrescentando, porém, algumas ponderação sobre as novas cooperativas que estavam se formando no Brasil do anos 90 a partir das falências de empresas. Posteriormente publicado dentro do livro *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT* (1999) lê-se nele que para Singer o cooperativismo nasce já no fim do século XVI, estando nessa época representado pelas corporações de ofício. De acordo com o escrito: “O cooperativismo nasceu na Inglaterra, no final do século XVI, quando teve início a revolução industrial. Os trabalhadores das manufaturas, na época, eram qualificados e possuíam associações de ofício que controlavam o exercício profissional” (SINGER, 1999, p. 24). Queremos acreditar que a data utilizada neste artigo (final do século XVI) tenha sido um erro de digitação, pois em nenhum outro texto Singer usou essa data como referência, outrossim, seria uma enorme falsificação histórica dizer que o cooperativismo tivesse nascido nesse século. De mais a mais, a tese de que os “primeiros sindicatos” dos trabalhadores qualificados fossem, na verdade, mais próximos das cooperativas do que dos sindicatos propriamente ditos, já havia sido apresentada implicitamente também na sua “*Uma utopia...*”, como relatamos acima.

Outro momento onde é possível ver o ponto de vista histórico de Singer sendo assumido pela CUT está nas resoluções do seu sétimo congresso (VII CONCUR), evento que oficializou a proposta da CUT para a economia solidária. Lá podemos ler:

*Cabe lembrar que o sindicalismo e o cooperativismo surgem de um mesmo movimento, no início da industrialização, quando os trabalhadores qualificados construíram os “clubes de ofícios” (sindicatos) para defender os interesses da profissão e as sociedades de consumo (cooperativas) com vistas a possibilitar o desenvolvimento de trabalho, renda e acesso a produtos mais adequados aos seus associados (CUT, 2000, p. 33, grifos nossos).*

Ou mais claramente ainda nas deliberações extraídas da sua 10ª Plenária (2002):

*A economia solidária é um projeto histórico e autêntico da classe trabalhadora e está colocada no debate político, inserida num processo histórico de revolução social e de construção de uma economia socialista. São*

---

<sup>71</sup> SEMINÁRIOS REGIONAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Resumo da sistematização. Escola Sindical São Paulo (CUT). 3 p. [ca. 1999].

experiências que proporcionam aos trabalhadores um grande aprendizado: como assumir coletivamente a gestão de empreendimentos produtivos segundo princípios democráticos e igualitários (CUT, 2002, p. 54. Grifos nossos).

Mais importante, porém, que somente perceber a presença da releitura de Singer a respeito da história do movimento operário nas sistematizações iniciais da economia solidária na CUT é distinguir, nessa influência, o seu casamento com as concepções políticas mais ampliadas que a Central já vinha colocando em prática desde a segunda metade da década de 1990 e que estão conformadas nos preceitos do sindicalismo cidadão.

Como se viu, um dos princípios orientadores dessa modalidade de ação sindical é a disposição de fazer da representação sindical algo para além da luta por questões trabalhistas, ocupando os espaços institucionais da estrutura do Estado para tentar interferir nos grandes temas nacionais ou participar da criação de outros espaços públicos não-estatais, fornecendo serviços sociais de maneira conjunta ao Estado e aos governos.

Se num primeiro momento a ascensão dos ideais de cidadania na Central estava relacionada, em última instância, às ações defensivas diante do impacto do desemprego, terceirizações e diversas formas de precarização do trabalho, num segundo momento elas passaram, de ação conjuntural defensiva para revisão ideológico-programática. A nova atitude sindical da CUT construída nesse momento buscou a “linha do menor esforço de participação e de não-confronto com a política (e cultura) do capital, renunciando-se à luta contra-hegemônica” (ALVES, 2006).

Para se ter uma ideia disso, atualmente a CUT participa em mais de 114 conselhos, comitês e comissões nacionais da estrutura do Estado com mais de 250 dirigentes cutistas. Como se sabe, em si mesma, a existência de tais espaços e a participação de entidades de trabalhadores neles não significa, de imediato, prejuízo às suas causas, nem vai de encontro ao que boa parte dos movimentos socialistas de trabalhadores exigiu ao longo da história. Acontece que, como já se disse, existem outros espaços de poder onde decisões fundamentais para o país são tomadas e que não contam com qualquer forma de controle democrático por parte dos trabalhadores.

Em larga medida, a noção por trás desse participacionismo cutista encontra respaldo senão nas teses de Singer<sup>72</sup> que advogam a proposta de se alcançar a “revolução social” sem confrontar interesses dos capitalistas. Nesse sentido, a democracia nas decisões (tanto dos conselhos, quanto por dentro dos empreendimentos de economia solidária) seria encarada como parte dos “implantes socialistas” que contaminaria as demais relações sociais do capitalismo, transformando-o. É bem verdade que ele enfatiza mais o papel das cooperativas nesse sentido, mas não podemos deixar de notar que ainda na década de 90 ele fez uma apreciação da participação dos trabalhadores na gestão de fundos como o FAT e do FGTS em sua “*Uma utopia...*” (SINGER, 1999, p. 121-122).

Ademais, a democracia exigida para que o socialismo funcionasse como princípio ético na tomada de decisões nesses espaços institucionais parecia não valer para as discussões internas à Central, uma vez que os dirigentes da tendência majoritária decidiam os rumos da participação da CUT junto ao governo federal independentemente das suas bases, conforme podemos avaliar a partir de Dias (2006), que viveu intensamente a política interna da Central:

Sem consultar a ninguém a tendência majoritária da CUT, ou melhor, os dirigentes dessa tendência, à inteira revelia dos filiados decidia, decidia, decidia... (...) E as demais tendências? Essas sequer precisavam ser levadas em conta já que a concepção de democracia da direção estalinista da central é “manda quem pode, obedece quem tem juízo” (...) As votações são puramente homologatórias em relação às propostas da Direção Nacional (DIAS, 2006, p. 211).

Uma outra importante contribuição de Singer para a economia solidária, dessa vez tanto para a CUT quanto para a SENAES, está relacionada à sua primeira intervenção pública a respeito do tema. Quando a expressão “economia solidária” foi utilizada pela primeira vez no artigo publicado na Folha de São Paulo de 11 de julho de 1996, Singer apresentou a proposta de que o poder público deveria criar um setor econômico próprio, onde os produtos e serviços oriundos de empreendimentos

---

<sup>72</sup> O envolvimento de Singer com a direção majoritária da CUT e do PT (e vice-versa) é tão profundo que é praticamente impossível determinar se aquele é responsável pelas práticas destes ou se são as práticas destes as responsáveis por encontrar guarida teórica justificante nas ideias daquele. Assumimos aqui, contudo, que Singer – pela função que desempenha com intelectual – é uma das referências principais para se analisar as bases teórica destas entidades porque ele é o que faz a melhor sistematização das suas ações políticas.

solidários seriam trocados entre si. Além disso, seria necessária a oferta de crédito em melhores condições para esses empreendimentos. Em outros termos, o que Singer já estava propondo nessa época era a formação de “redes” de economia solidária ou de complexos cooperativos, como as iniciativas que a ADS vem desenvolvendo atualmente com o projeto Conexão Solidária ou o que a SENAES está realizando através do Projeto de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (Plano Plurianual 2012/2015)<sup>73</sup>. Ambos têm buscado fazer com que os produtos e serviços dos empreendimentos solidários articulem-se entre si, visando também o desenvolvimento do local onde se instalam. Essa proposta, contudo, não defende que eles se fechem completamente em um mercado próprio, “paralelo” ao mercado capitalista e “protegido”, como lembra Novaes (2011). Isso porque, para Singer (para a ADS e para a SENAES), nesse contexto haveria uma positividade na competição dos empreendimentos solidários com o mercado capitalista. De acordo com ele, em momentos de crise, por exemplo, as cooperativas (principalmente de produção) podem se adaptar mais facilmente porque os seus sócios podem aceitar mais facilmente *partilhar perdas equitativamente*, o que poderia fazer com que elas superassem as empresas capitalistas (SINGER, 1999, p. 113).

Singer não considera essa aceitação tranquila de perdas como sendo uma contradição em relação aos princípios da economia solidária, pois se isso for decidido coletivamente entre os participantes sócios, obedecendo a padrões democráticos, estaria garantido o caráter solidário do empreendimento. Aliás, é a presença desses dois elementos, a democracia interna e a autogestão econômica do empreendimento (isto é, quando a organização do trabalho é determinada pelos próprios trabalhadores, sem intervenção “externa”) que ele concebe a principal contribuição dos empreendimentos econômico-solidários na realização do modo de produção socialista.

---

<sup>73</sup> O plano tem por objetivos: 1) Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento; e 2) Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/programa-economia-solidaria-em-desenvolvimento/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

De outro modo, o termo autogestão invocado por Singer como um dos representantes dos princípios necessários dos empreendimentos solidários não é portador de um significado inerente, explicável em si mesmo. Longe disse, ele tem sido usado ao longo do tempo por diversas tendências da economia solidária e pelos movimentos socialistas com aplicações diferentes. O conteúdo por trás de sua utilização é bastante revelador das práticas políticas executadas por movimentos que dele lançam mão. Em função desse tema ser tão emblemático para o entendimento da economia solidária na proposta cutista, o discutiremos em um tópico separado deste trabalho. É o que passamos a fazer a seguir.

#### 4.2 AUTOGESTÃO NA PROPOSTA DA ADS/CUT: ALGUNS COTEJAMENTOS

A palavra “autogestão” é usada sobremaneira pelo movimento da economia solidária no Brasil como umas das características distinguidoras dos empreendimentos que o compõe. Por outro lado, a autogestão também fez parte do léxico predominante no movimento de recuperação de fábricas do Brasil dos anos 90 e foi, de certa forma, continuado pela CUT quando ela passou a desenvolver suas próprias propostas para a economia solidária como um todo. Como depois que foi criada a SENAES a maior parte do movimento em economia solidária passou a adotar as nomenclaturas assumidas por esta instância, o termo “autogestão” passou a sofrer menos com ambiguidades semânticas no interior dos debates desse setor no país. Nesse sentido, para a SENAES, a autogestão vai significar o:

Exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, 2006, p.12)

Entretanto, longe de ser um termo relativo a uma determinada prática política que se desenrola somente nos dias de hoje, ele está atrelado à história do movimento operário desde a origem das primeiras unidades produtivas e é impossível nos referirmos à forma como ele é apropriado pela economia solidária,

sobretudo pela CUT e pela ADS, sem estabelecer paralelos com o seu itinerário histórico.

É verdade, porém, que o vocábulo “autogestão” não tem a mesma antiguidade que as práticas políticas operárias do período inicial da industrialização que hoje nós denominamos por este termo. O primeiro registro da palavra, segundo Faria (2005), teria se dado em 1937 por meio de um secretário da Aliança Cooperativa Internacional, mas a sua ocorrência frequente no vocabulário político mundial aconteceu mesmo, de acordo com Secco (2003) e Nascimento (2008), a partir da décadas de 1950 e 1960, quando, desde a França, a palavra servo-croata *samoupravlje* (*samo*, equivalente eslavo do prefixo grego “auto” e *upravlje*, significando “gestão”) foi convertida em *autogestion* para explicar as experiências socialistas dos conselhos operários desenvolvidas na Iugoslávia de Tito, a partir da década de 1950, em contraposição ao burocratismo econômico centralizado da União Soviética. Na Iugoslávia desse período, a produção industrial, a mineração, o sistema bancário e de seguros, o transporte e o comércio eram considerados patrimônio social e estavam sob controle administrativo dos trabalhadores sob a forma de empresas autogestionadas (ABENDROTH, 1977, p. 138).

A citação a seguir é longa, mas merece ser colocada porque consegue fazer um compêndio a respeito das denominações históricas assumidas pelas práticas “autogestionárias” dos trabalhadores ao longo do tempo:

Os termos franceses de uso habitual na primeira metade do século XX eram *contrôle* e *gestion*, que encontram sucedâneos nos espanhóis *control* e *gestión*, e nos russos *kontrolia* e *upravleniy* (Brinton, 1975: 15). Eram esses os termos usados no período aberto com a Revolução Russa. Mas mesmo a expressão *contrôle operário*, que fazia grande sucesso entre os comunistas dos conselhos (Paul Matick, Karl Korsh, Anton Pannekoek etc), entre a ala esquerda do comunismo italiano, organizada em torno do jornal napolitano *Il Soviet* (Amadeo Bordiga) e, especialmente, o grupo da revista *L'Ordine Nuovo* na Itália (Antonio Gramsci), só teria acolhida maior nos anos vinte. Um autor declarava, em 1924, que a expressão sequer estava popularizada (Brouckère, 1970: 37). Antonio Gramsci utilizava-se, inicialmente, da expressão italiana mais conhecida entre os trabalhadores, as *comissioni interne*, traduzida habitualmente como *comitês de fábrica*. Estes eram distinguidos na Rússia e na Alemanha dos conselhos de trabalhadores. Os primeiros (conselhos ou comitês de fábrica) eram exclusivamente operários e situados no âmbito da produção (*Betriebsräte*, para os alemães); os segundos eram conselhos amplos, de participação popular, mas não exclusivamente operária (esses eram aos famosos *Soviets* russos, ou *Arbeiterräte* na Alemanha).

Essas palavras novas surgiram para questionar as antigas. Não que se imaginasse substituir o mundo real trocando-se as palavras. O fato é que, naqueles anos marcados pelo influxo da Revolução de Outubro, a crítica à orientação reformista do sindicato era feita com a proposição de novas

formas de organização operária. Os próprios sindicatos (no italiano *sindacati*) ainda não eram sempre assim chamados antes dessa época, ou também eram conhecidos por seus sinônimos de cores mais moderadas. Eram as *Sociétés Ouvrières* na França, ou *Gewerksgenossenschaften*, mas também *Gewerkschaft* e *Arbeitergewerkschaft* (a língua alemã também possui o termo *Syndikat*) e, ainda hoje, as *Trade Unions* inglesas (SECCO, 2003, p. 169).

No entanto, por mais que o termo *autogestão* só tenha aparecido mais tardiamente na história dos trabalhadores, as práticas que hoje identificamos como sendo típicas de uma autogestão já se encontravam presentes entre os trabalhadores desde o início das primeiras unidades produtivas capitalistas. Assim, não é exagero dizer que as práticas autogestionárias dos trabalhadores modernos têm origem juntamente com a Revolução Industrial. Os operários dessas primeiras unidades industriais não contavam com qualquer auxílio trabalhista, social, previdenciário por parte do Estado e do patronato. As primeiras formas de associação operária auto-organizadas tiveram por motivação a prestação de socorro para a proteção contra o desemprego, amparo na velhice, cuidado com saúde e outras formas de assistência social<sup>74</sup>.

Além do mais, a própria origem do cooperativismo, especialmente o de consumo, estava relacionada a uma forma de organização autônoma dos trabalhadores (porque separada dos patrões e do poder público) na direção de garantir-lhes melhores condições no acesso às mercadorias indispensáveis a sobrevivência.

Entrementes, é a experiência da Comuna de Paris em 1871 que é apontada por muitos como sendo o embrião da autogestão necessária ao projeto socialista dos trabalhadores, unindo luta econômica e luta política. A esse respeito, Gonzáles (1981) nos traz que:

A comuna seria o “governo dos produtores”, a “república do trabalho”, no qual a representação política vai na mesma direção em que se situam e agem os “produtores diretos” de bens e serviço.

O conceito “comuna” significa, então, uma pequena unidade de comando que coordena o trabalho social em todas as instâncias possíveis, em um sentido fortemente autogestivo, o que, em primeiro momento obrigava a recuperar algo em que estavam de acordo: o espaço da cidade como unidade natural mínima de governo “político” (GONZÁLEZ, 1981, p. 79).

---

<sup>74</sup> Novaes lembra que um das primeiras motivações para o mutualismo operário nasceu da necessidade de que eles não fossem enterrados como cachorros (NOVAES, 2011, p. 23).

Mas desgraçadamente, a experiência dos *communards* teve vida curta porque foi destroçada pelos versalheses. No entanto, as condições essenciais que fizeram a classe trabalhadora parisiense se levantar contra os seus senhores permaneceram e se esparramaram pelo mundo, fazendo com que os ideias de autogestão continuassem a inspirar suas lutas contra elas.

Apesar da derrota da Comuna, a *Belle Époque* (1871-1914) não trouxe apenas negatividade para os trabalhadores, ela também foi bela para a suas organizações de classe. Como destaca Secco (2003), o intervalo de tempo transcorrido entre a última quadra do século XIX e as primeiras décadas do século XX assistiu um otimismo muito grande da classe operária em realizar formas alternativas de organização da propriedade e de atividades políticas embrionárias de uma sociedade diferente da capitalista:

A autoconfiança da classe operária era visível nas suas manifestações de massa, entre as quais o Primeiro de Maio logo assumiu a primazia no mundo inteiro; nas suas associações que engendrariam os primeiros sindicatos de uma nova fase, muito mais organizados e institucionalizados; nos seus primeiros partidos políticos, chamados socialistas nos países europeus de língua latina, ou socialdemocratas na Alemanha, na Rússia e nos demais países, ou ainda trabalhista, entre os que falavam inglês; e no sonho dos conselhos operários, território do autogoverno dos trabalhadores (SECCO, 2003, p. 171).

Esse ensejo entre a classe trabalhadora permitiu, na Rússia de 1905 e dos primeiros anos da Revolução de 1917, na Espanha revolucionária da década de 30, na Itália entre 1919 e 1920, na Revolução Húngara de 1919 a 1956 e em diversas outras partes do mundo no século XX, experiências autogestionárias de trabalhadores. Autogestão não somente em fábricas, mas em escolas, estaleiros navais, hospitais, no controle de cidades e etc. (NOVAES, 2011).

Enquanto isso, no Brasil, as experiência histórias da sua classe trabalhadora não nos permitem afirmar que as práticas autogestionárias sejam um traço marcante e proposital da sua trajetória. Contudo, isso não significa também dizer que aqui não houve o que Nascimento (1999) chama de uma “cultura de autogestão”. Dentro dessa ideia de uma cultura de autogestão, o Brasil foi palco de alguns ensaios limitados ao longo do final do século XIX e no século XX. Inicialmente os anarco-sindicalistas do Rio e de São Paulo tentaram algumas ações com esse sentido,

organizando mútuas para assistência e para a educação política e sindical e para promoção cultural de massa, mas ainda assim, nada que se comparasse à dimensão e o alcance político das experiências históricas citadas. Posteriormente, com a hegemonia do comunismo soviético no sindicalismo brasileiro a partir da década de 30, praticamente não houve espaço programático para teorias e práticas de autogestão (naquele sentido ampliado) dentro da esquerda nacional. Exceção feita, de acordo com Nascimento (1999), à organização trotskista que vigeu a partir de meados da década de 1940, reunida em torno da revista *Vanguarda Socialista* e inspirada internacionalmente na dissidência da IV Internacional comandada por Castoriadis, que suscitaram a discussão do tema dentro da publicação.

Entretanto, as práticas mais próximas de uma autogestão – como ocorreu na Europa em períodos revolucionários – apareceram no Brasil no fim dos anos 70 e início dos anos 80 sob a forma das comissões de fábricas em São Paulo, principalmente.

Escrevendo na urgência do momento histórico de reaparecimento do sindicalismo combativo e radicalizado (mas antes da sua configuração sob a forma institucionalizada de central sindical), Antunes e Nogueira (1981) apontavam as possibilidades políticas que estavam abertas a partir das reivindicações do movimento operário por comissões de fábrica. Partindo dos exemplos históricos das comissões de fábrica na Espanha sob o franquismo e dos conselhos operários na Rússia pré-revolucionária e na Itália dos anos 20, os autores conjecturam sobre o itinerário de desenvolvimento das comissões de fábricas que estavam se formando nas fábricas do ABC. Conforme escreveram, podemos sintetizar as opções que estavam colocadas para as comissões de fábrica que apareceram no Brasil naquele cenário:

- a) fazer delas uma alternativa de organização operária independente de qualquer organização sindical, o *locus* exclusivo de sua luta política e econômica (vale lembrar que, nessa época, os sindicatos brasileiros, ou eram pelegos ou só existiam no papel);
- b) construir as comissões de fábricas como parte da estruturação de um novo organismo sindical (de base) que, não sendo a instância exclusiva de organização da classe, fosse a fonte a partir da qual se organizaria as lutas políticas e sindicais a partir de então;

- c) fazer com que a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho estivessem a serviço da vontade patronal de colocar específicos interesses dos operários a favor das necessidades das empresas, em última instância, fazer das comissões de fábrica um espaço de “conciliação” entre capital e trabalho, em sintonia com o que já começa a ser solicitado pelo modelo produtivo japonês dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ).

Nesse último sentido, o caso ocorrido na Volkswagen de São Bernardo do Campo foi exemplar. Em setembro de 1980, após uma greve que teve como resultado a cassação da diretoria do sindicato presidido por Lula, a empresa terminou por criar um “sistema de representação dos empregados”. Essa comissão foi denunciada pela diretoria deposta como não representativa das demandas trabalhistas e políticas dos trabalhadores e que serviria para impedir a organização dos trabalhadores<sup>75</sup> (ANTUNES; NOGUEIRA, 1981).

No ano seguinte ao da instalação do “sistema de representação dos empregados” da Volkswagen, operários da Ford realizaram uma greve e conseguiram arrancar da direção da empresa o reconhecimento de comissão interna de fábrica, empreendida pelos próprios trabalhadores e em diálogo com a direção do sindicato da categoria.

Sem embargo, a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, tanto na perspectiva patronal quanto na perspectiva operária, continuaram sendo matéria de reflexão e ação por parte dos sujeitos da indústria ao longo dos anos 80 e 90. Quando o “novo” sindicalismo se constituiu na institucionalidade da CUT, o tema virou artigo do seu primeiro estatuto (de 1984) como um dos objetivos e princípios da Central, expressando umas das reivindicações mais candentes do movimento na época. No capítulo II desse seu primordial documento encontra-se:

Artigo 11: Organização por local de trabalho

A CUT desenvolverá todo o empenho para a conquista da organização por local de trabalho. A criação, consolidação e o fortalecimento desses organismos de base devem ser desenvolvidos de forma livre e

---

<sup>75</sup> Informações também obtidas nos arquivos digitais do movimento operário do ABC organizado no site: <<http://www.abcdeluta.org.br>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

independente pelos trabalhadores em todos os seus locais de trabalho, tanto na cidade como no campo. (CUT, 1984, p. 37)

A discussão ganhou contornos mais nítidos nos anos seguintes e a Organização no Local de Trabalho (OLT) apareceu nos discursos com ponto fundamental da concepção sindical cutista. Em texto preparado para a 5ª Plenária (1992) com a intenção de subsidiar as ações da central nesse sentido, estava o diagnóstico de que as OLT's deveriam ser o núcleo primário de organização política dos trabalhadores, mesmo que não necessariamente ligada ao sindicato<sup>76</sup>, servindo para se contrapor ao autoritarismo patronal. O documento alertava ainda sobre as estratégias patronais que, aproveitando-se do anseio dos trabalhadores por menos heteronomia na organização do trabalho, tentavam envolvê-los em um projeto que traria melhores benefícios só para a empresa:

os patrões têm política para os trabalhadores no local de trabalho, e essa política não se resume mais à repressão pura e simples, embora a repressão continue existindo. Os CCQ, Kan Ban, Qualidade Total e outros sistemas que estão sendo cada vez mais utilizados pelos Recursos Humanos das empresas são meios utilizados pelos patrões para “ganhar” os trabalhadores para a sua visão de empresa, de processo de trabalho e de sociedade. É uma forma de explorar, no trabalhador, além de seu esforço físico, também a sua capacidade de pensar, de ter iniciativas, para aumentar a quantidade e a qualidade da produção. Normalmente os trabalhadores enfrentam essa política patronal completamente despreparados e, ao não haver uma OLT para se contrapor, agrava-se mais ainda a situação.” (CUT, 1992, p. 40)

Entender esse momento é necessário, posto que os primeiros surtos de reestruturação produtiva no país se deram, como não poderia deixar de ser, nos pólos mais avançados da indústria brasileira (no ABC paulista) que, não coincidentemente, foi também o berço daquele que é considerada uma “nova” modalidade de sindicalismo. A reestruturação produtiva no Brasil e o sindicalismo cutista são, portanto, filhos do mesmo contexto.

A esse respeito, Alves (2000) nos traz a informação de que a partir da crise da dívida externa em 1981 ocorreram os primeiros impulsos para o que ele chama de

---

<sup>76</sup> Consta no documento: “A OLT de que falamos não se confunde com a estrutura de organização do sindicato. Ela é autônoma em relação à entidade sindical e às centrais, representa todos os trabalhadores da empresa, associados ou não às entidades sindicais, e está submetida à instância de decisão dos trabalhadores da empresa, associados ou não ao sindicato (assembléia da empresa ou outro fórum adequado)” (CUT, 1992, p. 41).

“novo surto de reestruturação produtiva no Brasil” (ALVES, 2000, p. 120). A política econômica recessiva escolhida pelo governo nesse período obrigou as grandes empresas a adotarem, ainda que restritamente, novos padrões organizacionais-tecnológicos – voltados que estavam com as preocupações na eficiência e na produtividade – em função do choque de competitividade internacional que o Brasil entrou como decorrência de tal medida recessiva.

A retração do mercado interno, demonstrada pela queda do PIB, e as políticas de incentivo às exportações obrigaram, cada vez mais, as indústrias de ponta, tais como a indústria automobilística (e a indústria de autopeças), a adotarem ainda de modo bastante restrito (e seletivo), mas persistentemente, novos padrões organizacionais de cariz toyotista e novas tecnologias microeletrônicas na produção. O objetivo principal era garantir maior competitividade dos seus produtos no mercado mundial (e nacional). Mais do que nunca, o problema da produtividade e competitividade surgiu para a indústria brasileira. Aumentar a qualidade, a precisão e a flexibilidade da produção, passou a ser determinante na busca dos novos padrões internacionais de competitividade. (ALVES, 2000, p. 122).

Ele ainda destaca que um ponto importante da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1980 foi o fato de o movimento operário não ter reagido apenas defensivamente às transformações na fábrica, mas ter reagido ofensivamente, isto é, lutado para conseguir, entre outras coisas, organização nos locais de trabalho, forçando os patrões a buscarem estabelecer novas formas de controle sobre o trabalho que não “poderiam ser puramente despóticos” (ALVES, 2000, p. 124).

A primeira manifestação da reestruturação produtiva na indústria brasileira começa a aparecer entre os anos 81 e 83 (ALVES, 2010). Como a recessão econômica dificultava a introdução de novas tecnologias microeletrônicas, as indústrias foram constrangidas a reorganizarem a produção pela “intensificação do trabalho por meio das horas extras e/ou da flexibilização do uso da força de trabalho nas empresas” a partir dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's) e do sistema *just in time* e *kanban* (ALVES, 2000 p. 126). Os CCQ's proliferaram no mesmo contexto onde o “novo sindicalismo” lutava, também, por maior participação no controle do trabalho.

Há que se distinguir, contudo, as diferenças de concepções na raiz de cada forma de participação operária. Conquanto as propostas de participação inspirado no modelo japonês de produção eram de iniciativa patronal com a intenção de canalizar a empiria operária para maiores ganhos de produtividade, as iniciativas

dos trabalhadores tinham a inclinação de fazer a luta política a partir da gestão econômica da fábrica. Vinculando às novas formas de gestão com a teoria da alienação marxista, Novaes diz (2011):

As estratégias de gerência atacam – como não poderiam deixar de ser – os sintomas da alienação e não as suas causas. Nelas podem ser enquadradas, as propostas de criação de CCQ's, *Kanban* e as estratégias *enriquecedoras* de cargos, sendo a participação não um direito do trabalhador, mas sim, uma arma do capital para comprar a 'alma do trabalhador' (SILVA, 2001) ou um meio de regulação de conflitos uma vez que já não é mais possível administrá-lo através da coação física, como sugere Motta (1982) (NOVAES, 2011, p. 104, grifos no original).

Mais uma vez aqui estava se manifestando na história o dilema da autonomia dos trabalhadores na gestão do processo produtivo. Desde a origem da produção capitalista está igualmente colocada a luta entre a organização da produção por parte dos produtores diretos e a expropriação dos saberes e práticas por parte dos capitalistas. Quando no pós-guerra o toyotismo trouxe o controle em equipe da qualidade da produção ao longo da cadeia produtiva, ele o faz, não para conceder autonomia aos trabalhadores na gestão do trabalho, mas para melhorar a produção e aumentar a produtividade a favor da acumulação de capital, convertendo-se num instrumento de apropriação do *savoir faire* intelectual cognitivo do trabalho desprezado pelo fordismo (ANTUNES, 2002, p. 55).

Os novos métodos de gestão da força de trabalho que ingressaram no Brasil nesse contexto têm respaldo em duas substâncias: uma, na real necessidade dos trabalhadores interferirem nas próprias condições de trabalho após anos de repressão política e sindical brutal e de superexploração do trabalho e, outra, na necessidade do capital em conseguir novas formas de consenso para a organização do trabalho.

Quando Alves (2000) destacou a implantação do toyotismo no Brasil na década de 80, ele também ressaltou a resistência operária à sua instalação e, por isso disse que o toyotismo aqui implementado teve um caráter "restrito". O autor ainda salientou a importância dos CCQ's como um desses elementos que tentavam capturar a subjetividade operária para os objetivos do capital. Segundo ele:

os CCQ's são instaurados não apenas como componente de 'modernização produtiva', mas, principalmente, como um novo recurso de controle do trabalho, a tentativa de um novo tipo de controle de uma classe operária que se insurgia contra o despotismo tradicional e queria intervir com mais

vigor no debate sobre o emprego, salário e condições de trabalho. (ALVES, 2000, p. 127).

Isto posto, queremos destacar que no bojo das discussões acerca de uma posição mais definida da CUT sobre as OLT's e seu papel estratégico para o sindicalismo cutista, o 5º Congresso Nacional da CUT (5º CONCUR), realizado em 1994, apresentou, sob a forma de resolução, as principais sistematizações da Central sobre a questão da OLT até então. O texto produzido sobre o assunto é resultado de um encontro nacional organizado pela entidade. No trecho em que a resolução apresenta os pressupostos para a concepção de OLT para CUT destacamos o momento em que os seus redatores associam a importância dessa modalidade de organização dos trabalhadores com luta pelo poder e com participação política.

A OLT trata da conquista e ampliação da democracia na empresa. Embora estejamos conscientes dos limites desta luta sob o capitalismo, nos parece necessário ressaltar a importância desta bandeira histórica dos trabalhadores, na medida em que abrem-se espaços para atuações cada vez mais amplas, inclusive relacionadas com a questão do poder. Segundo, trata-se da democracia intraclasse. É necessário realizar uma profunda discussão sobre a contradição que frequentemente ocorre entre os mecanismos/formas de representação e ação coletiva direta. Tal questionamento parte da negação do monopólio da representação sindical, passa pela discussão dos processos de autodeterminação e autonomia dos trabalhadores e avança até a discussão da *autogestão socialista dos meios de produção*." (CUT, 1994, p. 122, grifos nossos).

Como se sabe, a *autogestão socialista dos meios de produção* é elemento recorrente no debate socialista desde o fim do século XIX e praticamente durante todo o século XX. Parte significativa dos socialistas atribuíam uma importância estratégica a este tipo de organização direta dos trabalhadores para se evitar o afastamento das direções das bases e a burocratização sindical, política e partidária das representações operárias<sup>77</sup>. Destacamos o trecho do documento onde a central relaciona (mesmo que só sugestivamente) a OLT com autogestão socialista porque este é um dos poucos momentos (até então) em que a entidade faz uma clara

---

<sup>77</sup> Para um panorama do debate socialista sobre a participação política direta operária, vide: PINHEIRO, Miton; MARTORANO, Luciano C. (Orgs.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

referência da organização basista dos trabalhadores no local de trabalho com a construção do socialismo como seu horizonte histórico anunciado.

Embora o tema não tenha saído da pauta da CUT desde então, até esse tempo ele não voltou mais a ser relacionado a alguma forma de autogestão socialista dos meios de produção ou até mesmo com um tipo de organização autônoma dos trabalhadores dentro das empresas.

No 7º CONCUR (2000) o tema das OLT's voltou a ser destacado pela Central, mas dessa vez como uma das estratégias prioritárias da entidade na garantia de se conseguir a representação do seu sindicalismo dentro das empresas. Em outras palavras, a luta pelas OLT's passou a significar a monopolização da representação dos trabalhadores no local de trabalho por uma entidade atrelada à Central Sindical, o que joga por terra a autonomia dos trabalhadores em se organizarem por fora e contra estruturas de representação engessadas.

No dia 19 de junho de 2012, em vista à fábrica da Mercedes-Benz (Daimler-Chrysler do Brasil) em São Bernardo do Campo, tivemos a chance de conhecer as formas de organização coletiva dos trabalhadores dentro da empresa, com destaque para o Comitê Sindical por Empresa (CSE), órgão do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (representante da categoria) e experimento da noção de sindicato orgânico que a CUT vem desenvolvendo. As relações negociais que o comitê realiza com a empresa têm sido consideradas uma estratégia de sucesso dentro da CUT. Sua atuação se inspira na conquista de uma lei pela *Dachorganisation der Gewerkschaften in Deutschland* (DGB) (Confederação Alemã de Sindicatos) no imediato pós-guerra que obriga, ainda hoje, o partilhamento da gestão de empresas siderúrgicas e mineradoras com mais de 1000 funcionários com seus trabalhadores. Com esse norte, a CSE tem um papel ativo junto à direção da fábrica em obter vantagens trabalhistas para os funcionários e, ao mesmo tempo, obter vantagens competitivas para a empresa. Alguns exemplos colhidos no local: em 2004 o sindicato da categoria obteve um acordo com a direção empresa para que os seus indicadores econômicos fossem publicizados a fim de facilitar as negociações trabalhistas; um acordo existente desde 1994 reza que todo contrato sobre terceirizações precisava ser aprovado antes pelos trabalhadores que, em troca da sua aceitação, seriam compensados com mais benefícios; os trabalhadores de cada setor da fábrica têm uma autonomia relativa na organização de suas tarefas, como decidirem sobre o ritmo da produção (desde que não afete os outros setores e as

metas acordadas), sobre os momentos de pausa para almoço e sobre as opções de lazer que podem ser realizadas dentro desse momento. Nessa perspectiva, a CSE assume o compromisso de se tornar parceira no desenvolvimento da empresa em troca de benesses nas condições de trabalho local. Embora isso mereça uma reflexão mais aprofundada, podemos perceber indícios de que essa prática de “autogestão” no setor e co-gestão na fábrica em troca de acordos coletivos em que os “dois lados sairiam ganhando” se aproxima muito de um tipo corporativismo categorial, que secundariza a perspectiva de classe, exaltando as melhorias pontuais para a categoria ou para trabalhadores de uma mesma empresa.

Essa redução da ênfase (ou a modificação da sua natureza) que a Central fez na questão da organização política dos trabalhadores por local de trabalho encontra explicação igualmente na transmutação sofrida pela entidade ao longo da década de 1990. Como ela atravessou o caminho do sindicalismo participacionista na direção do sindicalismo cidadão nesse momento, a Central entrou nos anos 2000 enfatizando as parcerias com outras entidades (ONG’s, Estado, empresas) na promoção de serviços sociais; e foi dentro dessa mais recente estratégia que o fomento à economia solidária passou a ser considerada também uma das linhas prioritárias de ação da CUT.

Nesse entremeio, o tema da “autogestão” foi modificado nas discussões da Central até tornar-se uma discussão sobre OLT’s como parte da estrutura organizativa da CUT (a ideia do sindicato orgânico). Nesse mesmo contexto, o tema também vai ser deslocado para outro espaço dentro da Central, só que dessa vez junto à economia solidária. Vejamos:

Nesse contexto [desemprego e informalidade], a economia solidária, particularmente as cooperativas, torna-se mais do que uma alternativa de geração de trabalho e renda, representando uma contraposição às políticas neoliberais. Isso pode ser constatado em muitos países, nos quais o desenvolvimento do trabalho em regime de cooperativas autênticas e de *autogestão* trouxe crescimento econômico a setores que se mostravam inviabilizados. Isso representou o aproveitamento de trabalhadores excluídos do processo produtivo por idade, escolaridade, problemas de saúde ou seqüelas ocupacionais, gerando com isso melhorias sociais, ganhos de qualidade de vida e cidadania (CUT, 2000, p. 34. Destaque nosso.).

E ainda:

Sendo assim, uma estratégia inovadora da CUT no combate ao desemprego e à exclusão social é a construção de um projeto de economia

solidária, visando, por meio da disseminação de empreendimentos econômicos solidários, como as cooperativas populares autênticas e de autogestão e as empresas de autogestão, ampliar as possibilidades de um desenvolvimento econômico com maior distribuição de renda e geração de novas oportunidades de trabalho, sob princípios da democracia e da autogestão (CUT, 2000, p. 34).

Assim, a cota de contribuição do sindicalismo cutista no que diz respeito ao “desenvolvimento econômico e social” (item XIX do Eixo II da estratégia da CUT, segundo o 11º CONCUR-2012) para a “transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e o socialismo” (ESTATUTO da CUT, 2012, p. 09) passaria pelo fomento aos empreendimentos econômicos solidários, isto é, àquelas atividades econômicas pautadas na organização interna pelos princípios da autogestão, além da democracia, cooperação e solidariedade. Nesse sentido, como a obrigação de estimular e desenvolver a economia solidária dentro da CUT já havia sido delegada à ADS, o entendimento do que seria autogestão para a Central passa também a ser encontrada nas formulações da agência e relacionam-se, claro, à sua concepção de economia solidária.

Dessa forma, no livreto publicado pela ADS intitulado *O Cooperativismo autêntico e a Economia Solidária* podemos ler a seguinte definição, extraída na sua integralidade:

Autogestão é um termo que caracteriza as relações de trabalho do tipo democráticas, igualitárias, transparentes e solidárias.

O surgimento deste termo se deu pela necessidade de diferenciar as cooperativas dos trabalhadores (autogestionárias, das cooperativas dos consumidores, que geralmente contratam empregados tal como uma empresa capitalista.

Apesar da concepção original da autogestão estar vinculada à posse e/ou controle dos meios de produção pelos trabalhadores, atualmente este termo é também utilizado para designar empresas privadas ou estatais desde que sejam geridas pelos trabalhadores (ADS, [20--], p. 7).

Isso nos leva a pensar que, olhando do ponto de vista da concepção de construção do socialismo para a CUT (via revolução social, o que é sobremaneira *singerista*), teria havido um compartilhamento dessa luta com a ADS. Enquanto a CUT continuaria tocando as lutas sindicais e trabalhistas burocráticas em permanente negociação com o empresariado e os governos (facilitado, sobretudo, por um contexto econômico nacional que favoreceu melhores reajustes salariais e participação nos lucros, porém sem conseguir reverter os processos de flexibilização

do trabalho introduzido nos anos 90<sup>78</sup>), caberia à ADS também a tarefa de criar as condições “silenciosas” para a implementação da revolução social socialista.

Entretanto, acontece que, enquanto um outro significado da autogestão na história do movimento operário apontava para uma proposta ampliada de autogoverno social pelos trabalhadores associados, a apropriação do termo pela ADS, com base em Singer, faz a redução da democracia e do controle coletivo da produção aos limites internos dos empreendimentos econômico-solidários, incentivando um tipo de participação que pouco questiona as políticas econômicas fundamentais do Estado e a vinculação dos empreendimentos com o sistema de troca, distribuição e consumo capitalista. Por isso que na proposta de autogestão citada acima, tanto faz se a empresa é privada ou estatal para designar a sua natureza “autogestionária”, já que bastaria somente que as relações de trabalho fossem “democráticas, igualitárias, transparentes e solidárias”.

Quando analisadas em conjunto, na perspectiva da organização da classe trabalhadora brasileira, a ação da CUT Nacional (com sua prática cidadã) e a atuação da ADS (com seu sentido limitado de autogestão), somos levados a julgar que elas se dão entre dois extremos que se completam e que pouco influem para a tão propalada mudança da sociedade brasileira: de um lado, um “politicismo” porque atrelado às instâncias oficiais (do Estado e do empresariado) e que não busca e é incapaz de promover mudanças econômico-sociais profundas pois atua nos limites dos acordos corporativos consensuais ou possíveis voltados para as principais categorias organizadas sob sua sigla, e, de outro lado, um “economicismo” na organização dos empreendimentos solidários porque eles concorreriam para promover melhorias nas condições materiais de vida de seus associados estritamente através da sua “inclusão” nos mercados, não buscando promover modificações (que não fossem moralistas somente) na estrutura da circulação capitalista e tampouco a intervenção política em processos mais amplos de reprodução social.

---

<sup>78</sup> Reflexões permitidas por KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (Orgs.) *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p.213-245.

### 4.3 COOPERATIVISMO NO BRASIL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS LIMITES

Que as atividades econômicas que se organizam sob o rótulo de empreendimentos econômicos solidários são um fenômeno social de significativa amplitude não se pode negar, posto que eles são um dado da realidade objetiva. Segundo os resultados do mais recente levantamento do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) da SENAES divulgados em 2013, estão cadastrados 19.708 empreendimentos econômicos solidários na sua base de dados (SENAES/MTE, 2013). Por outro lado, isso não significa aceitar, como faz Singer, que a economia solidária seja algo existente desde os primórdios da industrialização. Muito embora boa parte dos empreendimentos justifique a sua existência contemporânea com base nos ideais daquele tipo de socialismo que existiu nas primeiras décadas do século XIX, as condições concretas e os ideais que fazem deles o que são hoje, os colocam, inapelavelmente, como ocorrências do tempo presente, ainda que tomem emprestados os programas do passado e igualmente se autorrepresentem por meio de roupagem vetusta.

As condições históricas que permitem o nascimento da economia solidária estão relacionadas à crise econômica e social que se abateu sobre a economia mundial em torno da década de 70 do século XX. Na América Latina, as consequências das políticas recessivas assumidas pelos diversos governos nesse contexto, especialmente o desemprego, fizeram emergir formas de associação dos trabalhadores visando garantir alternativas imediatas de sobrevivência para esse momento. Apesar de a orientação econômica liberal atual guardar paralelos com a do final do século XVIII e o século XIX, o contexto que fez emergir o cooperativismo recente é distinto do cenário daquele período. O cooperativismo recente (pelo menos na sua expressão brasileira) se apresentou num momento em que houve um desmonte mundial das formas de intervenção econômica praticada por Estados inspirados no keynesianismo (populistas e nacional-desenvolvimentistas) e de suas respectivas políticas de bem-estar social (onde estas existiram, evidentemente), bem como pela reestruturação produtiva.

De outro modo ainda, é bem verdade também que o cooperativismo é um movimento nascido no século XIX que se consolidou plenamente como uma instituição moderna, se adaptando às condições econômicas de cada época do capitalismo e tendo sua existência garantida desde então. Por isso se pode dizer

que o cooperativismo existe independente da economia solidária, mas a economia solidária só existe porque adotou o cooperativismo como representante para a sua fórmula máxima de autogestão e democracia interna. É o próprio Singer que formula essa ideia. Ele diz, por exemplo, que a cooperativa de produção é o protótipo da empresa solidária (SINGER, 2002, p. 09). Entretanto, os dados da SENAES mostram que as cooperativas não têm a primazia dentre o total de empreendimentos solidários no país. Das mais de 19 mil atividades solidárias contidas na sua base de dados, apenas 8,8% se organizam sobre a forma jurídica de cooperativa, o que dá 1.740 empreendimentos com essa característica. Dentre estas ainda, nem todas são cooperativas de produção, o que diminui ainda mais a participação deste tipo de atividade na definição do universo da economia solidária brasileira.

Por outro lado, nas atividades econômico-solidárias mantidas e apoiadas pelo sindicalismo cutista, UNISOL e ADS principalmente (que estão contidas nos dados da SENAES), essa proporção se inverte enormemente. De acordo com o último levantamento feito pelo Projeto Conexão Solidária da ADS, dos 160 empreendimentos que estão em funcionamento na sua base, 55,7% são cooperativas, 40,5% são associações e 1,9% são microempresas (CONEXÃO SOLIDÁRIA, 2011). Essa informação atesta a estreita vinculação do sindicalismo da CUT com o fomento especial do cooperativismo.

No entanto, a retomada do cooperativismo no Brasil pelo sindicalismo cutista pelas mãos da economia solidária não significou, todavia, que ele tenha sido o protagonista do aumento do número das cooperativas já com a intenção manifesta de fazer delas empreendimentos representantes da economia solidária. Ao contrário, foi o exponencial crescimento de cooperativas sob sua área de influência – decorrente do agravamento da crise econômica e da explosão da quantidade de desempregados – que forçou a CUT a entrar no debate cooperativista, pintando-o, posteriormente, com as tintas do que passou a ser entendido como economia solidária. Segundo dados da OCB citados por ODA e SECOLI (2002), entre 1990 e 1998 a taxa de crescimento do número de cooperativas no país foi de 44%, passando de 3.549 em 1990 para 5.102 em 1998 (ODA e SECOLI, 2002, p. 04-05).

Os elementos apontados acima que indicam a retomada do cooperativismo no Brasil (pelas mãos do movimento sindical ou não) colocam o seu desenvolvimento na mesma rota da sua já conhecida história no continente sul-americano. Segundo Rios (2007), uma das principais características do

cooperativismo na América Latina é o caráter cíclico de sua ocorrência. O cooperativismo por aqui tem um caráter intermitente (aparecendo ora mais, ora menos) porque está ligado aos momentos de crise econômica e política pelos quais o continente passa. Para Rios (2007), a economia e a diplomacia dependentes dos países latino-americanos ajudam a explicar as campanhas de fomento ao cooperativismo nesse lugar ao longo do século XX. Com base no autor, podemos dizer que as primeiras e principais iniciativas do cooperativismo no Brasil foram promovidas por uma elite econômica e política que subordinou essa prática aos seus interesses, predominantemente agroexportadores<sup>79</sup>.

De acordo com essa perspectiva, as principais campanhas de fomento ao cooperativismo na América Latina se deram entre 1927 e 1936 (período de uma grande crise econômica mundial), na década de 1940 (depois do segundo pós-guerra) e após os anos 60 (no contexto da Guerra Fria e da “ameaça comunista”, sobretudo após a vitória da Revolução Cubana) (RIOS, 2007, p. 28). Por nossa conta, completamos o quadro ao encaixarmos o período compreendido entre os anos 1980 e 1990 como sendo parte do ciclo do cooperativismo latino-americano, pois foi justamente no tempo em que começaram a aparecer por aqui os ajustes neoliberais e seus primeiros efeitos e o consequente resgate do movimento cooperativista e incluído dentro dele, àquele que compõe a economia solidária.

É tão verdade essa relação listada acima e também o predomínio do caráter elitista do cooperativismo nacional que os seus principais marcos jurídicos estão relacionados a esses períodos e vêm com essa característica (pelo menos até os anos 80/90). A primeira lei específica sobre organização e funcionamento das sociedades cooperativas foi de 1932<sup>80</sup>, ou seja, ainda no momento de repercussão da crise de 1929. O governo federal demonstrou interesse no cooperativismo como alternativa econômica para a crise e fez com as cooperativas o que fez também com

---

<sup>79</sup> Cumpre saber que a criação de cooperativas no Brasil não estava exclusivamente ligada à esses interesses poderosos. Tivemos também outras experiências ainda no fim do século XIX e começo do século XX com características mais autônomas, só que minoritárias. Informações sobre as primeiras cooperativas no Brasil vide: FUNDAÇÃO FRIEDRICH NAUMANN E ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS COOPERATIVAS. *O cooperativismo no Brasil: enfoques, análises e contribuições*. Curitiba, 1979.

<sup>80</sup> Decreto lei 22.239/1932. Foi revogado em 1933 mas depois revigorado em 1938. Novamente revogado em 1943 e depois retomado em 1945 com vigência até 1966 (BENATO, 1994).

o sindicalismo, atrelou-as ao Estado. Mais adiante, outro marco jurídico importante se estabeleceu entre 1966 e 1971, período em que se intensificou a intervenção estatal sobre as cooperativas e aumentando ainda mais as regulamentações estatais sobre elas. A lei nº 5764/1971, também chamada de Lei Geral do Cooperativismo (promulgada em plena ditadura militar, o que já é bem reveladora da sua natureza) é ainda hoje o principal instrumento legal que regula o funcionamento das cooperativas no país. É ela que estabelece, por exemplo, a obrigatoriedade de filiação das cooperativas à OCB. Embora essa lei tenha passado por reformas ao longo desse tempo, grosso modo, ela ainda é uma legislação que favorece às grandes cooperativas capitalistas em detrimento de empreendimentos mais modestos e honestos.

Contudo, algumas ressalvas necessitam serem feitas quanto ao estabelecimento de uma relação imediata entre a “nova onda” cooperativista que assistimos sob influência da economia solidária e o seu caminho histórico no Brasil. Diferentemente dos outros momentos de ascensão do cooperativismo no país, que se deram, conforme Rios (2007), puxados pelos interesses das classes dominantes brasileiras, como parte de uma política de “controle social e de intervenção estatal”, o mais recente momento, apesar de também ter se erguido em um contexto crítico, se diferenciou substancialmente do anterior porque também estava tocado por inspirações de mudança social a partir “dos debaixo”, já que alguns dos seus principais promotores podem ser identificados por suas origens nos setores operários e populares, com uma história recente de organização e militância política vinculada ideologicamente ao campo das esquerdas; além do mais, os movimentos iniciais dessa nova vaga tinham uma marcante presença no ambiente urbano também, especialmente na esfera da produção industrial. Podemos tomar como casos representativos disso os exemplos das primeiras fábricas recuperadas, com destaque para a Makerli e da ANTEAG, e, mesmo quando o fenômeno também se deu fora dos centros urbanos, foram fortes as presenças de instituições de esquerda na sua organização, como são exemplares a participação do PT e do MST no amparo e estruturação de alguns dos pioneiros empreendimentos cooperativos no sul do Brasil nesse contexto.

Não queremos afirmar com isso que as iniciativas vinculadas aos interesses privados e tradicionais estivessem por fora dessa nova safra do cooperativismo. Pelo contrário, os velhos promotores do cooperativismo brasileiro (e as novas

entidades que promoveram seus velhos interesses) também tiveram papel de destaque nesse momento. Entretanto, o que queremos enfatizar aqui é novidade da participação daqueles setores populares (com àquelas características) na construção desta nova ocasião do movimento cooperativista brasileiro.

É verdade, porém, que as iniciativas que hoje podem ser alocadas dentro do que consideramos como “a nova onda do cooperativismo brasileiro” não se encerram mais somente dentro daquelas particularidades listadas acima, já que o Brasil assistiu uma expansão territorial destas atividades. Esse fato deveu-se basicamente a dois feitos: primeiro, as condições materiais provocadas pelas crises e ajustes econômicos dos anos 80 e 90 que constrangeram, sobretudo, as parcelas mais vulneráveis da população a buscarem alternativas de sobrevivência fora do assalariamento formal e, secundariamente, a ação das entidades hoje aglutinadas no Fórum Brasileiro de Economia Solidária que decididamente atuaram para amparar e desenvolver formas institucionalizadas de cooperação econômica.

Assim, não é estranho dizer que a nova leva cooperativa no país, identificada com a militância de esquerda, veio, no contexto pós-Constituição de 1988, lutar para democratizar as instituições e relações econômicas do cooperativismo brasileiro. De maneira comparada, e no que tange ao contexto urbano e industrial, pode-se dizer que, no seu nascedouro, o novo cooperativismo estava para o cooperativismo tradicional como o “novo” sindicalismo estava para o sindicalismo pelego. Embora circunscritos dentro dos papéis que sindicalismo e cooperativismo têm ocupado na história, ambos nasceram com propostas de promoverem transformações na realidade brasileira, tanto mexendo com o poder de arcaicos mecanismos institucionais e políticos, quanto contribuindo para mudanças econômicas e sociais favoráveis aos grupos subalternos. E de forma paralela também, enquanto a CUT estava construindo as bases do seu sindicalismo cidadão, o debate político sobre as cooperativas oriundas das fábricas recuperadas convergia para a economia solidária. Esse cruzamento do cooperativismo das fábricas recuperadas nos anos 90 com os ideais econômico-solidários que ganharam terreno no Brasil na mesma época, acabou por formatar o movimento da economia solidária dos dias de hoje, fazendo dele algo mais do que só o cooperativismo formalizado, mas que dele não se separa.

Entretanto, apesar das motivações iniciais baseadas nos princípios de democracia, de solidariedade, de autogestão e de justiça econômica e social que

inspiraram boa parte dos novos empreendimentos cooperativos no Brasil (considerando aqui, principalmente aqueles que se organizaram sob a batuta da CUT), eles não passaram incólumes pelos valores que sustentam o neoliberalismo e nem abandonaram por completo o projeto de sociedade da social democracia. A concepção de economia solidária da CUT trabalha com a ideia de que o mercado seria o melhor alocador de recursos, assim como também o neoliberalismo opera com a ideia que a vida social deveria ser guiada pelos valores do mercado, porém, a proposta cutista argumenta ainda em defesa da natureza coletiva e internamente socialista dos empreendimentos solidários e a favor da presença de um Estado interventor para minimizar as desigualdades provocadas pelo mercado. Essa concepção opera na lógica do Estado social-liberal de Bresser Pereira, onde a economia solidária se apresenta como entidade pública não estatal para prestar seus serviços sociais e o mercado (e a sua participação nele) seria o mecanismo que a faria ser eficiente naquilo se propõe. Em síntese, é uma proposta que defende, ao mesmo tempo, uma dada configuração de Estado, o mercado capitalista convencional e uma motivação socialista na organização interna dos empreendimentos solidários.

Nada obstante, mantendo esta adulação ao mercado e a uma determinada configuração de Estado, a motivação socialista que diz inspirar os empreendimentos construídos em redor e pelas instituições cutistas não pode ser suficiente para efetivar a alardeada transformação substantiva nas vidas dos que se amparam sobre estas atividades econômicas ou para induzir algum processo profundo de mudança na estrutura da desigualdade social brasileira. O cooperativismo e outros empreendimentos da economia solidária não são significantes absolutos, pois eles também estão subordinados aos conteúdos políticos e de classes desta sociedade. Conforme a carga que recebem, podem servir tanto à manutenção da vinculação do trabalho ao capital, quanto podem servir de instrumento na busca de uma sociedade verdadeiramente voltada à satisfação das necessidades humanas. Pois, se for verdade, como narra a história das grandes transformações a favor da classe trabalhadora, que sem a posse coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores associados a sociedade não muda, baseada somente nela, a realidade tampouco se altera. Mézáros se pronuncia a esse respeito, quando diz: “Mudanças legalmente induzidas nas relações de propriedade não têm garantia de sucesso mesmo que abarquem a ampla maioria do capital privado, quanto mais se se limitarem à sua

minoria falida” (MÉSZÁROS, 2002, p. 629). Isso porque, ainda de acordo com o filósofo:

A questão fundamental é o *controle global* do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os *direitos de propriedade* estabelecidos. [...] a “expropriação dos expropriadores” é apenas o pré-requisito necessário para as mudanças necessárias (MÉSZÁROS, 2002, p. 628, grifos no original).

No entanto, um dos problemas fundamentais em que a efetuação prática das propostas cooperativas da ADS já está incorrendo – jogando por terra todo o potencial acumulado de organização de desempregados e dos grupos populares para a luta política – está ligado a transformação dos empreendimentos construídos por indivíduos desses setores em pequenas empresas capitalistas (e pouco importa para seus efeitos se os empreendimentos são coletivos ou particulares). Ao propor a eles a entrada nos circuitos convencionais de troca e distribuição (mesmo que selecionados) como condição única para a manutenção dos seus empreendimentos, coloca-os em contato com a concorrência convencional capitalista, marcada sobremaneira pelo *dumping*<sup>81</sup>, pelos cartéis, pelos monopólios e oligopólios, pela publicidade excessiva e, quando não muito, fraudulenta, por isenções ou subvenções estatais e toda sorte de formas de exploração do trabalho e extração de mais-valia, coagindo-os a operarem na lógica da acumulação de capital.

É claro que os intelectuais da ADS sabem que não vivemos na era da concorrência liberal clássica e é muito provável que os sujeitos que estão dentro da economia solidária também já tenham sentido o peso dos grandes, médios e desleais capitais na disputa desigual por mercados. Mas, mesmo que se consiga construir um mercado perfeito para a comercialização dos produtos vindos dos empreendimentos solidários, como os que a ADS tem tentado fazer, a lógica da produção capitalista não se esvai do interior destes empreendimentos, pois eles continuam produzindo para a venda no mercado. Assim, ao se submeter à lógica mercantil, longe de que a produção econômica solidária seja um circuito baseado na fabricação de mercadoria/serviço com o objetivo de garantir o sustento de seus membros dentro dos princípios socialistas da autogestão (que poderia ser

---

<sup>81</sup> Praticar preços inferiores aos custos da produção

representado pelo esquema M-D-M), ela se integra totalmente aos imperativos da produção de valor, subordinando a produção de valor de uso ao valor de troca, ou seja, fazendo da própria produção da mercadoria/serviço um meio para a acumulação de capital, que é seu o fim (D-M-D'), uma vez que necessitam de excedentes para acumular e reinvestir (MARX, 1994).

Se assim for, restarão a eles duas alternativas nada promissoras: ou os empreendimentos serão fagocitados pela concorrência capitalista, chegando à falência, ou terão que abandonar (não por escolha, mas por necessidade de sobrevivência) os princípios solidários que os orientam a fim de se manterem viáveis.

Historicamente analisando, haveria outra possibilidade não tentada para a organização dos trabalhadores e do cooperativismo no Brasil. Mas ela não está colocada no horizonte do momento. Quando parcela do movimento sindical aglutinada na CUT se propôs a expandir a pauta de atuação, ela o fez na perspectiva de buscar o entendimento entre as classes sociais, transformando a luta política em prática institucionalizada nos limites do Estado, e, quando se apresentou para organizar a classe trabalhadora autonomamente em atividades econômicas, submeteu-as às suas aspirações de pacto de classe, reforçando as instituições capitalistas e oferecendo a economia solidária ao empresariado para que com ela fizessem proselitismo filantrópico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos mostrar ao longo deste trabalho os caminhos pelos quais foi construída a proposta cutista para a economia solidária, assim como procuramos realizar também uma crítica teórica e política a respeito da adesão da entidade a essas práticas e das suas consequências para a organização dos trabalhadores brasileiros. A ideia que orientou esse trabalho se concentrou na noção de que as resoluções da CUT Nacional para a economia solidária, dirigida, sobretudo, para a criação de uma *agência* fomentadora do chamado desenvolvimento solidário, está impressa numa prática política estendida da Central construída ao longo dos anos 1990 que ficou conhecida pela alcunha de sindicalismo cidadão. Nessa perspectiva, procuramos provar que os serviços prestados pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) demonstram a efetivação do apoio da Central a uma proposta de capitalismo e a uma reconfigurada forma de neoliberalismo, uma vez que ela entrou na disputa de fundos públicos para prestar serviços de assistência social (no caso, à trabalhadores desempregados, precarizados e associativados em situações econômicas vulneráveis) paralelamente ao Estado e em parceria com a iniciativa privada.

Atestamos ainda que o envolvimento da CUT com a economia solidária aprofunda o seu apoio ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro porque contribui para que os empreendimentos solidários sejam espaços convencionais de acumulação de capital, a despeito de qualquer conteúdo interno de organização inspirado na autogestão socialista, já que eles são instrumentalizados “politicamente” pela Central de maneira privilegiada para se firmarem no mercado.

Embora com repercussões políticas e econômicas menores do que as resultantes das práticas de acordos, negociações e proposições dentro de espaços institucionais exclusivamente, a política de fomento à economia solidária, com as características já listadas, se sobrepõe a essas práticas pelo seu simbolismo, já que expressam o suporte de uma central sindical – que diz lutar por mudanças sociais favoráveis aos trabalhadores – à organizações econômicas tipicamente capitalistas.

Não que isso seja algo completamente estranho ao sindicalismo brasileiro, já que ao longo do século XX temos exemplos de parcerias entre o movimento sindical e o desenvolvimento capitalista. Entretanto, a atual prática assumiu contornos diferenciados porque ela se deu em um momento onde houve um mimetismo muito

grande entre a burocracia diretiva da CUT com a estrutura do Estado e parcela da burguesia brasileira. Para as ações da CUT em economia solidária isso fica evidente quando a Central passou a dispor com mais facilidade dos recursos do FAT, do BNDES e da Petrobras para realizar seus intentos.

Para tanto, esperamos ter demonstrado que o caminho que conduziu à Central por estes meandros passou pela sua adesão, primeiro, ao sindicalismo participacionista, e depois pela sua formulação do sindicalismo cidadão. Argumentamos também que esse seu transformismo não estava colocado unilateralmente na sua natureza desde o nascimento. Longe disso, no contexto inaugural de suas lutas, outras possibilidades estavam colocadas. Entretanto, pressionado por uma conjuntura econômica e política desfavorável aos trabalhadores, um grupo político específico passou a obter a maioria nos seus congressos, hegemонizando-se posteriormente na sua direção, o que o permitiu implantar um projeto sindical voltado à negociação e à parceria.

Como não pode deixar de ser, essa propositura – pertencente à tendência majoritária da Central – não estava desacompanhada de uma leitura justificante de mundo. Muito influenciada pelas ações em curso de um dos seus sindicatos mais importantes (o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC) no que tange às negociações com o governo e com o empresariado na busca de alternativas possíveis à crise que se abateu no parque industrial da micro-região paulista, a diretoria da CUT Nacional passou a proclamar que seria necessário expandir a pauta política da entidade com o fim de buscar soluções para os problemas nacionais que não exclusivamente dentro dos limites da luta sindical. Munidos desse ideal, a entidade deu início à ocupação de espaços na estrutura do Estado e nos fóruns de negociação com o empresariado. A justificativa para tanto foi que a Central, desde o seu nascedouro, empreendia lutas para a construção da cidadania, não luta de classes, e que no cenário de pós-redemocratização fazia-se necessário propor reivindicações a favor dos trabalhadores por dentro da institucionalidade política, uma vez que a conquista desse espaço havia sido uma demanda concentrada dos movimentos sociais (inclusive do próprio movimento sindical).

Como invólucro desta atuação, a Central lançava mão da escusa de que as lutas dali em diante seriam por “plena cidadania” e por “universalização de direitos”, deixando escapar uma concepção teórica muito similar àquelas que foram sintetizadas pelo sociólogo T. H. Marshall e que foram representativas dos

propósitos de vários novos movimentos sociais ao redor do mundo na sua busca por direitos e que rejeitavam a noção de classe social. Com o uso dessa concepção passou-se a anunciar que seria possível transformar essencialmente as condições de desigualdade social apenas a partir da efetivação dos direitos de cidadania, não aceitando a premissa que o capitalismo consegue ser tolerante com a realização de algumas igualdades formais, desde que corretamente pressionado, mas jamais condescenderia com a efetivação da equidade das classes sociais, o que já seria uma contradição nos termos.

Se, inicialmente, pudemos ver a concepção de cidadania de Marshall influenciando na postura da CUT Nacional, na virada do milênio essa concepção recebeu um aporte significativo de outra visão de mundo, mais afeita aos tempos neoliberais que tinham se adensado no país de então. Nessa trilha, a noção de cidadania para a Central passou a estar associada também ao oferecimento de serviços sociais (alfabetização, formação profissional e alternativas de trabalho e renda típicas da economia solidária) que seriam de responsabilidade do Estado. O pano de fundo dessa visão interpretava que a relação do Estado com a sociedade civil teria sido alterada no Brasil dos anos 1990, e, nesse sentido, com a intenção de combater os efeitos sociais de sucessivos anos de políticas econômicas neoliberais, a entidade passou a se apresentar como um *espaço público não estatal* da sociedade civil para ofertar estes serviços sociais. De posse dessas interpretações, a CUT partiu para a prestação de serviços no campo das políticas de emprego.

Como todas as iniciativas do “terceiro-setor”, a CUT também não consegue a noticiada autonomia diante dos outros “dois setores” da sociedade. Ela não despreza o Estado porque a condição de sua existência hoje está relacionada a atuação dentro das suas instâncias e tampouco elimina o Mercado porque enxerga nele um ótimo estimulador para os empreendimentos da economia solidária.

No concernente ao campo da economia solidária como parte das políticas de emprego e renda da Central, ela começou a ganhar corpo no interior da entidade a partir de meados da década de 90 com a ativa participação de sindicalistas cutistas nos processos de recuperação de fábricas falidas no país, mas especialmente em São Paulo. A presença da CUT no movimento das fábricas recuperadas aglutinadas na ANTEAG levou os dirigentes da Central a disputarem, nos Conselhos em que participavam, os orçamentos de programas governamentais disponíveis para propostas de combate ao desemprego, tentando, com isso, destinar esses recursos

públicos para as iniciativas com caráter cooperativo que se desenvolviam na sua base. A participação nas instâncias deliberativas dos recursos do FAT foi o ponto inaugural desse momento, pois foi quando a Central conseguiu obter recursos para a realização de cursos de capacitação para formar conselheiros para as comissões locais do FAT e para a formação de formadores em educação profissional. A partir do seu envolvimento direto no oferecimento de cursos de formação e profissionalização, a Central passou a investir também em cursos de qualificação para militantes envolvidos com fábricas recuperadas e cooperativas de diversos tipos.

A participação da CUT no movimento das fábricas recuperadas e no oferecimento dos cursos de formação e qualificação representou o encontro do movimento sindical com os debates sobre a economia solidária no Brasil. A respeito desses debates, vimos que as primeiras sistematizações intelectuais já tinham se dado na metade dos anos 90, quando intelectuais próximos ao catolicismo de esquerda latino-americano usaram o termo para designar algumas práticas de sobrevivência econômica de grupos empobrecidos. No Brasil, a noção de que essas práticas de subsistência tinham uma lógica própria, diferente da economia capitalista, porque seriam portadoras de princípios éticos, justos e democráticos, foi atribuída primeiramente ao cooperativismo de produção rural de pequenos produtores, mas depois ela se desenrolou até o ambiente urbano para explicar as formas de organização autônoma dos trabalhadores, provocadas pelas mudanças no mundo produtivo, na construção de alternativas próprias de trabalho e renda.

Para o entendimento desse desdobramento, a economia solidária pôde contar com as contribuições teóricas de Singer, que virou um dos principais artífices intelectuais sobre ela. Ele a considerou, principalmente, a partir das cooperativas de produção, incrementando na sua análise elementos da teoria marxista, como por exemplo, a questão da substituição do modo de produção como condição para a construção de uma sociedade socialista. Uma das ideias centrais de Singer que ilumina a maior parte do movimento defensor da economia solidária concentra-se na interpretação que a passagem histórica de uma formação social à outra se daria pela via do que ele chama de “revolução social”, isto é, quando uma determinada forma de produzir a vida se hegemoniza sobre as outras. Nesse sentido, para ele, a economia solidária seria uma forma específica de produção (baseada na autogestão, democracia interna, etc.) existente nos poros do modo de produção

capitalista que tem a possibilidade de se tornar majoritária e construir uma nova sociedade (formação social) chamada por ele de socialista.

Singer busca guarida para suas ideias sobre a economia solidária nas intervenções reformistas do célebre socialista utópico Robert Owen. As iniciativas cooperativistas de Owen no século XIX teriam dado provas de que seria possível, ainda sob vigência do modo de produção capitalista, organizar a produção econômica voltada para o mercado e garantir boas condições de vida e trabalho para os operários. No cerne dessa proposta, Singer enxerga que a união do movimento cooperativista como o sindicalismo, existente desde o início da industrialização, seria a principal forma de resistência ao modo de produção capitalista. Em grande medida são esses elementos das teorias de Singer que serão usados pela direção da CUT como argumentos justificantes para a promoção da economia solidária em sua agenda.

Causou-nos estranheza descobrir a reflexão *singerista* (apropriada e/ou formulada pela/para CUT) a respeito da unidade histórica entre movimento cooperativo e sindicalismo uma vez que os fatos históricos demonstraram que, apesar de atuarem juntos por um determinado momento, eles seguiram caminhos distintos politicamente, principalmente a partir da década de 40 do século XIX. Enquanto o movimento sindical optou pela luta política prioritariamente, realizando greves, mobilizações de rua, organizações institucionais, o cooperativismo passou a ser fundamentalmente uma atividade que trocou a possibilidade de mudanças profundas para a situação da classe trabalhadora por modificações pontuais nas condições de trabalho, facilmente apropriáveis pelos interesses capitalistas.

Contudo, apesar dessas informações históricas, tanto sobre o crescimento da participação política do proletariado quanto da precariedade das experiências cooperativistas, Singer buscou fazer uma nova leitura para a história do movimento operário, enxergando no seu itinerário a história da construção “subterrânea” da economia solidária, ou seja, em termos mais hegelianos que marxistas, ele vê a economia solidária como um movimento que se realizaria a si mesmo.

Como intelectual e militante organicamente vinculado à CUT (e ao PT), suas teses foram assumidas “naturalmente” por ela, que soube formatar seus elementos socialistas com a influência dos valores neoliberais de participação da sociedade civil, logrando com isso respaldo teórico para as ações de conciliação política que já desenvolvia, principalmente no campo da economia solidária.

Ademais, outro elemento importante nessa discussão a respeito da vinculação da CUT com a economia solidária que acreditamos ter destacado com certa inediticidade (embora de maneira incipiente) relaciona-se a discussão de autogestão dentro das duas entidades.

Como se viu, a utilização da palavra autogestão no contexto sindical só se deu recentemente, sobretudo a partir da criação da ANTEAG, entretanto, a noção de controle operário do processo de produção perpassa a história dos movimentos trabalhistas desde o início da industrialização, mas principalmente após a segunda metade do século XIX.

No entanto, antes do surgimento da ANTEAG, a autogestão não tinha “ascendência na história do movimento operário e popular brasileiro, não tendo qualquer peso nas pautas programáticas de partidos e sindicatos”, como lembra Vieitez e Dal Ri (2004, p. 270), muito embora tenha existido certa “cultura de autogestão” (NASCIMENTO, 1999) em momentos esparsos dessa história. Foi somente a partir do ressurgimento do movimento sindical combativo no fim dos anos 1970 que a temática da auto-organização dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho como instrumento político de suas lutas ganhou destaque. Nesse sentido, as comissões de fábricas que surgiram no ABC impulsionaram a construção da CUT, fazendo com que o tema da auto-organização de base dos trabalhadores fosse uma das preocupações da entidade na sua origem. Contudo, a transformação política que a Central atravessou também foi responsável por subverter o conteúdo desse tema, fazendo com que a organização no local de trabalho virasse sinônimo de representação do seu sindicalismo dentro das empresas e, o que é pior, a luta política dessas instâncias ficasse resumida à busca de melhorias locais, caracterizando um tipo de corporativismo categorial, como é o caso da Comissão Sindical por Empresa na Mercedes-Benz.

Assim, quando a ADS passou a assumir o tema da autogestão dos empreendimentos econômicos, o fez como se ela fosse um fim em si mesma, significando praticamente a democracia interna aos estabelecimentos solidários, passando ao largo da discussão sobre o estabelecimento da produção associada como requisito para o controle da vida social pelos trabalhadores livremente organizados.

De mais a mais, a orientação predominante nas ações da ADS para a promoção dos empreendimentos solidários que se organizam sob seus auspícios

compartilha com o capitalismo neoliberal o extremo apreço pelo mercado como juiz incontestado da produção oriunda das cooperativas e associações. Aliás, o desejo de emulação das práticas capitalistas convencionais é tão evidente que o mais recente projeto da ADS (e o que mais tem concentrado os esforços da agência), conformado no *Conexão Solidária*, expressa isso pelo linguajar copiado das práticas privadas, como pode ser tomado como exemplo o objetivo do projeto de desenvolver um “observatório de oportunidades de negócios” e qualificar os empreendimentos solidários na área de gestão, crédito e *marketing*.

Não é absurdo dizer que a CUT criou a noção de *Responsabilidade Social Sindical*, imita a iniciativa privada, usando o discurso da transformação social para realizar uma espécie de proselitismo filantrópico com ela.

Desvendamos que a despeito das preocupações da CUT nessa seara estarem relacionadas inicialmente ao ressurgimento e renovação do cooperativismo no Brasil, os encaminhamentos práticos que ela realizou a seu respeito não apontam mais para nenhum processo substantivo de transformação social, como arrogado pelo discurso socialista e autogestionário presente. Nesse sentido, as estratégias do sindicalismo cidadão e da economia solidária na CUT se complementam para a defesa do capitalismo, uma vez que sua ação sindical passou a significar acordos dos trabalhadores com empresas para obtenção de benefícios corporativos para os primeiros e vantagens competitivas para os segundos, além de privilegiar o participacionismo dos seus dirigentes em instâncias oficiais. Além do mais, quando ela assumiu a proposta de autogestão para organizar iniciativas econômicas para trabalhadores, ela o fez semelhantemente às práticas assistenciais privadas e ainda na intenção de promover o sucesso econômico capitalista dos empreendimentos nos mercados, sem orientá-las para o campo da atividade política questionadora do Estado e do capital e transformadora da vida social.

## REFERÊNCIAS

ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS).. *Relatório de atividades*. São Paulo: 2000.

\_\_\_\_\_. *O Cooperativismo autêntico e a Economia Solidária*. [s.n.t.], [20--]

ADS/CUT; SEBRAE. *A comercialização em economia solidária*. São Paulo, 2002.

ALBUQUERQUE, Alexandre Noronha. *A memória dos trabalhadores metalúrgicos do Rio de Janeiro na perspectiva da autogestão: o caso Remington*. Rio de Janeiro, 2007. (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social. UNIRIO. 2007.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 461- 474

ANDERSON, Perry. Além do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. O Brasil de Lula. São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 91, p. 23-52, nov. 2011.

ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo?* São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos, 3).

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. ed.. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_.; NOGUEIRA, Arnaldo. *O que são comissões de fábrica?*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, 47).

BARRETO, Maria Inês. As organizações sociais na Reforma do Estado. In: GRAU, Nuria Cunill; PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (Orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p.107 -151.

BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. [s.l.: s.n.], 1994.

BENATO, João Vitorino Azolin. *O ABC do cooperativismo*. São Paulo: OCESP, 1994.

BERNARDO, João. Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo?. *Crítica Marxista*, São Paulo: v.1, n.4, p.123-139, 1997.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da. *20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PAC's à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BOITO JR., Armando. A burguesia no governo Lula. In: *Crítica Marxista*, n 21, Rio de Janeiro: Revan, p. 52-76, 2005.

\_\_\_\_\_. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. BOITO JR., GALVÃO, A. (orgs.), São Paulo: Alameda, p. 67-104, 2012.

\_\_\_\_\_. Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*, São Paulo: v. 1, n. 3, p. 80-105, 1996.

\_\_\_\_\_. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

\_\_\_\_\_. Reforma e Persistência da Estrutura Sindical. *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Gabinete do Ministro. Consoante o disposto no art. 4º e parágrafos da Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, na Portaria nº 194, de 17 de Abril de 2008, e na Nota Técnica SRT/Nº. 004/2013, DIVULGO as Centrais Sindicais que atendem aos requisitos revistos no art. 2º da referida Lei, com seus índices de representatividade, às quais serão fornecidos os respectivos Certificados de Representatividade – CR. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 abril 2013, p. 96.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies\\_atlas.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp)>. Acesso em: 10 ago.2010.

\_\_\_\_\_. *Acontece SENAES*. Boletim Informativo. Edição Especial, Divulgação dos dados do SIES 2013, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2013.

BÚRIGO, Fábio Luiz. *Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. Florianópolis, 2006. (Tese) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. UFSC. 2006

CAEIRO, Joaquim Manuel Croca. Economia Social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Revista Katállysys*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 61-72, jan./jun. 2008.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

CARVALHO, Mariana Costa. *Autogestão, economia solidária e cooperativismo: uma análise da experiência política da ANTEAG*. Juiz de Fora, 2012. (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. UFJF. 2012

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). *Resoluções da 4ª plenária Nacional da CUT*. São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_. *Resoluções da 5ª plenária Nacional da CUT*. São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. *Resoluções da 7ª plenária Nacional da CUT*. São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. A formação e os desafios da CUT. Autogestão e cooperativismo. In: SEMINÁRIO NACIONAL “EMPRESAS AUTOGESTIONÁRIAS E COOPERATIVAS: ALTERNATIVAS AO DESEMPREGO?”, São Paulo, 1996. *Relatório*. São Paulo: CUT Nacional. Secretaria Nacional de Formação/ Secretaria de Políticas Sindicais, 1996.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes e estratégia da política nacional de formação – 1999/2000*. São Paulo, 1999a.

\_\_\_\_\_. *Resoluções da 9ª Plenária Nacional da CUT – Plenária Santos Dias*. São Paulo, 1999b.

\_\_\_\_\_. *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT – Grupo de Trabalho Economia Solidária*. Edição Reginaldo S. Magalhães e Waldeli P. M. Castello Branco. Dezembro, 1999c.

\_\_\_\_\_. *Forma & Conteúdo*. A Formação de Norte a Sul, São Paulo: SNF/CUT, n.10, ago. 2000.

\_\_\_\_\_. *Definições sobre diretrizes e estratégia da PNF/CUT para o período de 2001-2003*. 2001.

\_\_\_\_\_. *Resoluções da 10ª plenária Nacional da CUT*. São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Estratégia e Organização da CUT – Construindo o futuro*. São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Plataforma CUT da Classe Trabalhadora*. São Paulo, julho de 2014.

COGGIOLA, Osvaldo. Os inícios das organizações dos trabalhadores. *Aurora*, v. 4, n. 6, p. 11-20, ago. 2010.

CONEXÃO SOLIDÁRIA: diagnóstico de empreendimentos solidários. São Paulo: Limiar, 2011.

CONGRESSO NACIONAL DA CUT (CONCUT), 1., São Bernardo dos Campos, 1984. *Resoluções*. São Paulo: CEDOC – Centro de Memória e Documentação da CUT, 1984.

CONGRESSO NACIONAL DA CUT (CONCUT), 2., Rio de Janeiro, 1986. *Resoluções*. São Paulo: CEDOC – Centro de Memória e Documentação da CUT, 1986.

CONGRESSO NACIONAL DA CUT (CONCUT), 3., Belo Horizonte, 1988. *Resoluções*. São Paulo: CEDOC – Centro de Memória e Documentação da CUT, 1988.

CONGRESSO NACIONAL DA CUT (CONCUT), 4., São Paulo, 1991. *Resoluções*. São Paulo: CEDOC – Centro de Memória e Documentação da CUT, 1991.

CONGRESSO NACIONAL DA CUT (CONCUT), 5., São Paulo, 1994. *Resoluções*. São Paulo: CEDOC – Centro de Memória e Documentação da CUT, 1994.

CONGRESSO NACIONAL DA CUT (CONCUT), 6., São Paulo, 1997. *Resoluções*. São Paulo: CEDOC – Centro de Memória e Documentação da CUT, 1997..

CONGRESSO NACIONAL DA CUT (CONCUT), 7., Serra Negra, 2000. *Resoluções*. São Paulo: CEDOC – Centro de Memória e Documentação da CUT, 2000.

CONGRESSO NACIONAL DA CUT (CONCUT), 8., São Paulo, 2003. *Resoluções*. São Paulo: CEDOC – Centro de Memória e Documentação da CUT, 2003

CONGRESSO NACIONAL DA CUT (CONCUT), 9., São Paulo, 2006. *Resoluções*. São Paulo: CEDOC – Centro de Memória e Documentação da CUT, 2006.

CONGRESSO NACIONAL DA CUT (CONCUT), 10., São Paulo, 2009. *Resoluções*. São Paulo: CEDOC – Centro de Memória e Documentação da CUT, 2009.

CONGRESSO NACIONAL DA CUT (CONCUT), 11, São Paulo, 2012. *Estatuto da CUT*. São Paulo: CEDOC – Centro de Memória e Documentação da CUT, 2009.

CORRÊA, João Guilherme de Souza. *Formação de trabalhadores e movimento sindical: desenvolvimento e consolidação da Política Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na última década (1998-2008)*. Florianópolis, 2009. 131 f. (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação UFSC, 2009.

\_\_\_\_\_. ; TUMOLO, Paulo Sérgio. A formação de trabalhadores e a política nacional de formação da CUT: uma análise do período 1998-2008. In: SOUZA, José dos Santos; ARAÚJO, Renan. (Orgs.) *Trabalho, Educação e Sociabilidade*. Maringá: Práxis, Massoni, p. 255- 283, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Nova edição ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CRUZ, Antonio. A construção do conceito de economia solidária no Cone Sul. *Estudios cooperativos*, Montevideo, n. 6, p. 6-27, 2007.

\_\_\_\_\_. Condições históricas da emergência da “economia solidária” no Brasil: as tendências estruturais do mercado de trabalho. *Arquivo Eletrônico*, 2002. Disponível em: <[www.ucpel.tche.br/nesic](http://www.ucpel.tche.br/nesic)>. Acesso em: 04 jun. 2014.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Sundermann, 2006.

DOMINGUES, Maria Luiza. *Empresa falida: resistência dos trabalhadores e autogestão a partir da criação de uma cooperativa*. Curitiba. (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR. 2009.

\_\_\_\_\_.; TEIXEIRA, Marilaine Oliveira (Orgs.). *Metodologia para um índice de Desenvolvimento em Empreendimentos Solidários*. São Paulo: CUT, 2007.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1986.

FABRINI, Fábio. TCU investiga convênios da Petrobras com a CUT. *Estado de São Paulo*, Política, 29 set. 2012.

FANTIM, Márcia. *Os significados e experiências de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC nas malhas das relações de poder*. Florianópolis. (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFSC. 1992.

FARIA, Maurício Sardá de. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. 2005. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FERRAZ, Ana Lúcia Marques Camargo. *Dramaturgias da Autonomia*. 2005. 278 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. Entre a cidadania salarial e a CUT-cidadã: uma passagem (IVº e Vº CONCURSOS). *Plural: Sociologia USP*, n 11, p.43-70, 2004.

FERRAZ, Marcos. *Da Cidadania Salarial à Agência de Desenvolvimento Solidário. O Sindicalismo-CUT e os desafios para enfrentar uma nova cidadania*. 2005. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

FIGUEIREDO, Mariana Leite. Uma alternativa sindical? *A negação do “propositivismo” no sindicalismo metalúrgico paulista*. 2007. 326 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_.; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. A construção do “Bloco do Interior” ao longo dos anos 90: a trajetória da unidade entre sindicatos dos metalúrgicos de Campinas, São José dos Campos e Limeira. In: CANGUSSU, Davisson; TRÓPIA, Patrícia (Orgs.) *Sindicatos Metalúrgicos no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 47-75.

FIGUEIREDO FILHO, Carolina B. G.; SOUZA, Davisson C. C. O sindicalismo e a luta dos desempregados na década de 2000. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (Orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.

FRANÇA, Teones. A CUT e o sindicalismo cidadão: crise e reorganização do movimento sindical no Brasil a partir dos anos 90. In: *Reorganização do Movimento Sindical no Brasil: a construção de um sindicalismo socialista e revolucionário*. Caderno de debates ILAESE, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?. *Cad. EBAPE. BR* [online]. 2004, v. 2, n.1, p. 01-18, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis; *Economia Solidária, uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FUNDAÇÃO FRIEDRICH NAUMANN; ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS COOPERATIVAS. *O cooperativismo no Brasil: enfoques, análises e contribuições*, Curitiba, 1979.

GADOTTI, Moacir. *Economia Solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Popular).

\_\_\_\_\_.; GUTIERREZ, Francisco (Orgs.). *Economia de solidariedade e organização popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (Orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012a.

GALVÃO, Andréia. De “laboratório” das relações de trabalho a formulador da política nacional: o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. In: SOUZA,

Davisson Cangussu de; TRÓPIA, Patrícia Vieira (Orgs.). *Sindicatos metalúrgicos no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012b, p. 135-161.

\_\_\_\_\_. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Campinas. (Tese). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, 2003.

GERMER, Clauss. A economia solidária: uma crítica marxista. In: *Outubro*, Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 14, p. 193-214, 2. sem. 2006.

GIANNOTTI, Vito; LOPES NETO, Sebastião. *CUT, ontem, hoje e sempre*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GONZÁLES, Horácio. *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Tudo é História, n. 24).

GRACIOLLI, Edilson José; LUCAS, Marcílio Rodrigues. “terceiro setor” e ressignificação da sociedade civil. In: *Margem Esquerda: ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 100-116.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HADDAD, Fernando; ANTUNES, Ricardo; MAURO, Gilmar; CARNEIRO, Gilmar. *Sindicatos, cooperativas e socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998. (Coleção Socialismo em Discussão).

HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. Porto Alegre: Globo, 1977.

HEILBRONER, Robert. *A história do pensamento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os economistas).

HOBBSBAWN, Eric. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

JORNAL UNISOL/Brasil, v. 2, n. 9, abr. 2011.

JORNAL UNISOL/Brasil, v. 4, n. 26, jan./mar. 2014a.

JORNAL UNISOL/Brasil, v. 4, n. 27, abr. 2014b.

KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (Orgs.) *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 213-245.

LADOSKY, M. H. G.; RAMALHO, J. R.; RODRIGUES, I. J. A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A.;

FERRAZ, M. (Orgs.) *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 61-85.

LECHAT, Noelle Marie Paule. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 2, n. 1, jun. 2002.

\_\_\_\_\_. *Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. 2004. 392 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004.

MACIEL, David. As raízes ideológicas do PT. In: *Contra a Corrente – Revista marxista de Teoria, Política e História contemporânea (Dossiê PT 30 anos)*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 31-36, 2010.

MANTEGA, Guido. Plano Verão e neoliberalismo. *Teoria e Debate*, Fundação Perseu Abramo, n. 06, abr./jun., 1989. Disponível em: <<http://www.teoriae debate.org.br/materias/economia/plano-verao-e-neoliberalismo?page=full>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX. São Paulo: Nova Cultural, 2005. (*Coleção Os Pensadores*)

MARX, Karl. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Texto 2*. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

\_\_\_\_\_. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: IASI, Mauro (Org.). *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_.; ENGELS, Friedrich. Cartas: Marx a Pavel V. Annenkov (em Paris). In: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Avante, 1982. Tomo 1

\_\_\_\_\_. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos. *“Terceiro setor” e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_.; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2011.

MORA, Eliane Arenas. *O caminho da subsunção da Política Nacional de Formação da CUT às diretrizes de sociabilidade neoliberais*. 2007. Niterói. 294 f. (Doutorado) – Faculdade de Educação, UFF. 2007

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e economia solidária. *Revista Temporaes*. Departamento de História, FFLCH/USP, São Paulo, p. 97-145, 1999.

\_\_\_\_\_. Autogestão: Economia Solidária e Utopia. *Otra Economía*, v. 2, n. 3, 2º sem. 2008.

NOVAES, Henrique T. (Org.). *O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. . Qual autogestão? In: NOVAES, Henrique T. (Org.). *O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 67-94.

NUNES, Débora. *Incubação de empreendimentos de Economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação*. São Paulo: Annablume, 2009.

ODA, Nilson Tadashi. *Gestão e Trabalho em Cooperativas de Produção: dilemas e alternativas à participação*. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2001.

ODA, Nilson Tadashi; SECOLI Tarcisio. Sindicato e cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a UNISOL cooperativas. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE O TRABALHO HUMANO (NESTH), 3., 2002, Belo Horizonte. *Universidade, trabalho e trabalhadores: autonomia e auto-gestão: transformações, desafios e perspectivas*. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 2002. p. 1-17.

OLIVEIRA, Paulo Salles de. Uma trajetória em companhia de Paul Singer. In: SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina YONEKO (orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo, Contexto, 2003.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. Sindicalismo e cooperativismo: entre a criação e a destituição. In: SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Orgs.). *Uma outra economia e possível: Paul Singer e a Economia Solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.

PETRAS, James. Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas. *Revista Lutas Sociais*, v. 1, São Paulo, 1996. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1\\_artigo\\_petras.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_petras.pdf)>

PINHEIRO, Miton; MARTORANO, Luciano C. (Orgs.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PRAUN, Luci. Sindicalismo metalúrgico no ABC: da contestação à parceria. In: CANGUSSU, Davisson; TRÓPIA, Patrícia. (Orgs.). *Sindicatos Metalúrgicos no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 109-161.

POCHMANN, Márcio. Desempregados no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 59-73.

\_\_\_\_\_. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. *Nota técnica – IPEA*, n. 24, p. 23-34, ago. 2004.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir (Org.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

\_\_\_\_\_. Uma presentación (muy) personal de mis escritos. [200-?]. Disponível em: <<http://www.luisrazeto.net/content/una-presentaci%C3%B3n-muy-personal-de-mis-escritos>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é Cooperativismo?*. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos; 189).

RODA VIVA. Paul Singer. [23 de abril de 2012]. São Paulo: TV Cultura, 1h 29m 9s. 2012. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=NI5L\\_oVItAE](https://www.youtube.com/watch?v=NI5L_oVItAE)>. Acesso em: 29 jul.2012.

RODRIGUES, Francisca. *Autogestão de empresas ganha força, diz associação. Entidade prevê que trabalhador vai administrar 50 novas firmas este ano. Folha de São Paulo*, 29 abr.1995, Negócios, p. 2.

RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 115-129

\_\_\_\_\_. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In. BOITO JR., A. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. As transformações da sociedade contemporânea e o futuro do sindicalismo. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; RODRIGUES, Leôncio Martins (Orgs.) *O futuro do sindicalismo*. São Paulo: Nobel, 1992.

ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SAES, Décio. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. *Crítica Marxista*, n.16, São Paulo, p. 09-38, 2003.

\_\_\_\_\_. O governo FHC e o campo político conservador. In: RABELO, Aldo; SOBRINHO, Barbosa; SAES, Décio (Orgs.). *Reeleição: escalada contra a democracia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.

SANDRONI, Paulo (Org.). *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCHEIDER, José Odelso. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SECCO, Lincoln. *História do PT – 1978-2010*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. Cooperativas e Conselhos Operários. In: *Lutas Sociais* (PUCSP), São Paulo, v. 9/10, p. 169-178, 2003.

SEGUY, Franck. As lutas sociais no Haiti hoje. In: RODRIGUES, F.; NOVAES, H.; BATISTA, H. (Orgs.). *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras expressões, 2012. p. 83-110.

SEMINÁRIOS REGIONAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Resumo da sistematização. São Paulo: CUT. Escola Sindical São Paulo, [ca.1999].

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. Departamento Jurídico. *Os sindicatos de trabalhadores e a UNISOL*. 14 de junho de 2000. Disponível em: <[http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id\\_CON=382&id\\_SUB=78](http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=382&id_SUB=78)>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. *Cooperativismo no ABC*. 18 de julho de 2000. Disponível em: <[http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id\\_CON=658&id\\_SUB=78](http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=658&id_SUB=78)>. Acesso em: 23 set. 2014.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Cooperativismo e sindicatos no Brasil. In: MAGALHÃES, Reginaldo S.; CASTELLO BRANCO, Waldeli P. M. *Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT – Grupo de Trabalho Economia Solidária*. [s.n.t.] dez. 1999.

\_\_\_\_\_. Economia solidária contra o desemprego. *Folha de S. Paulo*, 11 de julho de 1996. Tendências/Debates, p.3.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*, São Paulo: Abril Cultural, 1983. - (*Coleção Os Economistas*).

TEIXEIRA, Aloisio. *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. Um novo momento de ascensão burocrática na CUT: a construção dos assim chamados “espaços públicos não estatais (1999-2003). In: *Anais do Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois*. Rio de Janeiro: UFF, 2013.

THIOLLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. 2. ed.. São Paulo: Pólis, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? *Crítica Marxista*, São Paulo: v. 1, n. 1, p. 27-38, 1994.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. *O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical*. 2004. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNICAMP, Campinas, 2004.

TUMOLO, Paulo Sergio. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

UNISOL/Brasil. *Estatuto Social da Central de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários do Brasil* São Bernardo do Campo, 2012.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. *Sindicalismo e democracia no Brasil: (atualizações) do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo. 2002a.

\_\_\_\_\_. *Sindicato Cidadão: Novos Rumos do Sindicalismo Brasileiro?*. *Oficina do Ces*, Coimbra: n. 166, p. 01-22, 2002b.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. Elementos da história da ANTEAG. In: *Organizações & Democracia*, v. 5, n. 2, p. 267-272, 2004.

VINCENT, Andrew. *Ideologias Políticas Modernas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

WELLEN, Henrique. *Para a crítica da economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZARPELON, Sandra Regina. *A esquerda socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONG's e o cooperativismo da CUT*. 2003. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.